



UEPB

Universidade
Estadual da Paraíba

**CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE**

Gabriela da Paz Araújo

**(NÃO) PERTENCIMENTO: TERRITORIALIDADES E DESTERRITORIALIZAÇÃO
EM *FRONTEIRAS PERDIDAS E PASSAGEIROS EM TRÂNSITO*, DE JOSÉ
EDUARDO AGUALUSA**

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

GABRIELA DA PAZ ARAÚJO

**(NÃO) PERTENCIMENTO: TERRITORIALIDADES E DESTERRITORIALIZAÇÃO
EM *FRONTEIRAS PERDIDAS E PASSAGEIROS EM TRÂNSITO*, DE JOSÉ
EDUARDO AGUALUSA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Literatura e Interculturalidade.

Área de concentração: Literatura e Estudos Culturais, na linha de pesquisa: Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Melo Magalhães

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663n Araújo, Gabriela da Paz.

(Não) pertencimento [manuscrito] : territorialidades e desterritorialização em Fronteiras perdidas e Passageiros em trânsito, de José Eduardo Agualusa / Gabriela da Paz Araújo. - 2021.

112 p.

Digitado.

Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Antonio Carlos de Melo Magalhães, Departamento de Letras e Artes - CEDUC."

1. Análise literária. 2. Pertencimento. 3. Literatura africana.

I. Título

21. ed. CDD 801.95

GABRIELA DA PAZ ARAÚJO

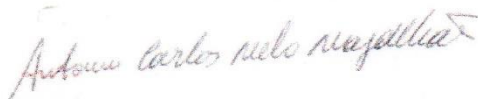
**(NÃO) PERTENCIMENTO: TERRITORIALIDADES E
DESTERRITORIALIZAÇÃO EM *FRONTEIRAS PERDIDAS E PASSAGEIROS
EM TRÂNSITO*, DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Doutora.

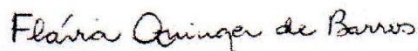
Área de concentração: Literatura e Estudos Interculturais

Aprovada em: 04/10/2021

BANCA EXAMINADORA



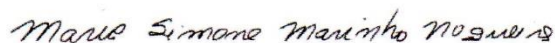
Prof. Dr. Antonio Carlos de Melo Magalhães (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB-PPGLI)



Prof^a. Dra. Flávia Aninger de Barros Rocha
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS-PPEL)



Prof^a. Dra. Tânia Maria de Araújo Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - PROFARTES - UDESC)



Prof^a Dra. Maria Simone Marinho Nogueira (UEPB-PPGLI)



Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino (UEPB-PPGLI)

AGRADECIMENTOS

Chegar à conclusão deste trabalho não foi nada fácil! Parece que o tempo nos envolve, nos consome e, muitas vezes, imaginamos que não vamos conseguir. Comigo não foi diferente! No entanto, Deus projeta tudo segundo sua vontade e por assim ser, eu agradeço por estar viva, com saúde e ter chegado até aqui. Obrigada meu amado Deus!

Agradeço aos professores do PPGLI por todas as contribuições em minha caminhada pelo programa, as interações sempre foram muito relevantes para o desenvolvimento do meu projeto.

Não poderia jamais deixar de mencionar a querida ex-secretária do programa, Alda, por toda a sua acessibilidade e carinho. Agradeço a amável atual secretária, Telma, por toda sua presteza e amabilidade colocada em cada atendimento. Quem é um estudante sem alguém da secretaria para sanar as dúvidas? Ninguém, não é mesmo?!

Agradeço o apoio financeiro advindo da Capes em parceria com a Fapesq que recebi ao longo de quase três anos de curso.

Para que essa tese fosse construída foi necessário muito apoio. Por todo amor e carinho que recebi da minha família, eu sou grata. Obrigada minha mãe, Verônica, por acreditar que meus sonhos são possíveis e segurar firme na minha mão para trilhar comigo. Obrigada meu pai, Gentil, por estar ao meu lado e interromper seus planos de construção para que minhas filhas e eu, pudéssemos ficar em casa sem sermos acometidas pela poeira. As minhas irmãs, Emanuela e Rafaela, eu só posso dizer, quem seria eu sem vocês? As respostas elas já sabem e é por tudo que elas me fazem que eu sou eternamente grata, todo cuidado comigo e com minhas filhas é uma prova muito grande de amor e união, laços que nos mantem sempre firmes uma ao lado da outra. Ao meu querido irmão, Gabriel, por sempre está disponível para me ajudar, por se preocupar e por ser sempre presente em minha vida e na das minhas filhas, saiba que seus sonhos são meus também.

Lorena e Letícia são presentes que Deus me deu para completar uma família maravilhosa ao lado do meu esposo, Lúcio. Para eles, todo o meu amor e carinho. As minhas filhas, obrigada por serem minha fortaleza e fonte inesgotável de inspiração. Ao meu esposo, obrigada por sempre agarrar meus projetos, caminhando comigo em meio aos momentos de felicidade e desespero, por sempre tentar me acalmar com palavras de resignação e por sempre fazer o possível para a realização dos meus sonhos.

Agradeço ao meu Amigo Aldo, por sempre ser tão presente em minha vida, mesmo que a distância em km seja longa entre nós. Sua amizade é um bem precioso que guardarei para sempre.

Minha amiga Etiene, saibas o quanto de carinho tenho por ti e por sua família. Obrigada por enveredar comigo pelas vias acadêmica, por compartilhar momentos bons, ruins e por ser uma aventureira nata, junto com sua amiga aqui. Nossa parceria foi ouro.

Rossano, obrigada pelo apoio e amizade.

José Carlos, sua amizade sempre foi um bálsamo para mim. Obrigada por toda ajuda no início do curso. Saudades da nossa parceria.

Agradeço ao meu querido diretor Robson, por sempre me entender e me ajudar em meio as necessidades de uma estudante de Doutorado.

Ao querido Professor Dr. Antônio Carlos de Melo Magalhães do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, muito obrigada por assumir minha orientação em meio a toda a tristeza que nos assolava. Seu apoio e paciência foram de extrema importância para a conclusão desta tese.

Agradeço a banca pela disponibilidade em colaborar com meu trabalho, suas orientações e questionamentos serão muito importantes para a consolidação do texto:

A Professora Dra. Maria Simone Marinho Nogueira do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, a qual participa desta banca como avaliadora interna e dessa forma valorizando o trabalho de escrita de Tese de uma aluna do programa do qual participa como docente.

Meu agradecimento a Professora Dra. Tânia Maria de Araújo Lima, do Programa Profartes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UDESC, por participar desta banca como avaliadora externa e contribuir com a leitura desta tese de forma tão criteriosa e gentil.

Também agradeço à Professora Dra. Dra. Flávia Aninger de Barros Rocha, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual de Feira de Santana, na condição de avaliadora externa, contribuindo de forma singular na leitura desta tese.

Por todos aqui citados e por todos os outros que não foram ditos, mas que estão em minha lembrança, obrigada.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A aluna Gabriela Paz e futura Doutora, após a defesa desta tese, tem muito o que agradecer a sua eterna orientadora e amiga, Rosilda Alves Bezerra (*in memoriam*). Embora eu já soubesse da efemeridade do tempo e de quão singular devem ser nossas amizades e vivências, perder a sua segurança foi uma dor imensurável. Esse espaço que reservei para escrever sobre a senhora, não deveria falar sobre a sua morte, mas não consigo ficar sem dizer o quanto a sua partida me arrebatou o coração e a serenidade dos meus dias.

Minha querida Rosilda, escrever o que a senhora não vai ler me dói a alma. No entanto, quero deixar registrado o quanto seu apoio e amizade foram mais do que orientação acadêmica, serão ensinamentos para toda a minha vida. Serás sempre lembrada, por mim, como um ser dedicado e muito humano. Todas as nossas experiências ficarão para sempre em minha memória e personalidade. Muito obrigada por seu carinho e preocupação, como a senhora mesmo disse: “os orientandos são como filhos para seus orientadores”. E era assim que eu me considerava. Terminar essa fase acadêmica sem a sua presença é uma sensação terrível, no entanto, também sei o quanto era seu desejo me ver concluir essa etapa. É uma pena que essa vida seja tão passageira, me alegro de ter sempre demonstrado o meu carinho por ti e por sempre dizer o quanto eu tinha gratidão de ter você como orientadora.

Minha eterna gratidão, querida Rosilda.

Dedico este trabalho a minha mãe, Verônica, por todo carinho e dedicação para que eu pudesse realizar este sonho. Dedico também as minhas filhas, meus amores que suportaram os momentos que tive que me ausentar. Amo vocês.

Difícil dizer como tudo começou. Mas tudo começou, é claro, muito antes desse dia(...). Os acontecimentos se amarrariam uns aos outros – uns puxando os outros através do confuso turbilhão das noites e dos dias (AGUALUSA, 2011, p.10).

RESUMO

As obras *Fronteiras Perdidas: Contos para viajar* (1990) e *Passageiros em Trânsito* (2006) constituem uma viagem literária através do tempo-espaço da colonização e um para além dele. As narrativas desconstroem versões oficiais da história angolana, rompendo com a linearidade historiográfica tradicional recontando fatos com adicionais de elementos desconhecidos. Nossos estudos seguem um olhar voltado a Literatura Africana de Língua Portuguesa com objetivo de analisar nas obras em estudo, não só, as consequências do processo de colonização, mas fazer a distinção entre espaço e território para o entendimento do processo de desterritorialização por qual passam os personagens, além de destacar as dificuldades vivenciadas em meio às guerras civis e as características da falta de pertencimento que marcam a identidade desses personagens. Dessa forma, a ideia de uma comodidade, porto seguro das identidades será desfeita e a fluidez e os movimentos identitários serão considerados. Permanecer ou sentir-se parte de um lugar torna-se uma escolha ou uma consequência que fará com que os sujeitos se refaçam à medida que novas situações vão acontecendo em suas vidas. Versam na construção desta tese perspectivas teóricas seguidas por diferentes autores, entre eles estão: Bauman (2011), Bhabha (2013), Deleuze (2011), Glissant (2005), Haesbaert (2007) e Augé (1994).

Palavras-chave: Pertencimento. José Eduardo Agualusa. Não lugar. Literatura Africana.

ABSTRACT

The *Fronteiras Perdidas: Contos para viajar* (1990) e *Passageiros em Trânsito* (2006) works constitute a literary journey through the time-space of colonization and beyond. The narratives deconstruct official versions of Angolan history, breaking with the traditional historiographical linearity, recounting facts with additions of unknown elements. Our studies follow a look turned to African Literature of Portuguese Language in order to analyze in the works under study, not only the consequences of the colonization process, but to distinguish between space and territory to understand the process of deterritorialization through which the characters, in addition to highlighting the difficulties experienced amidst the civil wars and the characteristics of the lack of belonging that mark the identity of these characters. In this way, the idea of convenience, a safe haven for identities, will be undone and fluidity and identity movements will be considered. Remaining or feeling part of a place becomes a choice or a consequence that will make the subjects remake themselves as new situations happen in their lives. The construction of this thesis involves theoretical perspectives followed by different authors, including: Bauman (2011), Bhabha (2013), Deleuze (2011), Glissant (2005), Haesbaert (2007) e Augé (1994).

Keywords: Belonging. José Eduardo Agualusa. Non place. African Literature.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	HISTÓRIA E NARRATIVA EM AGUALUSA	18
2.1	Um escritor na fronteira dos trânsitos	18
2.2	A literatura como fonte para a escrita da história	26
2.3	Ficção e História se entrecruzam	29
3	LUGARES DE MORANÇA	47
3.1	Não há mais lugar de origem / a origem é existir	47
3.2	Não me diga de onde eu sou / eu sou, não sou, eu estou aqui	68
4	PASSAGEIROS EM TRÂNSITO	79
4.1	Identidades e singularidades	79
4.2	Sujeito Corpo sem Órgãos	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

A modernidade configura-se por ser uma época marcada por conturbadas transformações na história da humanidade envolvendo mudanças religiosas, sociais e econômicas. O mundo moderno torna-se palco para crises, pois novas ideologias são formuladas, questões são caracterizadas e identidades questionadas. Nesse contexto, a modernidade marca um momento de um novo tipo de padrão de racionalidade e de conhecimento, o homem e a razão tornam-se senhores capazes de conhecer o mundo e de controlá-lo, isso é possível em decorrência das possibilidades de caracterização do homem, visto como senhor de si e da natureza.

Esse padrão de racionalidade configurava um novo viés de compreensão de mundo, que pretensiosamente pensava abarcar fatores correspondentes ao universo físico e moral. Essas mudanças possibilitaram um outro sujeito que permitia questionar e exercitar sua consciência pensante, estabelecendo ordem à realidade por meio de sua razão. A partir daí a modernidade vai sendo transformada por meio das configurações da vida social nela inscritas, isso porque, se desenvolveu a proliferação de novas terminologias e abordagens teóricas, que de maneira geral foram identificadas pelo prefixo “pós”, indicativo dos diversos processos de transformações históricas de cunho radical e a entrada do mundo ocidental em um outro período da história que mesmo com suas limitações teóricas provocou transformações de ordem social, política e cultural. Assim, possibilidades para termos como pós-modernismo surgem.

Os pressupostos que envolvem os tempos modernos, possibilitam a constituição de um sujeito que se torna relevante por sua consciência pensante. Essa nova categoria do sujeito é fator essencial para a constituição de suas identidades, esse, por meio da sua consciência, passa a tentar estabelecer ordem à realidade. Tais transformações na modernidade e no sujeito determinam um tipo de subjetividade fincada na identidade, o eu torna-se conhecedor e produtor de verdades.

Quando as atenções são direcionadas para as questões que envolvem a construção das identidades na contemporaneidade, os sujeitos situados em um tempo e em um espaço marcado pela descolonização tardia evidenciados em narrativas como nas coletâneas de contos dos livros *Fronteiras Perdidas* e *Passageiros em*

Trânsito, de José Eduardo Agualusa, ganham destaque na perspectiva que compreende os Estudos Culturais.

Escrever sob o viés dos Estudos Culturais não denomina uma tarefa fácil, segundo Manuela Ribeiro Sanches (1999) tal prática se constituiu no limiar de um tempo infinito e paradoxal. Segundo a autora, o primeiro por compreender inúmeras abordagens e orientações, desde o marxismo com reflexões ortodoxas de Althusser e Gramsci à semiótica, na sequência a revolução estruturalista, os questionamentos que ganham destaque, compreendem os autores Michel Foucault e Jacques Derrida, além também das contribuições da etnografia. O segundo, compreende “aquilo que os Estudos Culturais se recusam até certo ponto a fazer, é delimitar as suas fronteiras metodológicas, departamentais, acadêmicas ou nacionais” (1999, p.193).

É nesse ínterim que destacamos a polissemia do termo *fronteira*, que ao transitar da geografia humana para os estudos da literatura de forma metafórica, tem sido usado muito corriqueiramente, às vezes até de forma insólita, para designar diferentes realidades.

O conceito de fronteira surge como prática espacial, juntamente, com a edificação dos Estados Modernos. Aliado a isso, está a preocupação com a delimitação dos espaços que representam domínio e exercício de soberania. Reforçando o ideal de território tem-se o poder como analogia ao mesmo.

Com os avanços da globalização e a inserção do sujeito na pós-modernidade denotam processos de fluidez identitárias e de fronteiras nacionais de correspondências difusas. Os deslocamentos e descentramentos constituem mudanças, não só nos indivíduos, como nos conceitos que os cercam.

Durante o fim do século XX, os quadros de referência que davam sustentação ao sujeito, de alguma forma entram em crise, o universo centrado não mais existe. Esse descentramento estampa um realinhamento identitário sob a perspectiva de também ser necessário encontrar um novo lugar para morar, pertencer, se identificar. Em países como Angola, maltratados pelas lutas por libertação, pertencer ou buscar pertencer, passou ser uma tarefa imprescindível para a tentativa de se manter vivo.

Temáticas como: pertencimento, identidade, acirramentos, tensões e conflitos históricos se manifestam como uma linguagem de desencontros, presentes na constituição tanto pessoal, como coletiva de indivíduos expostos a descolonização tardia. As descrenças em utopias, a rejeição de processos de dominação à fragmentação dos sujeitos, às crises que envolvem a estruturação do Estado, a

heterogeneidade e à pluralidade que constituem a configuração do ter e do ser, do crer e do viver, ou seja, de todas as práticas e relações de poder e do estar junto social.

Essas manifestações fruto das práticas do cotidiano cultural e social, servem para demonstrar o quanto a sociedade contemporânea tem se tornado excludente, isso gera diversas necessidades, dentre elas: pertencimentos, crises e dificuldade de enraizamento seja ele social, político ou cultural. Essas sociedades, convivem com diversos processos de fragmentação que implicam na vida individual e coletiva em contraponto aos processos políticos, econômicos e culturais da globalização.

O sentimento de pertencimento está atrelado, sobretudo, às motivações diversas dos elos que o sujeito estabelece com suas raízes, emplacando uma relação de busca por algo que possibilite seu enraizamento ou desenraizamento, que sustentam sua permanência em grupos, tribos e comunidades que referencie de forma positiva como também, negativa a construção de sua identidade. Além disso, o avanço da participação e permanência em territórios diferentes, como os da política, da religião, do corpo e do entretenimento, possibilitando buscar todas às vezes que o sujeito estiver insatisfeito com o que já lhe pertence, ou simplesmente, deseja agregar ao que já possui. Tais buscas suscitam uma possível quebra do concebido tradicional onde as fronteiras entre o local e o global são postas em xeque, o público e o privado deixam de representar diferenças, o comum, o individual, a comunidade e a sociedade se misturam e se entorpecem de tal modo que o hibridismo é desencadeado sob as formas de tensão e conflito.

Segundo Monteiro (1996), existe uma necessidade em reivindicar direitos para que os atores sociais se sintam integrantes de uma sociedade política mais abrangente do que a que representa seu pertencimento de forma primária, onde cabem as relações com a família, etnia, religião etc. Ainda segundo o autor, existe um enfraquecimento dos sistemas democráticos de produzir sentimentos de pertencimentos, que abarquem coletividades mais abstratas e que possuam organização quanto os seus reconhecimentos de direitos.

Os traços simbólicos constitutivos da sociedade abarcam práticas que geram identificações diversas que, necessariamente, não são vinculados a territórios materiais delimitados, não se define em contato face a face. Sua constituição surge através da tomada de interesses, individuais ou compartilhados, possibilitam a

participação e o envolvimento como um mecanismo que expressa a linguagem do pertencimento.

Silverstone (2002) assegura que as comunidades sempre foram constituídas por meio da composição simbólica e material. Elas são definidas por intermédio das ações cotidianas e, por assim serem, a falta da dimensão simbólica desconfigura toda interação cotidiana. Nesse sentido, pertencer a algo acarreta defender, promover, compartilhar, possuir identidade e identificação, crenças e diversos significados.

Nesse sentido, identificar-se em um território, entre fronteiras, possui uma carga de significações. Os debates que compreendem as percepções sobre espaço e território suscitam processos que estão continuamente em transformação. Assim como o conceito de fronteira, as transformações sociais também influenciaram o entendimento do que é o território. A concepção antes desenvolvida por Friedrich Ratzel (1982), acerca do território corresponde a um estrato geográfico sobre o qual o Estado disseminava o seu poder, tanto por meio da ocupação e apropriação dos recursos naturais e sociais, como por meio da proteção de suas fronteiras. No entanto, tal entendimento acerca da concepção de território não consegue acompanhar as várias significações que possui. Nesse sentido, território passa de constituinte do Estado para elemento potencializante de múltiplas dimensões, carregado de forças materiais e imateriais que organizam o espaço e, conseqüentemente, estão em constante movimento. Dessa forma, tanto os limites como as fronteiras ganham mais flexibilidade e os sujeitos mais possibilidades para conceituarem o território, esse, por sua vez, pode abarcar diferentes significações semânticas.

Os autores G. Deleuze e F. Guattari concebem os territórios como resultados dos movimentos que os sujeitos produzem. Os sujeitos são responsáveis por criar e recriar territórios. O território é segundo esse pensamento, fruto da construção social e psicossocial.

Nesse contexto, compreender a desfiguração do sujeito unificado, estável, totalizante e universal é um movimento necessário. Esta tese é constituída com o objetivo de entender o sujeito subjetivo que se constrói através de superfícies, fluxos de vida, singularidades, e por meio dessas imanências, investigar os elementos que possibilitam a fusão de referenciais culturais adquiridos a partir do contato com uma nova cultura e com o território ao qual pertence ou busca pertencer.

Tal processo desencadeia os movimentos de desterritorialização, reterritorialização, a passagem e até mesmo a permanência dos sujeitos em um não

lugar. Dessa forma, analisaremos os contos dos livros *Fronteiras Perdidas* e *Passageiros em Trânsito*, de José Eduardo Agualusa com o objetivo de identificar como esses processos acontecem e quais implicações resultam na personalidade dos sujeitos que deles participam.

A organização dos capítulos desta tese segue a seguinte ordem: No primeiro capítulo, apresentamos o escritor José Eduardo Agualusa como um escritor em trânsito por levarmos em consideração suas constantes viagens e lugares onde estabelece residência, possuindo personagens que tem suas histórias misturadas com a do próprio autor. Fazemos um paralelo entre a narrativa historiográfica e a narrativa Agualusiana, em estudo nesta tese, construída por meio do levantamento histórico acerca dos movimentos que se estabeleceram em Angola e as guerras que negligenciaram a utopia de libertação. Os movimentos são evidenciados e alguns momentos da guerra são comparados as narrativas construídas por Agualusa e seus personagens que ficcionalizados nas histórias chegam a se confundir com a verdade factual vivenciada pelos angolanos.

O segundo capítulo apresentará o território como fruto de uma apropriação simbólica do espaço, carregado de significados que servem para a permanência, reprodução identificação e até mesmo negação dos grupos ou indivíduos que nele ocupam ou buscam ocupar. Abordaremos a territorialização como um dos processos fundamentais para a compreensão das práticas de mobilidade humana com intuito de tentar entender como se dá a construção de seus componentes, seus agenciamentos e de suas intensidades. O conceito de fronteiras será observado desde o seu início em comparação com a forma que aqui é entendido. Traremos ainda, a compreensão e análise dos espaços de passagem, representados e (in)compreendidos como fronteiras móveis que permeiam pessoas em trânsito, sem um lugar que lhes pertença seja por escolha ou por falta de opção. Observar que os movimentos desterritorializantes compreendem o processo de desfragmentação e deslocamento permite vislumbrar o mundo como transitório e efêmero, responsável por produzir a solidão como uma de suas consequências.

O terceiro capítulo discorrerá a partir da influência dos deslocamentos vivenciados pelos protagonistas dos contos e a sua relação com a problemática da identidade fruto desses movimentos, responsáveis por produzir descentramentos. Faremos referência aos sujeitos como produtores de subjetividades e possibilidades semânticas para transformar tais conceitos ao longo dos anos. Também será

evidenciado, o quanto o apego a lugares e a via contraditória de querer retomar vidas abandonadas, o desejo de jamais retornar ao que fora deixado são características corriqueiras dos personagens de Agualusa. Por meio desse contexto, evidenciaremos os sujeitos considerados como fronteiriços e estabeleceremos relações entre suas personalidades a partir de terem vivenciado o passar ou permanecer em um não lugar. É interessante ainda levar em consideração que os processos vividos, não permitem, apenas, um deslocar-se para o lugar e experiências do outro, mas experienciar os territórios por outras perspectivas já que as fronteiras e espaços a cada momento histórico e político permitem outras concepções de Estado, espaço e lugar.

O procedimento de estudos aqui desenvolvido se constitui por meio do viés comparatista, com vistas as relações com a história angolana e a constituição dos sujeitos perante os processos de deslocamentos aos quais todos estão predispostos a passar. A intenção é esmiuçar os fios da tessitura literária que por sua construção artística e cultural, permite a aproximação e análise desses processos comuns nas duas obras analisadas do escritor angolano José Eduardo Agualusa.

2 HISTÓRIA E NARRATIVA EM AGUALUSA

2.1 Um escritor na fronteira dos trânsitos

Caracterizar um autor em um universo de passagens é um movimento desencadeado por intermédio da carga de possibilidades recorrentes de sua própria escrita. Ambientes de trânsitos, de passagens constantes, abarcam sujeitos (personagens) que vão passando, diariamente à medida que tanto perdem e encontram-se um pouco de si e do outro. Esses são frutos da literatura de cunho crítico, político e social, desenvolvida por Agualusa. Em entrevista ao Canal do YouTube Braskems no quadro *Fronteiras de pensamento* em 28/09/2018, o autor afirma que os livros são janelas para si e para o mundo, pois possibilitam conhecer melhor a si e ao outro. Ainda se mostra contra qualquer divisão ou fronteira que possa ser estabelecida entre as literaturas, como a separação entre poesia e ficção. Tal argumento pode muito bem ser evidenciado em suas obras, pois diversos gêneros textuais se misturam em sua escrita, por exemplo: *As mulheres do meu pai* é um romance construído através de anotações, como se fosse um diário; *Nação Crioula* é um romance epistolar. Além de também serem encontradas em suas narrativas, fragmentos de poesias, como no conto: “Lugar de Morança” do Livro *Fronteiras Perdidas* e a fusão de narração com a escrita ensaística presente no conto: “Outono em Barcelona” do livro *Passageiros em Trânsito*.

Esse posicionamento ideológico pode ser justificado a partir de sua própria história. José Eduardo Agualusa Alves da Cunha nasceu em 13 de dezembro de 1960, na cidade de Huambo, Angola. Estudou Agronomia e Silvicultura em Lisboa. Morou algum tempo no Brasil, atualmente, divide-se entre a ilha de Moçambique, no norte de Moçambique, e Lisboa em Portugal. Pai de três filhos. É bem peculiar a trajetória desse escritor. Sua vasta produção literária, vez ou outra, aproxima a vida dos personagens com a sua. Segundo as informações que constam na biografia exposta em seu site, Agualusa, resumidamente, apresenta-se e cita algumas de suas principais obras.

Até agora (19/07/2021) publicou 16 romances e várias coletâneas de contos e poesias, além de várias publicações em jornais e revistas de crônicas, entre eles podemos citar O Globo, e a Revista *LER*. Foi jornalista, mantém um programa de Rádio chamado *A hora das cigarras*, apresentado por Ana Paula Gomes na rádio RDP

África, com um conteúdo voltado para música e poesia africana. Seus romances são: *A conjura* (1989), *Estação das chuvas* (1996), *Nação Crioula* (1997), *Um estranho em Goa* (2000), *O ano que Zumbi tomou o Rio* (2002), *O vendedor de passados* (2004), *As mulheres do meu pai* (2007), *Barroco tropical* (2009), *Milagrário Pessoal* (2010), *Teoria Geral do Esquecimento* (2012), *A vida no céu* (2013), *A rainha Ginga* (2014) e *A sociedade dos Sonhadores involuntários* (2017), *Os vivos e os outros* (2020); Contos: *D. Nicolau Água-Rosada e outras estórias verdadeira e inverossímeis* (1990), *Fronteiras perdidas*, *Contos para viajar* (1990), *O homem que parecia um Domingo* (2002), *Catálogo das sombras* (2003), *Manual prático de Levitação* (2005) *Passageiros em trânsito* (2006), *O livro dos camaleões* (2015), *O terrorista elegante e outros contos* (2019), *Os vivos e os outros* (2020); Suas crônicas: *A substância do amor e outras crônicas* (2000), *O paraíso e outros infernos* (2018); Novelas: *A feira dos assombrados* (1992); Literatura infantil e infanto-juvenil: *Estranhões e Bizarrocos* (2000), *O filho do vento* (2006), *Nweti e o Mar* (2012); Poesia: *O coração dos Bosques* (1991).

Seus livros já foram traduzidos para mais de 25 idiomas. Várias de suas publicações receberam premiações, entre elas estão: *Fronteiras Perdidas* recebeu o grande Prêmio de conto Camilo Castelo Branco da Associação Portuguesa de Escritores, o romance *O Vendedor de Passados* ganhou o Independent Foreign Fiction Prize, em 2007. *Teoria Geral do Esquecimento* foi finalista do Man Boer International em 2016, em 2017 foi vencedor do International Dublin Literary Award. Agualusa também escreveu peças de teatro, entre elas *Geração W* e *Aquela mulher*. É membro da União dos escritores Angolanos.

A literatura produzida por Agualusa se insere em um painel diversificado das relações entre sujeito e identidade. Conhecedor da realidade conflitante de Angola, o autor constrói em seus textos, histórias marcadas pela transitoriedade geográfica, advindas ou não das consequências da colonização e das guerras por libertação. Estão relacionados e interligados em algumas de suas narrativas, Angola, Portugal e Brasil. O cenário, colonial e de pós-independência é constantemente revisitado, com vistas aos processos de destruição e violência vivenciados durante os anos de guerra.

Em sociedade, José Eduardo Agualusa lançou no Brasil a editora Língua Geral. De acordo com o escritor e ensaísta Reynaldo Damázio, em um artigo que versa sobre a criação da editora no *Caderno de leitura*, disponível na página on-line da Editora da USP, explica a definição do nome Língua Geral, expressão utilizada

para nomear línguas de origens indígenas que nasceram em algumas províncias do Brasil no período que compreende os séculos de XVI e XVII, fruto do contato entre africanos, europeus e índios tupis-guaranis. Ainda segundo o ensaísta, o empreendimento busca enaltecer e divulgar a lusofonia. Para ele, o nome dado a editora “não designa mais a fala comum surgida de uma fronteira linguística, mas a literatura produzida na mesma língua de um mundo sem fronteira”¹. Em 2015, Agualusa tem seu livro *O vendedor de passados* adaptado para o cinema, a direção do mesmo ficou por conta do brasileiro Lula Buarque de Holanda.

A estrutura da produção dos seus textos é constituída através de uma visão plural da tradição angolana, o seu fazer literário vai sendo desenvolvido por meio de um envolvimento de aspectos do mundo com culturas diferentes se hibridizando e sujeitos desterritorializando-se. Pode-se notar através desse traçado biográfico do autor, que seus textos são reflexos do sujeito viajante sempre em trânsito por diferentes espaços e vivências. A visão que constrói em seus escritos é formada pela heterogeneidade que compõe as diferentes culturas e identidades presentes em diferentes espaços onde se fala a Língua portuguesa com um envolvimento sempre latente entre África, Ásia, Europa e Brasil.

Com uma escrita livre e ao mesmo tempo engajada as questões que envolvem o processo de descolonização, produz uma narrativa que sugere e aponta críticas ao sistema do governo angolano, propondo uma nova forma de enxergar o passado. Passageiros reais e fictícios são inseridos nas narrativas de Agualusa, ao passo que personalidades importantes da história, arte e política são citadas. Faz referência a livros, toma para as suas narrativas personagens de outros autores como Fradique Mendes, de Eça de Queiroz, com personalidade diferente, além de personagens inspirados e nomeados com seus nomes reais, como no livro *As mulheres do meu pai*, esse que é constituído como uma metalinguagem do processo de criação literária, alimentado pela experiência vivenciada pelo autor à medida que viaja por várias cidades de África com objetivo de acompanhar Karen Boswell, cineasta e documentarista com intuito de recolher repertório suficiente para a produção de um roteiro de filme.

A abordagem das temáticas construídas por Agualusa são reflexo do que Stuart Hall afirma sobre “identidades, essas que modernas estão sendo descentradas,

¹ Retirado do site da USP: WWW.edusp.com.br

isto é, deslocadas ou fragmentadas” (2011, p.08). Assim sendo, o autor caracteriza-se como uma espécie de ser diaspórico, por ser um ressignificador daqueles que por situações adversas vivenciaram a pragmática da migração e colonização de diversos povos. Tal característica é um atributo presente em suas tramas, perceptíveis, também, na escolha dos títulos de seus livros, que apontam, por diversas vezes, característicos de cunho diaspórico, como por exemplo, a fluidez dos espaços, sejam geográficos ou psicológicos, e das temporalidades.

É por meio desse viés diaspórico que escolhemos as obras fontes de estudo dessa pesquisa. Por intermédio da biografia do autor percebemos que sua trajetória sucinta um sujeito diaspórico, dono de uma visão heterogênea que transpõe para seus personagens, esses por sua vez, fazem parte de uma escrita livre e de uma narrativa autorreflexiva, ligada ao rompimento de fronteiras temáticas, propondo, quase sempre, uma recriação dos conteúdos do passado.

É importante lembrar, aqui, que a palavra diáspora vem do grego *dia:* através e *speirein:* espelhar, com significado segundo o Aurélio, como ato de dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou ética.

As leituras e interpretações acerca da colonização, descolonização, guerra civil, história e memória presentes na ficção de José Eduardo Agualusa, possibilitam interpretações e diversas possibilidades de contextualização do sujeito errante, diaspórico, em trânsito e pertencente a lugar nenhum. Muitos pesquisadores dedicam seus estudos às análises dessas narrativas e percepções dos elementos históricos, políticos e culturais que alimentam a sua ficção. Artigos, dissertações e teses acerca de romances e contos de Agualusa vem ganhando destaque no meio acadêmico, isso é decorrente da ênfase que as Literaturas de Língua Portuguesa vêm assumindo. Ao consultarmos a Plataforma Sucupira na data de 19/07/2020, nos deparamos com 50 resultados para a pesquisa com o nome do autor. Ao avaliarmos os trabalhos, percebemos alguns de seus romances com uma notoriedade diante os outros: *Nação Crioula: Correspondência secreta de Fradique Mendes*, *Estação das Chuvas* e *Teoria Geral do Esquecimento* são os livros mais estudados para o desenvolvimento das dissertações. Quando nos voltamos para a pesquisa referente as teses, mais uma vez nos deparamos para a notoriedade do livro *Nação Crioula* e *Teoria Geral do Esquecimento*.

Dentre as 50, 11 são de teses cadastradas, entre elas, encontramos temas, como: fronteiras do nacionalismo em paralelo com a história e a ficção de Ana Mônica

Henrique Lopes (UFMG), As relações transliterárias pautadas entre Eça de Queiroz, Agualusa e mais quatro romancistas de Francisco José Sampaio Melo (PUCRS); Memórias e sua relação com o Eu de Fabrício Wallace Rodrigues Eyben (UFMG).

Inspirado em temas tão múltiplos que emanam desses trabalhos, temos como objeto de estudo dessa tese as coletâneas de contos *Fronteiras Perdidas* (2009) e *Passageiros em Trânsito* (2007) que até o presente momento (19/07/2021), não possuem teses cadastradas na plataforma sucupira com estudos debruçados sobre seus contos. No entanto, alguns ensaístas discorrem sobre alguns temas presentes na obra *Fronteiras Perdidas*, como Mario César Lugarinho (2007), em seu ensaio “Quem deve comer Lagostas?”, o autor constrói reflexões a partir de estudos pós-coloniais ao passo que relaciona alguns textos de ficção de Pepetela e Agualusa a uma discussão a respeito de identidade nacional Angolana. Segundo o ensaísta, esse tema se faz presente na narrativa agualusiana desde *A Conjura* (1989) e ganha certa ênfase em *Fronteiras Perdidas*. Já Para Jorge Vicente Valentin (2012), as escolhas estéticas de Agualusa estão associadas com o pós-moderno, enquanto Geraldes Xavier (2000), em seu ensaio “Nas fronteiras do (in)verossímil”, destaca a espacialidade como elemento importante na narrativa Agualusiana, além de enfatizar à posição cosmopolita do narrador, na maioria das vezes, homodiegético que faz a interpretação da realidade através do cosmos espacial diversificado (2000, p.12).

Recorrer a opinião de especialistas, recaí como um caminho possível para desvendar as possibilidades de sujeitos desterritorializados presentes nas seleções de contos. Ainda sobre *Fronteiras Perdidas*, Xavier (2000) enfatiza que nos contos existe uma desorientação do espaço físico, além de configurar um mosaico de personagens em situações perdidas.

A coletânea é composta por dezesseis contos, divididos em duas partes: “Fronteiras Perdidas” e “Outras Fronteiras”. Na primeira coletânea, os contos são marcados, no índice, com o local onde ocorreram as narrativas e/ou provavelmente onde o autor as escreveu ou teve o estalo criativo para poder escrevê-los, como, o conto “Os mistérios do mundo” que tem discriminado o voo Luanda – Dakar. Já na segunda parte, tais referências não são colocadas, os contos são apenas nomeados.

O enfoque espacial das fronteiras é transposto, as narrativas são ambientadas em diferentes países: Angola, África do Sul, Portugal, Brasil e Alemanha. Começamos, então, a apresentar os contos fonte de estudo para esta tese que correspondem, respectivamente, as coletâneas *Fronteiras Perdidas* e *Passageiros em*

Trânsito. “Plácido Domingo contempla o rio em Corumbá” (Corumbá, Brasil) traz a história de um ex-guerrilheiro que desiludido com os desdobramentos da revolução, terminou por vir morar no Brasil:

Há algum tempo que pretendo contar a história de Plácido Domingo. Hesitei em fazê-lo porque já existe o Plácido Domingos, o tenor, mas nunca me conformei com isso. Certos nomes deveriam ser obedecidos, isto é, deviam implicar um destino (AGUALUSA, 2009, p.45).

“Não há mais lugar de origem” é ambientado em Frankfurt, Alemanha, o narrador personagem transita por seus pensamentos ao observar Raquel e termina por sonhar que está viajando em um comboio com destino a Berlim com vários passageiros. Após todos descerem do comboio, o narrador pensa estar sozinho e decide urinar nos bancos com intuito de que aparecesse alguém: “Tinha certeza de que estando na Alemanha, se urinasse nas cadeiras iria aparecer alguém” (AGUALUSA, 2009, p.66).

Em “Eles não são como nós” Agualusa inicia o conto com uma epígrafe de um texto de Padre Antônio Vieira, muito bem citada, por se tratar da traição arquitetada por Judas para com Jesus Cristo em uma comparação com as relações estabelecidas entre as pessoas, ao mencionar que tanto a traição como o roubo são elementos que fornecem à narrativa em menção à colonização portuguesa e também a presença do Cristianismo e Catolicismo como religião do colonizador a deixar marcas nos territórios outrora colonizados. É o Padre que salva dona Filipinha, protagonista do conto. Naquela noite em que tem sua casa invadida e estando ainda acordada lendo o “Sermão aos peixes”, se depara com a invasão e faz de tudo para agradar o ladrão e assim evitar o pior:

A velha senhora tinha-se deitado com o discurso do jesuíta que as duas horas da manhã ainda estava acordada. Foi assim que ouviu, no quarto de Carolina, o furtivo ranger da janela a abrir-se e depois com toda a certeza, passos de homem. Levantou-se em camisa de noite (uma espantosa camisa em seda estampada que Charles lhe trouxera de Singapura) e avançou pelo corredor segura de que finalmente estava a acontecer-lhe aquilo que há muitos anos receava. Quando abriu a porta viu um homem debruçado sobre a menina, viu que ela dormia, viu a faca, e soube o que ia acontecer em seguida (AGUALUSA, 2009, p.73).

Em “A noite que prenderam o Pai Natal” o velho Pascoal, albino, se vê em pleno caos da interminável Guerra civil que desestabiliza sua vida, aparentemente

“tranquila”, como zelador de piscina. “Tinha trabalhado quarenta anos na piscina – desde o primeiro dia! – como zelador. Sabia ler, contar e ainda todas as devoções que aprendera na missão, sem falar na honestidade, higiene, amor ao trabalho” (AGUALUSA, 2009, p.111).

Diferente de *Fronteiras Perdidas*, não encontramos ensaios e nem artigos que tratem da coletânea de contos *Passageiros em Trânsito*. Publicada inicialmente em 2006, a coletânea é composta por 20 contos que chamam atenção por abarcarem histórias de sujeitos, metaforicamente, passageiros em trânsito por suas identidades. “Quando sinto que me começo a afeição a um lugar, despeço-me e vou-me embora. Quem não ama não sofre. Quem nada tem, não tem nada a perder” (AGUALUSA, 2007, p.14). Palavras essas, de um índio peruano que atravessa lentamente o Sul de Angola através de sua velha bicicleta, conto inicial da coletânea que muito diz sobre os seguintes.

A transitividade desterritorializante, o reconhecimento/desconhecimento de si, a manipulação da memória e as consequências das guerras constituem as temáticas da coletânea e possibilitam ao leitor um passeio pela subjetividade dos personagens. Ao nos reportarmos ao que diz Valentim sobre o território literário, ao observá-lo através do viés da atual globalização, considera que o homem “pós-moderno” além de executar viagens de forma errante, também pode “ser diluído e fragmentado diante de uma realidade estilhaçada” (2012, p.95).

Tanto a coletânea *Fronteiras Perdidas* como *Passageiros em Trânsito* possuem personagens que refletem as características dos sujeitos dos séculos XX e XXI que vivem atravessando transformações a partir do signo do provisório, do movediço, desterritorializando-se e reterritorializando-se constantemente por intermédio das várias nuances identitárias, por muitas vezes não resolvidas ou contraditórias, marcadas pelo reflexo e tentativa de superação da Guerra, pela realidade estilhaçada.

Renato Ortiz afirma que o espaço, antes categorizado como um elemento de resistência à mobilidade total, que definia os indivíduos e suas relações com o solo, transpassado enquanto entendimento do que é sua cidade ou seu país, passa para um entendimento abstrato. Dessa forma, “o presente se alinha ao passado, e as arquiteturas nacionais, desvencilhadas do peso da tradição, se articula, no interior deste metacnjunto, de todas as formas” enuncia Renato Ortiz (1998, p.110). É nessa possibilidade abstrata dos espaços e nos diferentes agenciamentos possíveis de

subjetividade que esses contos são construídos, nos possibilitando de maneira comparativa, analisar alguns contos das duas coletâneas.

Os contos do livro *Passageiros em trânsito* são ambientados em Portugal, Brasil, Angola e Espanha. A memória como um elemento manipulável é uma das temáticas recorrentes. Vários personagens possuem o desejo de esquecer o passado e de até mesmo serem esquecidos. Em “O homem a quem chamavam Falcão”, homem de meia idade que mal reconhece sua própria imagem, recorre a pensar no livro *Alice no País das Maravilhas* em um surto imaginativo como veículo de fuga da situação caótica do pós-guerra. “O homem a quem chamavam Falcão lembrou-se de Alice. <<Não se pode acreditar em coisas impossíveis.>> (AGUALUSA, 2007, p.31).

Em “A armadilha” Justo Martírio, recém chegado em Angola, depois de 25 anos de exílio em Lisboa por conta das guerras, tinha uma rotina de muitas horas de trabalho diários, não tinha amigos. “Aos fins-de-semana ia visitar uma irmã, Julieta, secretária pessoal do ministro do comércio. A irmã vivia sozinha. Não tinha filhos” (AGUALUSA, 2007, p.37).

O estranhamento do lugar e a rejeição de alguns é resultado da não aceitação do exílio vivenciado por ele. Seu nome é bem sugestivo e metaforicamente refere-se ao destino do personagem, Justo Martírio, que se vê preso em um andar do prédio sem possibilidade de salvamento.

No conto “O homem sem coração” a ficção construída se faz através da história de um homem que após ser atropelado descobre no hospital que não possui coração. Para não se tornar objeto de estudos, foge e abandona sua vida como forma de proteção. “Não faz sentido. Isso foi, aliás, a primeira coisa que Bartolomeu me disse” (AGUALUSA, 2007, p.157).

Em “Não há fim” O protagonista e narrador, em meio a sua viagem, encontra uma ponte em ruínas. Ao atravessá-la, depara-se com um velho que estava a pescar. “Explicou-me que, depois da ponte ter sido construída, o leito do rio se desviara umas dezenas de metros para o lado esquerdo, dando origem àquele particular extravio da razão” (AGUALUSA, 2007, p.163). Este encontro, possibilita para ambos, oportunidades distintas que para um, funciona como a tentativa de regressar a vida que havia deixado, e, para o outro, prosseguiu em meio as perdas e ganhos, resultantes do jogo.

2.2 A literatura como fonte para a escrita da História

Não é novidade que a história é fruto de determinada posição ideológica/política. Por assim ser constituída é que abre espaço para a literatura proporcionar a revelação das “verdades” até então, desconhecidas. Essas “verdades”, surgem como uma linha de fuga do posicionamento histórico ao conceder voz para os silenciados.

A produção de Agualusa redimensiona o estatuto ficcional por emparelhar fatos e personagens em origens discursivas diversas. Não o bastante e de forma proposital, confunde personagens, lugares, além de misturar o que é real com a ficção.

Linda Hutcheon (1991), em *Poética do Pós-modernismo*, afirma que a metaficção historiográfica compreende os domínios da literatura, história e teoria, e por assim ser, a autoconsciência teórica que versa sobre a história e a ficção como frutos da criação humana, passa a ser o princípio para uma reflexão sobre a reelaboração das formas e dos assuntos que formam o passado. Ainda segundo a autora, a metaficção historiográfica se estabelece como fator propulsor da prática de significados que possam participar como atuantes em uma sociedade. Ela se impõe como aquela que desafia esses discursos e mesmo assim os utiliza, aproveitando tudo que deles vale a pena.

No início do século XIX, os historiadores opunham fato/verdade à ficção. Nesse sentido, a história tornou-se a representação do real e a ficção a representação do possível ou do imaginável. A apreensão da realidade do historiador priva-se de procedimentos intuitivos ou simplesmente do imaginável. Durante esse período a historiografia passa a ser constituída como disciplina erudita no ocidente.

Para White (2001), compreender a historiografia dessa forma representava um ponto de vista utópico, além de considerar, ironicamente, que a separação entre ficção e história, acarretaria a formação de um discurso histórico baseado em informações exatas sobre a observação de acontecimentos. Esses, transformados em fatos históricos, suscitam a significação do que em outro momento aconteceu. É interessante observarmos que ao utilizarmos o termo significação, estamos claramente em contato com algo que desempenha um movimento / possibilidades. Dessa forma, é compreensível que a escrita da história não seja entendida como apenas algo em movimento, mas como propulsora de interpretação dos fatos.

Embora White (2001) aborde em seus estudos a diferenciação entre história e ficção, o autor ainda se questiona acerca de que grau o discurso do historiador e do escritor imaginativo, estarão equivalentes ou diferentes. Com isso, tenta responder suas indagações abordando as equivalências e distanciamentos que compreendem tanto a narrativa histórica como a narrativa de ficção.

Para Peter Burke, nos últimos anos, tem se notado que a narrativa histórica em um sentido bem mais estrito, tem realizado um outro retorno. Isso devido a sua incorporação a outras disciplinas, em especial, na antropologia social, tal evidência constatada no artigo publicado pelo britânico Lawrence Stone intitulado “The Revival of narrative”. Nele, Stone afirma estar mapeando as mudanças que observava de maneira histórica, ao invés de produzir algum tipo de julgamento de valor. Segundo Burke,

A esse respeito, algumas obras históricas mais conhecidas, que surgiram nos anos 80, confirmaram suas observações. Citizens de Simon Shama, por exemplo, é um estudo da Revolução Francesa, publicado em 1989 que descreve a si mesmo com um retorno “a forma das crônicas do século dezanove” (1992, p. 329, grifos do autor).

Ainda para o autor, posicionamentos que vão contra um ao outro existem, como: os que acreditam que os historiadores deveriam levar em consideração mais as estruturas do que propriamente os acontecimentos, enquanto outros acreditam que a função que deve ser desempenhada pelo historiador é contar histórias. No entanto, esses posicionamentos têm gerado observações importantes, mesmo que a custa um do outro. Os historiadores estruturais mostraram o quanto a narrativa tradicional é incapaz de relacionar estruturas econômicas, social até as experiências e modos de pensar das pessoas comuns. “Em outras palavras, a narrativa não é mais inocente na historiografia do que é ficção” (BURKE, 1992, 330). O historiador narrativo por exemplo, ao narrar acontecimentos políticos, é forçado a escolher entre omitir fatos ou personificá-los. Para Peter Burke, a personificação deveria ser evitada pelos historiadores, por considerar que ela cria uma máscara quanto as distinções entre os líderes e os seus seguidores.

É notório que os historiadores que compreendem os dois campos: estrutural e narrativo, possuem posicionamentos contrários uns aos outros. Os narrativos tendem a expor explicações com características individuais, enquanto os historiadores

estruturais se pautam em explicações que detêm a forma, ou seja, como algo de fato é.

No entanto, surge a necessidade de pensar nas narrativas e nas não-narrativas de modo que saibamos que elas existem ao longo de uma série contínua, e isso, torna-se possível com os debates iniciados nos Estados Unidos nos anos 60, mas que não conseguiram ser levados a sério pelos historiadores das outras partes do mundo. Burke, em contraste com White e Gossman, afirma que:

Os historiadores sejam obrigados a ser engajar em experiências literárias, simplesmente por viverem no século vinte, ou a imitar determinados escritores, devido suas técnicas serem revolucionárias. O objetivo de buscarmos uma nova forma literária é certamente a consciência de que as velhas formas são inadequadas aos nossos propósitos (1992, 336).

Nesse contexto, a forma como os escritores modernos desempenham na construção de seus textos, podem apresentar soluções para os problemas enfrentados por historiadores, como por exemplo, o relato de guerras civis e de outros conflitos poderiam ser contados por mais de um ponto de vista, como fazem os romancistas; Os historiadores devem procurar encontrar uma forma de serem visíveis em suas narrativas, ao passo, que não são oniscientes ou imparciais e outras interpretações podem surgir a partir das suas.

O enredo do romance, por exemplo, funciona como uma “grande extensão a narrativa do impacto da mudança social em um indivíduo e em sua família” (BURKE,1992, 340). O autor ainda cita a construção da narrativa de Toson, que durante sua escrita faz interrupções para relatar alguns dos principais acontecimentos da história japonesa de 1853 a 1886.

Semelhante a Toson, Agualusa insere acontecimentos importantes a sua narrativa como a história Angolana, além de outros ocorridos pelo mundo, percorrendo caminhos narrativos que levam os leitores às paisagens tortuosas da memória daqueles que viveram um passado, não tão distante e de um presente ainda com marcas das guerras por libertação em Angola. A perspectiva construída pelo autor emancipa novos fragmentos da história, ou seja, a história pode ser contada por um novo ponto de vista, assim como afirma Peter Burke ao referenciar os escritores modernos, a partir dos quais o passado é revalidado ao mesmo tempo que propõe um novo caminho para o futuro da nação angolana.

Atribuir significação a determinado sistema de representação é plenamente uma necessidade indispensável do ser humano, não é à toa que a narração se

constitui como um mecanismo em construção, por possibilitar imprimir significação a algo. Segundo Linda Hutcheon (1991), a forma que a história e a ficção enquanto formas narrativas, podem ser consideradas como elementos constituintes do sistema de significação na cultura ocidental. Por assim serem, segundo a autora, é através deles que atribuímos significação a fatos passados.

A ficção Pós-moderna se caracteriza por “reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história e – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico” (HUTCHEON, 1991, p. 147). Nesse contexto, a ficção pós-moderna segundo a autora, toma uma postura contestadora do que circunscreve os discursos formulados acerca da construção do entendimento do passado. Durante o processo de construção do passado, realizado pela narrativa é colocado em evidência essa sua constituição, ao mesmo tempo que novas possibilidades são oferecidas e articulações não totalizadoras surgem problematizadas.

É nesse cenário historiográfico que as obras *Fronteiras Perdidas* e *Passageiros em Trânsito* se estabelecem. O jogo entre ficção e história é construído e assume uma nova função, reavaliar criticamente o passado, ou seja, o foco não é reconstituí-lo. O pacto firmado entre autor e leitor ganha uma sensação de verificabilidade, resultado da ficcionalização da historicidade nas narrativas. Esse processo decorre do movimento gerado pelas ambiguidades criadas nos textos, o leitor por sua vez, tenta desvendá-las, ao mesmo tempo, que relê nas obras “verdades” da história oficial contadas a partir de uma nova perspectiva, daqueles que sofreram perante as inconstâncias da guerra e do Pós-guerra.

2.3 Ficção e História se entrecruzam

As obras de Agualusa, de maneira geral, levam em conta o contexto histórico angolano que possui heranças negativas para a população desde o período enquanto colônia e ainda mais, a partir de 1933 quando estava consolidado o Estado Novo de António Salazar, fruto de um golpe de Estado em Portugal, no ano de 1926. Como políticas para as colônias ultramarinas portuguesas, Salazar investia no desenvolvimento da infraestrutura e no incentivo a migração dos portugueses para ocupar as terras angolanas. Como consequência da ocupação de brancos em Angola, ocorreu o enfraquecimento da burguesia crioula e local durante a primeira metade do

século XX. Tal fato acarretou uma desestruturação no sentimento nacionalista na colônia, passando a produzir um sentimento antagônico entre portugueses e angolanos.

Na década de 1950 surgem os primeiros movimentos nacionalistas em Angola, formados, em parte, por brancos nascidos no território (crioulos) insatisfeitos com o crescimento da imigração promovida pelo governo de Portugal. É a partir dessa geração que ocorre a fase da conscientização do angolano. A autonomia política em relação ao colonizador é desenvolvida e tentativas de libertação do sistema colonial são iniciadas. Nessa perspectiva, Manoel Ferreira afirma:

Sendo o colonialismo um sistema carregado de contradições, os germes de sua própria destruição emergem em diversas circunstâncias e vários níveis. (...) Inclusive a repressão violenta das forças coloniais vai espreitar as consciências, criar a animosidade de uma forte atividade literária paralelamente a organização política já em marcha. E quanto mais decididamente os escritores superam a sua condição de colonizados e se impõem através da produção de texto de raiz nacional e empenhamento numa luta comum (FERREIRA, 1989, p. 31-32).

Nesse período, as igrejas também ascendiam ao nacionalismo. Tais movimentações ocorriam no interior do território angolano, os dirigentes religiosos contestavam as tropas portuguesas além de incentivar os fiéis a resistir a ocupação colonial. Outro elemento que se caracteriza como de resistência e de combate ao nacionalismo e suas respectivas decisões é a literatura. O objetivo da produção literária caracterizou-se na construção dos heróis nacionais que se situavam interiormente a colonização, buscando também introduzir os novos heróis que faziam parte da construção da nação em meio às imposições do colonialismo. A língua portuguesa, mesmo sendo instrumento de opressão do colonizador, tornou-se um mecanismo de divulgação das ideias em prol dos ideais de libertação que cresciam no país. Dessa forma, proporcionava a população bilíngue angolana entender o que estava ocorrendo durante aquele período.

A primeira organização de cunho nacionalista surge em 1929, inicialmente intitulada como liga Nacional Africana, posteriormente passa a se chamar ANANGOLA (Associação dos Naturais de Angola). Suas atividades eram pautadas contra o colonialismo, por isso, foram obrigados a atuarem de forma clandestina para não sofrerem as sanções do regime instituído por Salazar.

Com o crescimento dos movimentos clandestinos, o governo português passa a reprimir os nacionalistas e prender os líderes dos movimentos. A partir da criação

da polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), os movimentos em prol da libertação do país passaram a se desenvolver no exterior. O levante popular ocorrido no dia 04 de janeiro de 1961 é um exemplo desse tipo de movimento. Por conta das más condições de trabalho impostas pela companhia Cotonang e do Governo das colônias portuguesas, milhares de trabalhadores angolanos que trabalhavam nos campos de algodão se revoltaram contra os respectivos poderes na região chamada Baixa de Cassange. Esse levante ficou conhecido como massacre da Baixa de Cassange em decorrência da repressão violenta feita pela colônia portuguesa contra os milhares de trabalhadores. Tal acontecimento é considerado como um dos principais motivos que incentivaram as lutas em prol da independência de Angola.

A companhia de algodão Cotonang era de origem Luso-Belga, sua concessão nessa região de Angola permitia o plantio de algodão, no entanto forçou os camponeses a cultivarem fibras. O levante foi responsável por destruir diversas plantações, pontes e casas. A colônia, por sua vez, enviou aviões da Força Aérea Portuguesa com intuito de conter os revoltosos lançando bombas de napalm. Como resultado, milhares de agricultores terminaram perdendo suas vidas, com um número de mortes que pode chegar até dez mil. Um mês após esse acontecimento, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), desencadeou um ataque a cadeia de São Paulo e a casa de reclusão, ambos em Luanda. Esses novos ataques acabam iniciando as lutas que culminam com a proclamação da independência de Angola no dia 11 de novembro de 1975.

Em 15 de Março de 1961 são efetivadas as lutas por libertação, com o ataque armado comandado pela UPA (FNLA) a população branca no norte de Angola. No entanto, as atividades desenvolvidas pelos movimentos de libertação culminavam com a rivalidade entre eles, como por exemplo: a neutralização do MPLA, realizada pelo FNLA no norte de Angola, mas que não durou muito tempo. Em meados da década de 60, ocorre um declínio nas forças militares da FNLA. Por outro lado, o MPLA dividiu o território angolano em Regiões militares, isso fez com que o movimento pudesse expandir sua guerrilha.

A FNLA apresenta insucesso em seu movimento, levando seus membros a abandonarem suas atividades em Angola, ficando então, o MPLA e a UNITA², livres

² Entre 1964 e 1965 a UNITA mesmo que já exercesse algumas atividades de cunho político, ainda estava se solidificando a partir de alianças.

da concorrência da FNLA. A UNITA inicia suas atividades no Leste do país, por meio de comités locais. Segundo Agostinho,

Em fevereiro de 1966, infiltrou alguns dos seus elementos no distrito do México com a finalidade de aliciar os nativos do vale do rio Lungu-Bungo, a sul do caminho-de-ferro de Benguela, e levou a efeito atividades violentas de destruição de pontos, incêndio a casas, ataques a civis e viaturas isoladas, pequenas povoações comerciais e serrações e intimidação da população (2011, p.24).

Durante os anos que se constitui, a UNITA passa por dificuldades na Zâmbia, isso a enfraquece, o que os faz aproximar-se de forças portuguesas e firmar um acordo com eles. O acordo era intitulado de “Operação Madeira” que permitia a permanência da UNITA na Região do Planalto central, onde podiam receber ajuda e se manter livres das tropas portuguesas. No entanto, deviam permanecer apenas naquela região, combater guerrilheiros de outros movimentos e fornecer aos comandantes portugueses informações acerca dos outros movimentos: MPLA e FNLA. Os movimentos seguiam de forma desordenada, cada um preocupava-se apenas com seus próprios interesses, isso contribuiu para que a luta por independência demorasse mais do que deveria. Para Agostinho, pesquisador dos movimentos de libertação de Angola, os movimentos nunca se entenderam nem tão pouco sabiam coordenar suas ações em prol da libertação.

A desorganização e os desentendimentos sempre estiveram presentes desde as primeiras manifestações de cunho violento desenvolvidas durante os meses de fevereiro e março de 1961. “Com o MPLA e a FNLA a disputarem influências e iniciativas, em atuações separadas, de naturezas diferentes, e com o MPLA a condenar publicamente o tipo de atividade militar da FNLA” (AGOSTINHO, 2011, p. 27-26). Ainda segundo o autor, as divergências não se caracterizavam apenas na incompatibilidade entre os líderes dos movimentos, mas também com base em razão objetiva, fruto da complexa formação étnica que constitui o povo angolano, da programação dos projetos idealizados pelos movimentos e dos apoios advindos de forma externa. O MPLA se configurava como uma ideologia de cunho comunista, fruto das intervenções que realizou durante o período que se estabeleceu as lutas. As orientações políticas que norteavam os ideais do MPLA se pautavam com base no socialismo, no entanto, os apoios que recebia dos E.U.A eram desviados por intermédio da influência dos países ocidentais. A UNITA nessa divergência ideológica,

foi considerada como opositora a todos os outros movimentos. Seu apoio advinha da República da China, com um direcionamento mais populista, apresentou-se bem mais organizada do que os outros movimentos. Como não seria surpresa, as divergências ideológicas dos movimentos só trouxeram prejuízos para os mesmos e vantagens para às forças portuguesas, que aproveitaram o máximo que puderam gerando grandes perdas aos movimentos ao longo dos anos de luta. “Uma das origens do início da Guerra civil assenta-se nesse fator, dos movimentos nunca terem conseguido uma aliança. Antes, porém, conseguiram uma rivalidade sem tréguas, que resultou na guerra civil” (AGOSTINHO, 2011, p. 26-27).

É importante destacar o movimento Pan-africano³ que realizou diversas conferências em países de África com temas diferentes, mas que culminavam com ideologias para a quebra do imperialismo e libertação das colônias. Mesmo havendo diversas reuniões como forma de organização para a libertação dos países, muitos impasses existiram entre os líderes dos movimentos. Por essa razão, nasce em 1963 a OUA (Organização da Unidade Africana), com intuito de promover a unificação e solidariedade entre os países africanos. Seus líderes manifestavam grande ambição para construir uma África livre do colonialismo. No entanto, a vontade de se afirmar como personalidade política africana abre espaço para a concorrência na luta pelo poder que constituía as relações internacionais.

Paralelo a constituição dos movimentos em prol da libertação dos países africanos, Portugal possuía um problema com a ONU⁴ (Organização das Nações Unidas), devido não cumprir o artigo 73º da carta instituída pela organização. Por esse motivo, a ONU deixou de reconhecer as províncias ultramarinas e exigiu que Portugal concedesse a independência a todas as suas colônias.

Nesse cenário, os movimentos de libertação passam a receber apoios de superpotências mundiais. Os E.U.A apoiaram à FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), a URSS simpatizava com MPLA (Movimento Popular Pro Libertação de

³ O Pan-africanismo surge como uma ideologia que busca a união entre todos os povos de África como meio propulsor capaz de potencializar a voz do continente para um posicionamento no contexto internacional.

⁴ Os membros das Nações Unidas que assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não governem completamente a si mesmos, reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios (Fragmento da carta da ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>

Angola), apenas a China era dividida entre o MPLA e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Os movimentos possuíam ideologias diferentes e embates por poder. Segundo Agostinho, Savimbi, líder da Unita, possuía projetos diferenciados dos outros:

Desde o início, sabia que para alcançar os seus objetivos era preciso o emprego da força. Assim que dispôs dela, avançou logo para a luta. Os projetos que procuravam levar a cabo, eram: liberdade e independência nacional, justiça social, trabalho e progresso, e incentivava a religião no seio da sociedade, que teria efeito catalisador das propagandas. As suas ideias quanto ao consumismo, apresentado pelo MPLA, em colaboração com países comunistas, levaram a que o partido nunca aceitasse o poder do MPLA. Posteriormente, constituiu-se como um partido revolucionário, que buscava salvar o povo da mão do comunismo. Essa discordância de ideologia resultaria numa trágica Guerra Civil (AGOSTINHO, 2011, p. 18).

A revolta da baixa de Cassange e o assalto a cadeia de São Paulo foram cruciais para o início do período turbulento em Angola, marcando, portanto, a reivindicação das colônias portuguesas pelos movimentos de libertação, UPA (FNLA), MPLA e a UNITA. É a partir de 1960 que vários países fronteiriços da África Austral, vão conseguindo independência. Isso torna-se um fator importante para a implantação de movimentos nacionalistas em Angola.

Malawi (antiga Niassalândia) consegue sua independência em 6 de julho de 1964. A Zâmbia consegue sua autodeterminação em 23 de outubro de 1964, possibilitando aos movimentos uma nova abertura pelo Leste do país. Em 1965 o Zimbabwe torna-se independente. Todos esses processos que envolvem o antigo império britânico na região funcionam como um elemento impulsionador e decisivo para a luta anticolonial que se instituiria em Angola, através dos movimentos independentistas. Para além das inspirações motivadas pelos países independentes, os líderes dos movimentos também procuravam estabelecer laços de sustentação das lutas no interior de Angola.

O processo de negociação para a independência passou a ser possível com o fim do regime Fascista português, ocorrido por meio da Revolução dos Cravos em 1974. Um acordo intitulado Alvor foi negociado entre o Governo português e os líderes do movimento, estabelecendo regras entre os movimentos, além de instituir um governo de transição e uma data para a independência de Angola.

O acordo estabelecido entre os líderes dos movimentos para o fim da guerra não foi respeitado, resultando em uma ampla concorrência para recrutar militares angolanos, para que o reforço armado de cada grupo ficasse preparado. Segundo

Agostinho, Portugal tentou manter uma certa neutralidade, porém sem êxito, estava sem força suficiente para impor algum tipo de poder, por essa razão não conseguiu assegurar a ex colônia paz e tranquilidade necessárias. “Angola não tardou a sofrer efeitos da intervenção armada internacional, mergulhados no interesse territorial e no confronto da Guerra Fria” (2001, p. 31). Aquilo que havia começado como um conflito puramente doméstico, tornara-se um movimento crescente com impulsionamento das forças armadas estrangeiras.

Seguindo esse cenário de conflitos, a maioria dos contos presentes no livro *Fronteiras Perdidas* contemplam esse tema. Em “Plácido Domingo contempla o Rio em Corumbá” os personagens são inseridos em um contexto de lutas e diferentes interesses, políticos e pessoais, vivenciados durante a Guerra por libertação. Esse trajeto literário desenvolvido por Agualusa, situa seus personagens em experiências parecidas com as vividas pela população Angolana. Plácido Domingo, é um personagem que representa bem aqueles que participaram da guerra. Capitão do Exército português, infiltra-se em um dos movimentos com intuito de colher informações para Portugal:

Pouca gente conhecia o seu verdadeiro nome: Plácido Afonso Domingo. Em 1962 ele era capitão do exército português. Nesse ano, numa operação cujo escândalo o regime Salazar não conseguiu sufocar, desviou um avião para Brazaville e juntou-se aos guerrilheiros do MPLA. Desaparecia o Capitão Afonso Domingo e nascia um mito: o Comandante Maciel. Após a Revolução de Abril, desembarcou no aeroporto de Luanda, com outros dirigentes do movimento, e foi levado em ombros por uma multidão eufórica (AGUALUSA, 2009, p.47).

A Revolução dos Cravos é ficcionalizada nas vivências do personagem Plácido Domingos. “A revolução apanhou-nos de surpresa. Num dia tínhamos o terrorismo quase controlado e no dia seguinte os terroristas estavam no poder” (AGUALUSA, 2009, p.49). Com o fim do poder em decorrência da queda do regime Fascista Português, Plácido Domingo encena o desequilíbrio vivenciado pelos soldados portugueses o que de forma comparativa exemplifica sua situação como uma criança que segura um papagaio de papel e de repente alguém corta a corda que sustenta o papagaio:

Quando se deu 25 de Abril eu senti-me como esse papagaio. Num dia tinha uma pátria, tinha uma missão, era um soldado e cumpria ordens. No dia seguinte Portugal, aquele Portugal que era a minha pátria, já não existia, já

não existia quem segurava os cordéis. Tudo isso tinha deixado de existir e eu era realmente um terrorista pago por Moscovo (AGUALUSA, 2009, p.49).

Com a queda do poder de Portugal, alguns dos portugueses infiltrados no movimento, aproveitaram-se da posição que estavam ocupando para manterem-se do lado de quem estava com o poder em mãos:

Perguntei-lhe se mais alguém, em Angola, conhecia aquela história. Plácido Domingo olhou para mim como se eu fosse uma criança:
— Tínhamos muita gente infiltrada no movimento, é claro, e dois ou três jovens em posições importantes. Esses ficaram ao lado dos comunistas e hoje, possivelmente, ocupam posições ainda importantes (AGUALUSA, 2009, p.49).

A sua saída de Angola em 1975 representa uma incógnita para muitas pessoas. O narrador muito curioso não se esquiva ao perguntá-lo e logo é arremetido por Plácido que talvez ele se arrependeria de ter feito tal questionamento. Muitos acreditavam que Plácido seria nomeado Ministro da Defesa em 1975. No entanto,

Agostinho Neto enviou-o a Cuba, numa missão secreta, e nunca mais ninguém o viu. Disseram que a FNLA o tinha atraído para uma armadilha. Disseram que se zangara com Fidel Castro. Disseram que havia fugido com uma fortuna em diamantes. Disseram que morrera em Havana de um ataque cardíaco. - Disseram muitas coisas acerca de mim – e, nem se aproximam da verdade. (AGUALUSA, 2009, p. 48).

Plácido, na verdade é um infiltrado no movimento Angolano. Sempre trabalhou para os Portugueses e se classifica como um ex-agente de Direção Geral de Segurança, a PIDE. “Quando desviei o avião para Kinshasa levava como missão infiltrar-me nas estruturas do MPLA, e foi isso que fiz” (AGUALUSA, 2009, p.48).

Enquanto Agualusa nos apresenta um personagem que vivencia a guerra como um integrante que faz parte da liderança dos movimentos, como em “Plácido Domingo contempla o rio em Corumbá”. Em “Eles não são como nós”, o caos sofrido pelos angolanos após a independência de Angola é recontado sob as peles de Dona Filipinha, o invasor e Carolina, moça de 15 anos que mora com Dona Filipinha após ser tirada “da casa da família porque os cinco irmãos, todos mais velhos, se aproveitavam dela (a mãe dizia que era ela que se aproveitava deles)” (AGUALUSA, 2009, p.76).

O narrador já inicia a narrativa com a sorte vivenciada na madrugada por Dona Filipinha “O que salvou Dona Filipinha de Carpo foi o Padre António Vieira” que ao deitar, leu o Sermão de Santo Antônio aos peixes “e tão encantada ficara com o

discurso do jesuíta que às duas horas da manhã ainda estava acordada” (AGUALUSA, 2009, p.73). O invasor possuía um ar feroz e ao mesmo tempo desamparado. Vestia uma velha farda do exército, muito gasta, calçava uma sandália aberta que deixava à mostra as unhas pintadas, cada uma com uma cor diferente. Dona Filipinha com intuito de acalmá-lo, o convida para ir até a cozinha:

O homem voltou-se em silêncio e apontando-lhe a faca murmurou:
 — Se gritares matamos-te já!
 Estava assustado. Dona Filipinha teve pena dele:
 — Pouse a faca – disse-lhe. – E vamos conversar.
 (...)
 Olhou-a com raiva:
 — Conversar? Conversar não nos mata a fome!
 (...)
 No Cuíto – disse -, sonhávamos todas as noites com comida.
 Dona Filipinha olhou-o enquanto preparava a sopa:
 — Então você esteve no Cuíto?...
 O homem não pareceu ouvi-la:
 — Isso foi antes de começarmos a comer os mortos. Agora já só sonhamos com eles (AGUALUSA, 2009, p.73-74).

O homem, não o bastante, ainda afirma que se a velha senhora, estivesse dormindo na hora da invasão, “tínhamos-te cortado o pescoço – disse. – A ti e à tua filha” (AGUALUSA, 2009, p.74). Enquanto Dona Filipinha tentava acalmar o invasor e proteger a jovem que morava com ela, vários tiros podiam ser ouvidos do lado de fora da casa “uma primeira rajada, muito perto, e logo outra ao longe. Uma voz cansada gritou qualquer coisa. A seguir não se ouviu mais nada”:

— É assim todas as noites – disse a senhora -, a semana passada encontrei um cadáver nas escadas. Tinham-lhe cortado os dedos. Contei oito espalhados pelo chão. Alguém me disse que era um bandido. O homem olhou com estranheza as próprias mãos. Pegou na colher e comeu em silêncio o resto da sopa. Falava como se estivesse sozinho (AGUALUSA, 2009, p.74 - 75).

Mesmo tentando evitar qualquer ação negativa do invasor, Dona Filipinha não obtêm êxito, é forçada a entregar um saco para que o homem recolha o que lhe for interessante. É nessa hora que Carolina entra inteiramente nua na cozinha e surpreende os dois “O homem sacudiu a cabeça: - Não deveria deixá-la andar assim. Não neste tempo, não neste país” (AGUALUSA, 2009, p.75-76). A ideia de insegurança é exposta na fala do invasor que transpassa a sensação vivenciada por aqueles que participaram direta ou indiretamente dos movimentos de libertação, não ter mais um país e não o reconhecer mais como seu.

A jovem Carolina serve como elemento para o diálogo de Dona Filipinha com o invasor, embora ela seja ainda jovem, para Dona Filipinha a sensação é que estava criando uma flor carnívora:

Tenho medo dela — murmurou. — Não é como nós.
Pela primeira vez o homem olhou-a nos olhos:
— Este país também já não é o nosso — disse baixando a voz. — É o país deles. Deus abandonou-nos e o mundo esqueceu-se de nós (AGUALUSA, 2009, p.76).

Dona Filipinha se identifica com o invasor ao dizer que Carolina não era como eles, no entanto, embora tenha havido essa identificação, o objetivo dela, a princípio, era tentar evitar o inevitável: Ter sua casa assaltada, seus bens levados.

No conto “A noite que prenderam o Pai Natal”, Pascoal, protagonista do enredo, é conhecido por trabalhar como zelador de piscina há quarenta anos. Com o avanço dos confrontos, os portugueses, que até então eram seus patrões e “amigos”, fogem. Esse primeiro abandono só não o entristeceu mais do acompanhar a entrada dos guerrilheiros, os tiros a qualquer hora e aos constantes saque as casas, como também a invasão a piscina que ele tanto cuidava. “Pascoal compreendeu que os dias felizes haviam chegado ao fim” (AGUALUSA, 2009, p. 112).

A situação “confortável” de Pascoal muda radicalmente com as transformações de cenário à sua volta. O território, antes dominado pelos portugueses, agora passa a ser retomado pelos próprios angolanos, as guerras civis instituídas não tornam fácil esse processo. O espaço a qual Pascoal tomava como seu, passa a ser degradado. Primeiro, a piscina é invadida e pouco a pouco destruída. Antes, as crianças que ousassem invadir a piscina, eram expulsas a tiros de pressão de ar por Pascoal. Agora, elas, faziam xixi do alto das pranchas e Pascoal nada fazia, era inútil qualquer tentativa de socorro a piscina:

Até que numa tarde faltou água. Não veio no dia seguinte, nem no outro, nem nunca mais. O cloro acabou pouco depois. A piscina murchou. Ficou amarela, de um amarelo baço, ficou ainda mais baço, e subitamente encheu-se de rãs. A princípio Pascoal tentou combater a invasão indo buscar a espingarda. Não resultou. Quanto mais rãs matava, mais rãs apareciam, rãs felizes, enormes, que nas noites de lua cheia cantavam até de madrugada, abafando o eco dos tiros, ao longe, e o latido dos cães (AGUALUSA, 2009, p. 112-113).

O protagonista sofre com as humilhações impostas pelos soldados, indivíduos encarregados de defender o país, se mostram arbitrários e submetem, não só o protagonista, mas a população a situações de humilhações:

Uma espécie de cansaço desceu sobre as casas e a cidade começou a morrer. África – vamos chamar-lhe assim – voltou a apoderar-se do que fora seu. Abriam-se cacimbas nos quintais. Acenderam-se fogueiras nos jardins. O capim rompeu o asfalto, invadiu os passeios, os muros, os pátios. Mulheres pilavam milho nos salões. Os frigoríficos passaram a servir para guardar sapatos. Pianos deram excelentes coelheiras. Gerações de cabras cresceram a comer bibliotecas, cabras eruditas, especializadas em literatura francesa, umas, outras em finanças ou arquitetura. (AGUALUSA, 2009, p.113).

O momento limítrofe de transição do sistema nacional, fruto do falecimento da utopia colonial, gerou um sujeito de carácter dúbio, resultando pseudo-nações dentro da pátria que refletem de forma opressora o discurso hegemónico marcado pelo mau uso do poder. Dessa forma, pertencer aos limites territoriais angolanos, não assegurou uma unidade nacional. Além do mais, a decrepitude da cidade descrita no fragmento acima, correlaciona ao sentimento de morte e desespero para muitos.

Como consequência da guerra, a cidade sofre com os bombardeios que arruinam a piscina e com todas as “certezas” que aparentemente sustentavam a vida de Pascoal cotidianamente durante a realidade colonial. Esse infortúnio, representa para o personagem, a falta de um sentido para sua vida, ao ponto de andar à deriva por entre os escombros durante algum tempo, até ser recolhido das ruas por uma tropa de brancos e conduzido à capital do país.

A ficção e a história andam em analogia quando nos voltamos a perceber a organização dos grupos em prol da libertação do país. O MPLA se destacava quanto a superioridade. No entanto, os seus oponentes buscavam derrubar esse poder que já instalava o comunismo. A desestruturação da paisagem conhecida por Pascoal é um reflexo das lutas entre os movimentos e da forma desestruturada das lutas. Segundo Agostinho, a FNLA e a UNITA ao contestarem o forte poder do MPLA lançaram diversas ofensivas contra o movimento, sua alegação se pautava no combate ao comunismo em Angola:

Particularmente, a UNITA, através de apoios que viria a adquirir pós 1975, viria constituir-se em movimento revolucionário, e faria frente ao MPLA até abril de 2002, período em que terminou a Guerra Civil em Angola, com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi (2011, p.40-41).

Momentos históricos e epistemológicos podem apresentar a fronteira espaço-temporal. Entre o colonialismo e o pós-colonialismo se estabelece o espaço limítrofe

que se configura como um momento de transição. Pressuposições são estabelecidas, como indefinição e expectativa, até que um novo sistema seja estabelecido.

Segundo Inocência Mata, em seu artigo “*A crítica literária africana e a teoria Pós-colonial: um modismo ou uma exigência?*”, o pós-colonial não pressupõe diretamente uma linearidade cronológica do tempo, embora o sentido do termo direcione para o fator temporal, em vista de um agenciamento da existência de um após tendo passado um processo de descolonização. O pós-colonial aqui referido se constitui como uma nova visão da sociedade, bem como afirma a autora, ao mesmo tempo que encena uma reflexão sobre a condição periférica do sujeito. Já o termo colonial, “continua a informar o eixo narrativo de referência, numa marcha temporal que caminha nitidamente do *pré* para o *pós* e deixa descobertas as suas relações ambíguas com novas formas de colonialismo, isto é, com o neocolonialismo” (2008, p.12).

O movimento de inserção dos personagens dentro do período das guerras, circunscreve uma realidade contada pelo viés da literatura sobre o quão difícil foi vivenciar esse Pós – Colonial. O velho Pascoal é um exemplo muito representativo das condições dos sujeitos em meio ao caos desse período. O narrador ao pronunciar seu nome sempre o qualifica: O velho Pascoal, esse ser velho, sugere um estado físico vulnerável, mas tradicionalmente, rico de conhecimentos que são transmitidos aos mais jovens como forma de manter uma tradição viva. No entanto, além de ser velho, Pascoal ainda apresentava mais uma condição que o tornava um ser vulnerável em meio ao período vivenciado, o albinismo.

Retrato de pura ignorância, os albinos sofrem com o preconceito social e com as superstições de que partes do seu corpo trazem boa sorte. Essa condição os torna marginalizados e amedrontados, pois a insegurança é um fator constante em suas vidas. Pascoal sofre com essa marginalização: “Bateram-lhe. Deixaram-no como morto dentro da piscina. Meses depois, vieram outros soldados. Tinham-lhes dito que ali havia um albino que criava galinhas, e como não encontraram nenhuma, é claro, bateram-lhe também” (AGUALUSA, 2009, p.113-114). Além da violência física, o personagem é ridicularizado: “esse albino está armado em arrogante – irritou-se um soldado. – Deve pensar que é branco, vejam só, um branco de imitação” (AGUALUSA, 2009, p.113). Piadas eram feitas por conta de sua condição genética:

Riam-se:

— Pascoal, o preto mais branco de África.

Contavam piadas sobre albinos:

— Conheces aquela do soba, no dia da Raça, que foi convidado para discursar?

O gajo subiu ao palanque, afinou a voz e começou: “Aqui em Angola somos todos portugueses, brancos, pretos, mulatos e albinos, todos portugueses”. (AGUALUSA, 2009, p.12).

O abandono, a morte para terem partes do corpo transformadas em amuletos, crenças desmedidas são o retrato dos albinos em África. Pascoal reflete esse panorama social e ganha ainda mais destaque por estar inserido em um momento de transição de poder em Angola e sofre diretamente com as consequências do caos e da corrida por poder promovida pelos grupos que formavam os movimentos de libertação.

As controvérsias são presentes na vida do protagonista, os brancos o estimavam, mas não lhe poupavam piadas. Já entre os pretos, não era visto com bons olhos. Tais afirmações podem ser identificadas no fragmento a baixo:

Os brancos gostavam dele, era Pascoal para aqui, Pascoal para ali, confiavam-lhe as crianças pequenas, alguns até o convidavam para jogar futebol (foi um bom guarda-redes), outros segredavam confidências, pediam o quarto emprestado para fazer namoros. O quarto de Pascoal ficava junto aos vestiários masculinos. Aquela era a sua casa. Os brancos davam-lhe palmadas nas costas:

Pascoal, o único preto em Angola que tem casa com piscina.

(...)

Os pretos, pelo contrário, não gostavam de Pascoal. As mulheres muxoxam, cuspiam quando ele passava, ou pior do que isso, fingiam nem sequer o ver. As crianças saltavam o muro, madrugadinha, e lançavam-se à piscina. Ele tinha de se levantar, em cuecas, para os tirar de lá (AGUALUSA, 2009, p. 111 - 112).

A destruição da constituição material construída no período colonial vai atribuindo novas funções aos que antes servia para outros fins, como por exemplo, a piscina, que passou a servir para a criação de galinhas. Por outro lado, a identificação com o que está a sua volta parece ruir ou metamorfosear a partir que novas condições, lançadas pela própria vida, surgem e dão sequência a narrativa.

O cenário decrépito de uma cidade em ruínas também é evidenciado no conto “A armadilha”. Justo Martírio é um advogado que se manteve em exílio longe de Angola por 25 anos. O parágrafo inicial do conto já contempla a percepção do personagem acerca da realidade a sua frente:

Justo Martírio olhou com desconfiança para a fachada do prédio. Noutros tempos aquele deveria ter sido um edifício nobre. Ainda havia nos fortes mármore do *hall*, outrora de um fulgor sem mácula, ou no que restava dos vitrais, ao estilo *art déco*, sobre a larga portada, vestígios da grandeza perdida (AGUALUSA, 2007, p. 37 grifos do autor).

Apenas com dois meses de retorno, Justo Martírio não se conformava com a situação da cidade ao ponto de chegar em casa do trabalho desanimado “enchia a banheira de água quente, despia-se dentro dela a chorar” (AGUALUSA, 2007, p. 37). Sem amigos e com um trabalho que lhe consumia 12 horas do seu dia, a única pessoa com quem externava algum tipo de contato além dos que encontrava na rotina do trabalho, era a sua irmã. No entanto, essa se mantinha muito rancorosa, pois não se conformava em o irmão ter deixado o país durante o período tenebroso. “Parece que odeias esse país – dizia-lhe. – Vocês, os que abandonaram o barco, têm o coração cheio de rancor” (AGUALUSA, 2007, p. 38).

O rancor é motivo de questionamento para o personagem, afinal, seria ele o rancoroso ou a irmã? Sempre que ela o confrontava com afirmações acerca de sua saída de Angola, ele pensava em tudo que envolvia essa decisão:

Não era rancor. Apenas tristeza. E sim, abandonara o barco. Abandonara o barco porque sabia nadar. Muitos dos que tinham ficado no barco gostariam também de ter saído. Agora viam regressar os que tinham abandonado o barco, os que não tinham comido durante meses a fio apenas peixe-espada grelhado com arroz, os que não tinham tomado banho de caneca, os que não sabiam distinguir uma arma pelo som do disparo, os que não haviam conhecido nunca a humilhação das filas, nem da falta de água, viam-nos chegar e não lhes perdoavam. Quem, afinal, tinha o coração cheio de rancor? Pensava em tudo isto sempre que a irmã o provocava. Todavia, ficava calado. Não gostava de discussões (AGUALUSA, 2007, p. 38).

No entanto, o enlace da narrativa não se constitui, em especial, nessa questão familiar. A desaprovação da irmã é só um pequeno desgosto em comparação ao destino reservado para Justo. A narrativa não nos deixa claro o motivo que leva Justo Martírio ir a um determinado prédio. Em sua agenda, o endereço está anotado, no entanto, ao chegar no determinado lugar, “abanou a cabeça, com um suspiro de derrota, e entrou” (AGUALUSA, 2007, p.37). Ao entrar, hesitou por um instante ao ver um sujeito vestido com um casaco militar muito sujo e gasto. Esse homem, estava exercendo a função de um ascensorista, se era seu trabalho, não temos como evidencia, haja visto que existe uma dualidade de informações entre suas vestimentas e a atividade que está exercendo:

- Nono andar...

O homem enfiou uma das chaves na ranhura, junto a porta do elevador, e logo uma luz começou a piscar. O elevador desceu.

- Tem de ser assim – explicou-lhe. – Senão dão cabo de tudo. O cota esteja tranquilo, este elevador tem gerador próprio. Mesmo que falhe a luz em toda a cidade ele continua a funcionar. Nunca para. É para o nono que vai, tem a certeza? (AGUALUSA, 2007, p.38).

É interessante observar que em alguns momentos do conto, Justo Martírio pensa em não adentrar no prédio, além de também ser questionado pelo sujeito no elevador se tinha certeza que era mesmo o nono andar. Isso, ao que parece, seria o prenúncio de que algo de ruim estaria para acontecer. Não tarda para que Justo se depare com o improvável. Inicialmente, cada vez que o elevador vai subindo a sensação do protagonista é de que recuava. O narrador faz referência de que o passar dos andares o direcionava para o caos primordial. A desolação era presente em cada andar que passava, o prédio estava em ruínas:

No quinto andar entreviu destroços mecânicos e crianças nuas correndo por entre eles. O sétimo e o oitavo pareciam abandonados. Depois o elevador deteve-se e Justo Martírio desembarcou, aturdido, num corredor limpo e cuidado, que parecia não pertencer nem ao prédio, nem à cidade, tem tão pouco àquele tempo (AGUALUSA, 2007, p.39).

Ao chegar no andar desejado, as portas estavam todas protegidas com fortes grades, até o acesso às escadas estava impedido com uma grade, impecavelmente, pintada de vermelho. “Reparou numa placa de metal aparafusada à porta do centro. Aproximou-se e leu – <<Gonçalves & Filhos – Contabilistas>>. Provavelmente se enganara com o número do prédio” (AGUALUSA, 2007, p.40 grifos do autor). Mais uma vez Justo é tomado pela dúvida em relação ao endereço anotado em sua agenda. Se estava correto, não temos a resposta, no entanto, o nome do conto e do personagem estão muito bem alinhados com o fim do enredo e fazem muito sentido quando chegamos nessa parte do conto. O elevador que só podia ser acionado por meio do uso de um molho de chaves, desce. Justo não tem essas chaves e um papel na parede informando sobre o fechamento do escritório de contabilidade durante 25 dias de férias o fez ficar preocupado em como ia conseguir sair dali. Tentou forçar as grades, mas foi inútil. Nesse momento, lembra-se das armadilhas que usava para pescar quando criança, “os peixes entravam facilmente por uma abertura estreita, mas elástica, em formato de cone, numa das extremidades. Uma vez, se ele se demorava

a recolher armadilhas, entrava um peixe maior e comia os restantes” (AGUALUSA, 2007, p.40).

Para Justo, ainda existia uma possível salvação, seu celular. No entanto, o que se sucede após a lembrança de que estava com o telefone é algo improvável, ele o perde. O narrador nesse momento ironiza a situação do personagem: “Justo Martírio podia ter ficado quieto. Podia ter-se ajoelhado, calmamente, e procurado o telemóvel. Ao invés disso, porém, deu dois passos, atarantado, procurando o apoio de uma parede, e, ao segundo passo, esmagou o telemóvel” (AGUALUSA, 2007, p.41). Sem as chaves e sem celular, não havia mais o que fazer. Até tentou gritar por socorro, bater nas grades, no entanto, sem resposta. “Finalmente, sentou-se no chão, e chorou (AGUALUSA, 2007, p. 41).

De fato, o nome do conto foi bem objetivo com a realidade e com o fim do personagem. Ser direcionado a um endereço que lhe guarda uma armadilha que se torna ainda mais eficaz quando o personagem fica desconsertado e perde seu telefone, único meio, naquela situação, possível de salvação.

O que nos deixa ainda mais alinhados com o plano narrativo de Agualusa é pensar no castigo direcionado a Justo Martírio por ter saído de Angola por 25 anos e agora ser preso em um andar de um prédio sem uma saída por 25 dias. A estratégia literária foi muito bem colocada, tanto, que até o nome do personagem também faz referência ao seu destino. É muito irônico imaginar que Justo Martírio merecia ter um justo martírio devido a sua escolha em ficar exilado do país durante a guerra.

Não é algo novo pensar que o mesmo rancor que a irmã de Justo sente em relação a ausência do irmão também seja a mesma de outras pessoas. Se antes, ele que sabia nadar tinha pulado fora do barco e não tinha permanecido no país a comer apenas peixe-espada grelhado com arroz, agora era obrigado a ficar inteiramente sem comer e possivelmente morrer. Embora o título seja muito objetivo e sugestivo, o final é plenamente inesperado. Justo Martírio é condenado por sua escolha.

A objetividade é uma das características do conto. Para Júlio Cortázar, “um conto é uma verdadeira máquina literária de criar interesse (...)” (1974, p.122-123). Nesse caso, o que se mostra mais importante é o que está acontecendo levando em consideração a intensidade desses acontecimentos, assim o leitor é arrebatado não só por sua extensão, mas também pelo efeito narrativo, que ao possuir um final inesperado é capaz de causar surpresa no leitor.

Levando em consideração essas características do conto e, mais precisamente, o sentido do texto, destacamos como principal elemento constituinte na ficção dessas obras a revalidação da crítica do passado, não por um viés saudosista, mas como uma nova forma de reler a História, proporcionando novas possibilidades de pensar e questionar o passado. A literatura que se constitui por meio dessa dimensão crítica é fortemente caracterizada como um elemento a mais no processo de descolonização, por ser uma literatura de resistência perante as chagas deixadas pelo colonizador.

O historiador Joseph Ki-Zerbo afirma que “cada partido ou nação enxerga o meio-dia da porta de sua casa” (1982, p.128), tal afirmação desencadeia a perspectiva de que cada dominador escreve sua versão da história. A literatura assume um importante papel nesse contexto, por modificar o discurso hegemônico e (re) escrever a História.

Para a pesquisadora Renata Flávia “com a revisão do conceito de história, podem, enfim, ser dadas “as merecidas batatas” àqueles que não tiveram voz no processo histórico” (2003, p.141 grifos da autora). Essa “nova história” ganha perspectivas de pessoas comuns. Dessa forma, o privado também passa a ser matéria-prima para a construção do relato histórico, já que a perspectiva individual não era considerada no passado, o que era levado em conta pelo poder político e/ou social se pautava através da base de documentação histórica. Ainda segundo a autora, “A temporalidade das narrativas contemporâneas transforma-se não em um movimento histórico incontestável, mas num monumento de um tempo social no qual estão incluídas todas as personagens, dominadoras e dominadas (2003, p.141). Esse ambiente de ficção se constrói por meio da releitura do passado e não a sua revivência, dessa forma, a literatura não possui compromisso com a “verdade” dos fatos e nem com os atores da vida real, induz questionamentos suscitando novas “verdades”.

Ao nos debruçarmos sobre o que diz Mário Lugarinho acerca da obra *Fronteiras Perdidas*, podemos prontamente alinhar seu pensamento com as narrativas que são apresentadas na coletânea *Passageiros em trânsito*. Isso porque, as duas coletâneas direcionam para demonstrar a falência de um projeto nacional. “O que o abstrai de fazer o conjunto de narrativas curtas participar diretamente da série literária nacional angolana harmônico” (LUGARINHO, p.307). O narrador dessas narrativas encontra-se em constante trânsito, dessa forma, um estatuto nacional harmônico

torna-se uma caracterização impossível de ter por não possuir uma localização geográfica fixa. Ainda que em *Fronteiras Perdidas* sejam feitas referências da localização do conto ou da escrita dele no sumário, a narrativa construída não faz referência direta com tal cidade. Dessa forma, o discurso do narrador não possui uma origem nacional. O trânsito do narrador é responsável por determinar Angola como paisagem geográfica e cultural por onde ele e os personagens se deslocam e rememoram situações que os possibilitam ter as fronteiras da identidade nacional perdidas e assim transformarem-se em passageiros em trânsito.

O título das obras nega as convenções da literatura nacional angolana e “contradiz o horizonte de expectativas do leitor das narrativas angolanas – não há tradição a ser buscada, não há história a ser recontada” (LUGARINHO, p.308). A proposta de Agualusa se caracteriza em fazer um paralelo entre o passado e o presente, à medida que esse é lesionado e aquele é percebido como um discurso falido. Assim, ao ser revelado um passado arruinado, o fluxo de acontecimentos vividos durante as últimas décadas, mostra-se mais real do que a história oficial do país que insiste por tentar manter-se como verdadeira.

3 LUGARES DE MORANÇA

3.1 Não há mais lugar de origem / a origem é existir

Zygmunt Bauman, em seu livro *a Cultura no mundo líquido moderno*, cita que a construção de novas concepções da cultura como algo que estar deixando de ser aquilo que Pierre Bourdieu havia captado como um estágio homeostático ou a serviço de um *status quo*, elemento fruto da reprodução monótona da sociedade. Tendo em vista essa perda de posição como uma consequência das transformações da modernidade, segundo o autor, passa da fase sólida para a líquida. Bauman ainda explica o porquê de usar a expressão modernidade líquida, segundo ele, existe uma modernização compulsiva da modernidade capaz de modificar a si mesma de forma impulsionadora como analogicamente acontece com os líquidos, por assim entender, não caracteriza a modernidade igual a outros autores que a intitulam de *pós-modernidade*, *modernidade tardia*, *segunda modernidade* ou *hipermodernidade*. Dessa forma,

Dissolver tudo que é sólido tem sido a característica inata e definidora da forma de vida moderna desde o princípio, mas hoje, ao contrário de ontem, as formas dissolvidas não devem ser substituídas (e não são) por outras formas sólidas e *permanentes* que as anteriores, e, portanto, até mais resistentes à liquefação. No lugar de formas derretidas, e, portanto, inconstantes, surgem outras, não menos — se não mais — suscetíveis ao derretimento, e, portanto, também inconstantes (grifos do autor, 2013, p.11).

Ao entender que a cultura perdeu a função severa de uma hierarquia social reproduzida em si mesma, tornou-se capaz de servir como uma fórmula para a resolução de conflitos individuais perante os problemas da vida das pessoas. A cultura em tempos líquido-modernos vem se ajustando a liberdade individual de escolha de cada sujeito, da mesma forma, que a responsabilidade também recai para esse, agora nomeado “como gerente principal da política de vida, e seu único café executivo é também movido pelas consequências das suas escolhas, fruto de uma condição humana líquida-moderna” (BAUMAN, 2011, p.12). Ainda segundo o autor com referência ao que fora analisado por Bourdieu, a cultura em sua nova roupagem proporciona um engajamento ao sentido de fixar tentações, em promover estímulos, em atrair e seduzir. No que diz respeito ao desempenho do papel de homeostato, “esta não é a conservação do estado atual, mas a poderosa demanda por mudança constante” (2013, p.12). No entanto, tal mudança se constitui sem direção

estabelecida, e por assim se estabelecer, serve a um mercado de consumo pautado na orientação com base em uma rotatividade.

A liberdade, as transformações do que se entende por cultura, e a ideia de que o sujeito deve ser responsável por suas escolhas, e posteriormente as consequências, culminam com os trânsitos culturais e identitários que emergem de maneira fluída nas relações sociais e pessoas contemporaneamente. No entanto, não existe uma regra a ser seguida, em decorrência de fatores outros, sujeitos são colocados em situações de trânsito sem que seja o detentor das suas próprias escolhas como no caso de alguns dos personagens em estudo nesta tese. Essa situação transitória, entre fronteiras, abarca problemáticas diversas e influenciam movimentos desterritorializantes que possibilitam o pertencimento ou a sua negação. Os sujeitos envolvidos nesse processo, vivenciam o não lugar por estarem em movimentos, em territórios que não representam ou até então, não lhe representava sentido.

É interessante salientar o quanto o termo *fronteira* vem sendo compreendido, desde o limite estabelecido entre dois países, até mesmo sentidos simbólicos/metafóricos perante a nova gama de estudos que vem surgindo contemporaneamente. A Geografia, por sua vez, entende a fronteira como elemento que serve para delimitar, separar e dominar territórios, essas atividades espaciais são elementos que compõem a natureza social da espécie humana e por essa razão, é considerada como constituinte do processo de construção socioespacial humano.

Etimologicamente, a palavra fronteira encontra componentes, na língua espanhola (*frontera*), na francesa (*frontière*) e na inglesa (*frontier*) que derivam do latim e indicam parte de um território situado em frente. No século XII um novo conceito para o termo pode ser observado na língua alemã, *granica* (grande região periférica), derivado do termo Polonês *Grenze*. Os cavaleiros da ordem teutônica da antiga Germânica foram os primeiros a usar tal noção em 1238, “para evitar discursões entre os alemães e os príncipes poloneses sobre os confins, indicando não a faixa territorial de *Confin* ou *Mark*, mas sim a linha fronteira” (FERRARI, 2014, p. 03).

Segundo Foucher (1991), a palavra fronteira em língua francesa (*frontière*) provavelmente surgiu no início do século XIV, como objetivo feminino do substantivo “*front*”, “*frontière*”. O registro do uso desse termo se deu a partir de sua utilização pelos militares que iam ao “*front*” para manter guarda e as terras da realeza de prováveis invasores. Para a realização desse tipo de ação, eram construídos fortes militares

para que eles se abrigassem, mais tarde, essas fortificações foram intituladas como fronteiras. Assim, a construção dessas fortificações eram a marca do domínio e sinal de limite territorial. Nesse contexto, o termo “frontière”, inicialmente, possui duas frentes em duas organizações e a segunda, como linha de defesa caracterizada a partir da edificação das fortificações equipadas militarmente. Dessa forma, segundo Machado (1998), o termo fronteira não estava ligado a nenhum conceito de caráter político ou intelectual. Ele surge como um fenômeno usual da vida social, de forma espontânea servindo para indicar as margens de um mundo habitado. Para Machado, na medida que as transformações dos padrões de civilização vão se desenvolvendo “acima do nível de subsistências, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político” (1998, p.41).

Fronteira e limite são elementos presentes na sociedade desde tempos remotos da humanidade. Segundo Guichonnet e Raffestin (1974) os estudos arqueológicos de base etnográfica constataram que o entendimento sobre fronteira e limites já era vivenciado pelas populações americanas, asiáticas, africanas e oceânicas. Seus alicerces se pautavam por meio de cursos d’água ou marcas feitas dentro da paisagem como por exemplo, em árvores. Se tentarmos entender o termo fronteira desde as chamadas sociedades primitivas, conseguiremos notar o quanto pode ser flexionável.

Por ser a terra de uso coletivo, a agricultura era algo praticamente inexistente, as tribos formadas por caçadores e coletores viviam em constante deslocamento em busca de terras ainda não exploradas com intuito de encontrar alimento. Ocupar uma terra se constituía a partir da necessidade de produzir vida, a natureza era preponderante nesse caso, pois era por meio dela que isso podia acontecer, caso o lugar escolhido não oferecesse o que desejavam, logo o grupo sairia em busca de um novo território que poderiam ocupar. Os grupos, mesmo que de forma temporária, ocupavam e defendiam o território que haviam se instalado. Segundo Ferrari,

Embora não houvesse uma apropriação territorial particular, e sim coletiva, cada grupo ou tribo procurava defender sua apropriação contra possíveis invasores, mesmo que temporariamente. Sua forma de expressar a territorialidade estava ligada à crença de cada grupo tribal. Deste modo, fronteira se funda com uma noção sagrada, isto é, era vista segundo as crenças de cada grupo ou expressa pela religiosidade. Na crença de certos grupos, a fronteira era dominada por forças mágicas, lugar de oferendas às divindades protetoras do grupo, e também lugar da expulsão de males do seio de alguma tribo ou comunidade na Bíblia – com a prática dos Judeus que costumavam enxotar o bode expiatório no Confim (2014, p.05).

A noção do confim, ainda com base no que diz o autor, se estrutura a partir da ideia de extremidade pertencente a sociedade limítrofe com o desconhecido, esse por sua vez representava um lugar sagrado pautado no que jaz a supremacia da ideia do bem que sempre vence o mal. Essa noção ainda pode ser traduzida através da passagem da vida para a morte, representados por meio da compreensão da relação entre dois estados (vida e morte) ou dois mundos (dos vivos e dos mortos).

Surgida em meio a noções religiosas, tidas como sagradas, a idealização de uma fronteira pode ser amparada, inicialmente, como uma crença fruto da necessidade de organização do espaço territorial de um determinado grupo que tem na estruturação de limites um símbolo de autoridade, cuja violação era considerada como sacrilégio. Um exemplo desse tipo de noção pode ser encontrado na lenda da fundação de Roma a partir da história de Rômulo e Remo. Abandonados em plena margem do Rio Tibre, crescem por meio dos cuidados de uma loba. Depois de adultos regressam ao lugar onde foram abandonados e fundam a cidade. Rômulo ao instituir um limite puramente simbólico ao abrir no palatino um sulco, que mais tarde viria se tornar a muralha da cidade. Remo ultrapassa essa fronteira por zombaria e como consequência, é morto por seu irmão.

Na Grécia, a noção de fronteira se estabelece através das crenças nas divindades. Ao vencer uma disputa territorial, a cidade vencedora retirava os marcos sagrados da derrota e no lugar construía fortalezas. Sobre isso, Ferrari afirma:

Os marcos eram sagrados, erigidos sobre área de domínio de uma cidade, cujo caráter era demonstrado e reforçado pela construção de duas estatuas, uma do deus Hermes e outra do deus Zeus. A fronteira era materializada duplamente, embora não passasse de uma linha abstrata que limitava as cidades na antiga Grécia. Assim, duas concepções de fronteira são notadas: uma de limite de propriedade e a outra como limite integrante da cidade, que procede provavelmente da difusão do princípio territorial dentro da organização da pólis, ou do novo ideal de igualdade (FERRARI, 2014, p.08).

Os gregos, durante o período clássico, desenvolveram um novo sentido para representar o espaço, iniciando desde um espaço religioso hierarquizado até um espaço do tipo geométrico homogêneo. Partindo do que afirma Martins (1997), embora seja na Grécia o surgimento da Geografia, as fronteiras não se apresentam como algo bem definido, a fragmentação política é a responsável por isso.

É a partir do período renascentista que a fronteira se torna um instrumento símbolo de poder e apropriação territorial, consequência dos avanços em

determinadas ciências, como: a Matemática, a Geometria, a Astronomia, a Cartografia etc. Se até então os limites entre propriedades ainda se constituíam imprecisos, é a partir dos avanços nos estudos dessas ciências, principalmente a Cartografia, que se instituem novas técnicas para separar o espaço geográfico. É nesse período que a relação territorial é realizada por meio da linearização das fronteiras. Para Raffestin (1993), a linearização da fronteira é uma marca do Estado Moderno, em vista da consequência de não ter sido desmentida desde o século XV até o século XX, por assim culminar com elementos que formam linhas rígidas, e por muros, como o Muro de Berlim. Nesse processo, o mapa ou carta política, são instrumentos imprescindíveis para definir, demarcar e delimitar a fronteira. Como exemplo desse tipo de processo, André Martin (1997) cita o tratado de Tordesilhas.

Desde a aceitação do termo fronteira no vocabulário das línguas, o mesmo é utilizado de forma que vai respondendo as necessidades de usos de diferentes grupos, tempos e espaços. Essa utilização conforme a necessidade daqueles que usam não surgiu junto com o termo. O Estado moderno se caracteriza como responsável “pelo aparecimento de limites rígidos entre as sociedades nacionais e desde então, todo o espaço terrestre seria fragmentado, mais concretamente, pelas divisões entre sociedades nacionais com limites precisos” (FERRARI, 2014, p.11). Partindo dessa visão mais geográfica, compreendemos que é a partir do Estado Moderno que o conceito de fronteira passou a ser associado como limite territorial pertencente a uma nação e conseqüentemente de sua soberania. Segundo Foucher (1991) o entendimento sobre fronteira surgido durante o Estado Moderno se constitui por meio de estruturas espaciais elementares, que de forma linear, terão como função a ruptura ou a descontinuidade geopolítica. Dessa forma, o intuito não constitui apenas na separação de espaços, “mas também o tempo das histórias, das sociedades, das economias, dos Estados, das línguas, entre outros” (p.38).

A idealização de uma fronteira natural também é realizada, no entanto, Raffestin (1993, p.166) afirma que “é absurdo falar em fronteiras naturais, que só existem na condição de serem subtraídas da historicidade. E se as subtrairmos da historicidade, é para naturalizá-las, ou seja, para fazê-las o instrumento de uma dominação que procura se perpetuar”. No entanto, outra concepção sobre fronteira surge, intitulada “espiritual”. Na França, Jaques Ancel contesta teses sobre fronteiras. Para ele, acreditar em uma linearidade das fronteiras seria uma absoluta alusão cartográfica materializada nos traçados observados nos mapas, a fronteira natural se

constituiria, segundo o autor, uma irreal fantasia fruto da paisagem. Em seus estudos, André Martin aborda o posicionamento de Ancel e compreende que o mesmo considerava que a noção de fronteira deveria ser resgatada na história, dessa forma, se encontraria o sentimento ou o espírito de fronteira, que conseqüentemente, estaria expressando o significado de pertencer a um espaço nacional comum.

De acordo com Kanuss (2004), em uma abordagem feita a partir das teorias desenvolvidas pelo historiador Frederick Jackson, afirma que Turner em sua tese de doutoramento distingue a fronteira americana da fronteira europeia. Para Turner, a fronteira é o lugar que proporciona o nascimento do território e da identidade. Para ele, o Oeste americano é considerado como o início da alma americana, do surgimento da democracia e da identidade nacional.

Nesse contexto, limite e fronteira se entrecruzam. Embora não possuam o mesmo sentido o senso comum os associa. Sobre isso argumenta Ferrari,

Desde então, as demarcações lineares manifestando uma realidade política territorial diferenciada estariam associadas à noção de fronteira. Por demarcação linear entende-se a fixação da linha limite com a implantação de marcos sobre o terreno, permitindo identificar o fim ou o começo de um domínio político territorial, passando o limite a compreender a linha de controle legal de um Estado-Nação, ao passo que a fronteira é tida como zona geográfica entre dois sistemas estatais diferenciados (2014, p.19).

O limite é, portanto, considerado por André Martin como uma linha e por assim ser concebido, não pode ser habitado, diferente da fronteira que por se constituir em uma zona, por vezes até bastante povoada, proporcionando intercâmbios entre habitantes de Estados vizinhos, em muitos casos essa relação se configura como contrabando. Raffestin (1993), ao conceituar limite caracteriza-o como um “sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada”. Nesse contexto, toda apropriação ou propriedade possui limites marcados no próprio território ou no que podemos chamar de representação do território, configurado em um plano cadastral ou carta topográfica.

Machado (1998) ao diferenciar limite de fronteira deixa bem clara sua distinção. Enquanto o primeiro é um fator de separação, o segundo pode ser um fator de integração. Nesse ínterim, surge a noção de zona de fronteira, fruto de a noção de fronteira ser divergente do limite. Para Machado (2005), essa zona fronteira possui um caráter singular ao apresentar uma proximidade da linha-limite que promove a

divisão de estados soberanos. Já para Raffestin (1993) a zona fronteira funciona como um elemento que oculta o limite.

Nesse contexto, o limite funciona como um elemento criado pelo poder com objetivo de controlar e regular atividades, já a fronteira pode ser estruturada como um espaço de construção social. Segundo Machado (2000), as fronteiras são pertencentes ao povo, já os limites, tanto são pertencentes a alta política como a diplomacia. É interessante refletir que embora os estudos geográficos aqui expostos iniciem com o conceito de fronteira bem limitado a espaços geográficos, a própria teoria vai se direcionando para o entendimento de que a fronteira é um fenômeno social e cultural, não apenas um simples fenômeno geográfico.

No entanto, as mudanças desencadeadas nos modos de produção, nas organizações que gerenciam as forças de trabalho e nas relações como um todo funcionam como um elemento propulsor de transformações quanto o entendimento do que se entende por limite. Para Raffestin, os limites mesmo que se configurem como linha imaginária, são constituídos como “portadores de uma informação que consome energia, para ser criado, controlado e mantido, não concernem somente ao invólucro espaço temporal” (1993, p.169-170). Eles vão além, pois fazem parte do nosso jogo de relações sociais estruturadas por meio da produção, troca, consumo etc.

Atrelada a ideia de fronteira como uma construção social e de limites como parte de nossas relações sociais, também existe a possibilidade de entender ou buscar entender que as zonas de fronteiras e a ideia de pertencer ou não a um território são questões que estão diretamente ligadas a percepção de identidade em tempos de Modernidade Líquida, como citado por Bauman (2011) em seus estudos acerca das transformações sociais vivenciadas na contemporaneidade. Tais possibilidades, pressupõem a necessidade de atentarmos para as relações que os sujeitos estabelecem entre tempo e espaço, além da forma como se inserem nesse processo, já que são estimulados, de forma consciente ou não, a experimentar paradigmas distintos e construir sua visão acerca da terra que habita e dos territórios que pertence ou julga pertencer.

Os contos selecionados das obras aqui em estudo, *Fronteiras Perdidas* e *Passageiros em Trânsito*, de José Eduardo Agualusa suscitam o espaço de trânsito entre os países de Língua Portuguesa, no entanto, não é restringido apenas a eles,

pressupondo agenciamentos que possibilitam a ampliação de referenciais culturais para a contemplação de novos horizontes.

O embate entre global e o local tem configurado como um sintoma do “ir além”, do cruzar fronteiras. Segundo Bauman, o “derretimento dos sólidos”, esse como traço permanente da modernidade, adquire um novo sentido em decorrência dos novos direcionamentos que assumem as forças que costumeiramente manteriam as questões que envolvem ordem e sistema na agenda política. “Os sólidos que estão para ser lançados no caminho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas” (BAUMAN, 2011, p. 12). Esses elos se subdividem, segundo o autor, entre padrões de comunicação e coordenação que permeiam as políticas de vida conduzidas de forma individual e as ações políticas que representam a coletividade humana.

As relações que se estabelecem perante a contemporaneidade proporcionam experimentar a solidão, a instabilidade, a ausência de perspectivas que direcionem um envolvimento com projetos coletivos que culminem com uma transformação social. Já o questionamento do que somos passa necessariamente pela percepção do outro. “No fundo, explicita-se aí, no processo de construção/reconstrução da identidade, existência de uma complexa relação entre elementos estáveis e os acidentes, as fricções geradas pelo ruído social (JORGE, 2007, p.352).

O sujeito transposto na fronteira do pós-colonial frente à modernidade tardia, camaleonicamente, reveste-se de várias identidades à medida que se desloca de um lugar para o outro. Coabitar entre fronteiras, acarreta momentos de indefinições como acontece com Raquel, personagem do conto “Não há mais lugar de origem” do livro *Fronteiras Perdidas*. A personagem conta ao narrador como era conhecida quando criança: “os meninos, na escola, chamavam-me Fronteiras Perdidas, porque em certos dias eu parecia mulata, e noutros acordava com cara de branca. Acho que essa alcunha marcou o meu destino” (AGUALUSA, 2009, p.67).

Ao referenciar esse conto, torna-se necessário indagar que o termo fronteira quando mencionado pela personagem acarreta a produção de sentido proporcionando entender que o mesmo se refere a marcas identitárias e não a delimitação de poder de espaços geográficos. Nesse trabalho, fazemos uso desse sentido do termo, mesmo que para chegar até ele, tenhamos ido buscar referenciais nos estudos geográficos.

Jorge (2007) quando trata da construção narrativa do livro *Fronteiras Perdidas*, observa que o autor mesmo não fazendo uso do que Huysen chamou de “senso de fronteiras estáveis” ou ter criado narradores-personagens que transitam por espaços múltiplos, “parecem estar em busca da possibilidade de constituir um lugar tenso entre essa multiplicidade e o “conforto” de uma cultura construída localmente” (JORGE, 2007, p. 353, grifos do autor).

Por intermédio desse viés abordado por Jorge, notamos que a existência da metáfora no nome da personagem, no nome do livro e nos movimentos de deslocamentos dos personagens, serve como elemento de reflexão para que entendamos que as fronteiras perdidas não estão apenas ligadas aos trânsitos geográficos realizados por personagens e narradores, mas também nas fronteiras da história de Angola que dilui a partir das contraindicações da existência de uma identidade nacional. Dessa forma, os contos em análise proporcionam um entrelaçamento de fronteiras geográficas e históricas que estão prestes a se perderem ou já foram perdidas. “A geografia encobre a história já que as fronteiras perdidas são políticas e culturais” (LUGARINHO, p.308).

Raquel possui uma personalidade inquietante, fantástica. O narrador por sua vez, se mostra seduzido por ela. Notadamente, ela não parece pertencer a lugar algum. Sua condição de sujeito deslocado é metaforizada no seguinte trecho: “- Às vezes coloco um disco desses e danço um merengue. Eu não disse nada. Há vinte anos que ninguém em Angola dança merengue. Imaginei-a, aos domingos de manhã, chorando na mesa da cozinha” (AGUALUSA, 2009, p.67). Duas outras personagens também aparecem deslocadas, Rosana e Zélia, são brasileiras radicadas em Frankfurt que participam da narrativa ao cantarem uma música “Não há mais lugar de origem/ a origem é existir/ não me diga de onde eu sou/ eu sou, não sou, eu estou aqui. É um bom disco, aquele, mas no Brasil ninguém conhece as duas cantoras” (AGUALUSA, 2009, p.65). O narrador não deixa claro se elas estão no quarto com Raquel ou se são uma abstração de um sonho, já que a narrativa mistura sonho com o encontro entre o narrador e Raquel.

Os cabelos de Raquel possuíam uma luz autónoma. Podia vê-la, podia imaginar o seu corpo esguio, coberto apenas por um edredão de penas, mas continuava a ouvi-la respirar, muito perto de mim, quase ao meu ouvido, no silêncio puríssimo das duas da madrugada. Adormeci e sonhei que viajava num comboio com destino a Berlim. Atravessávamos uma extensa paisagem de arvoredos húmido. Ao meu lado um homem mudava de raça, como um

camaleão, consoante na carruagem estivessem sobretudo brancos, negros, chineses ou indianos. O comboio parou num apeadeiro e saíram todos. Percorreu a seguir uma longa planície de ciprestes escuros e depois entrou num túnel. Passaram-se os minutos, as horas, e nunca mais ascendia à superfície. Preocupado fui à procura de alguém e descobri que estava sozinho. Passaram-se os dias. O comboio continua a atravessar o túnel. Decidi então urinar nas cadeiras para ver se aparecia alguém. (...) Apareceu o homem que mudava de raça. Era preto como eu (naquele sonho eu era preto), mas parecia-se muito com Fernando Pessoa (AGUALUSA, 2009, p. 66-67).

Embora a questão identitária e a relação com os personagens seja algo que trataremos no capítulo seguinte, é imprescindível discutirmos a relação de carga identitária existente nesse trecho. O narrador inserido na realidade e no devaneio externa o que muitos personagens agualusianos passam - a inserção do indivíduo no mundo contemporâneo e as consequências desse processo que, por sua vez, é retratado nos sentimentos do narrador durante a viagem em seus sonhos: solidão, instabilidade e envolvimento com as transformações sociais. Isso torna-se perceptível quando o narrador observa as transformações daqueles que estão a sua volta, como o homem que mudava de raça até o sentimento de solidão experienciado durante a continuação da viagem que é interrompida quando o narrador se assemelha ao homem que mudava de raça. O interessante é que naquele momento o narrador também se assemelhava ao homem, por ser, naquele sonho, preto como ele. Desse modo, o narrador também era um homem que mudava de raça.

Ao lermos os escritos de José Manuel de Oliveira Mendes, entendemos que as identidades são “construções relativamente estáveis num processo contínuo de atividade social” (2002, p.504). Nesse sentido, o indivíduo forma a sua identidade mediante os diferentes agenciamentos e lugares de socialização que podem ser compreendidos como ruído social caracterizado a partir das fricções, dos erros, do caos presentes nas suas diversas relações sociais estabelecidas diariamente com seu grupo familiar, amigos, trabalho etc.

A liberdade de escolha produz a transformação cultural e identitária dos indivíduos que transitam pelo viés do pertencimento e negação referente a um território. No entanto, muitos fatores circunscrevem a trajetória dos sujeitos que por escolha ou por última opção tornam-se desterritorializados e reterritorializados. Esses processos, abarcam uma situação transitória, acarretando nos envolvidos a vivência de um não lugar, por estarem em movimento, em territórios que não os representam ou até então, não os representava.

Esse tipo de personalidade/caracterização pode ser entendido como processo fruto das “experiências migrantes”. No conto “Não há fim” do livro *Passageiros em Trânsito* os personagens também vivenciam o processo de migração. O velho Máximo dono de um restaurante em um lugar distante e sem nome, ali chegou por conta do jogo, ao qual tinha vício. Havia parado naquele lugar, primeiro por ter recebido o restaurante como prêmio, segundo por tentar fugir dos credores.

Os contos referenciados não diferem de outros enredos de Aqualusa, que abordam a temática do trânsito. Os personagens carregam a marca da emigração e conseqüentemente da imigração, ao representarem sujeitos que desejam ou não sair de seus lugares, de suas vidas. Em “Não há fim”, o velho Máximo tenciona ir embora do seu restaurante. Para concretizar seu desejo, propõe ao narrador, que também é personagem, uma aposta: o restaurante contra o seu carro, “se perdesse esperava pelo fim das chuvas, atravessava o rio a pé, e seguia viagem. Se ganhasse pegava no carro e voltava para trás, para a vida que deixei...” (AGUALUSA, 2007, p. 166). Enquanto, o velho Máximo desejava voltar para sua antiga vida, o narrador desejava o contrário: “Irrita-me voltar para trás. Viajo para saber onde as estradas vão dar” (AGUALUSA, 2007, p. 164). Embora, não estivesse disposto a jogar, o narrador aceita a aposta, certo de que não queria voltar para o que havia deixado, tendo em vista que conhecer o dono do hotel ocorreu em decorrência do período chuvoso da região que tomou a estrada e o impediu de passar. As soluções mais cabíveis, se pautavam em duas proposições: esperar a chuva passar ou retornar para onde havia saído. Como a última não era uma boa opção, optou por se aventurar no jogo:

Tirou do bolso das calças um par de dados muito gastos. Reparei que lhe tremiam os dedos e que tinha as unhas manchadas de nicotina. Venceu-me sem dificuldade. Entreguei-lhe as chaves do carro e pedi um café. Sentia-me de repente muito cansado (AGUALUSA, 2007, p. 166).

A possibilidade de ficar ou sair permeiam as vontades dos personagens. Essas experiências migratórias indiciam a vivência entre fronteiras. Ao problematizar relações de indivíduos que se entrecruzam, as categorias necessárias para a compreensão do indivíduo inserido na contemporaneidade se refaz. Esses contos servem como estímulo para a inquietante necessidade de questionamento sobre fluxos a quais os indivíduos são potencializados. As experiências individuais funcionam como elemento de desarticulação de saberes esquecidos pela tradição. Nesse caminho, estar entre fronteiras é permear constantemente a atualização das

identidades, desfigurando-se e reconfigurando-se em diversos níveis sem que novas possibilidades lhes sejam dadas ou negadas.

As migrações são processos de deslocamentos populacionais contínuos e não representam fenômenos novos. As populações territorializam e reterritorializam em um fluxo constante por intermédio de suas produções culturais. Esse movimento é aqui observado por meio dos personagens agualusianos, mas diariamente, esses processos são experienciados em todos os lugares do planeta. No entanto, o nosso olhar crítico se faz através da narrativa que constrói uma imagem do que foi o período da Guerra civil angolana e as consequências dela na vida dos angolanos. Nesse contexto, pode-se observar que além da produção do movimento migrante, também surgem os refugiados em decorrência da Guerra:

Quem está em Luanda, mesmo trabalhando pouco ou não tendo qualificação social (falta de fluência na Língua Portuguesa, por exemplo) e, ainda, possuir uma péssima qualificação profissional para os padrões do mercado informal que se ergue vertiginosamente nas ruas da cidade – capital todos os dias, contando com mulheres, homens e crianças vendendo produtos de todos os tipos, sobretudo os oriundos da China e de Taiwan. (...) Não precisa ter qualificação profissional e social para manter-se em Luanda. Mas, esta não é a realidade para quem continua no interior do país, pois no meio rural há necessidade de se plantar e esperarmos períodos de chuva, a produção do solo para se alimentar e comprar outros bens básicos. Porém, na capital do país isto não é necessário, a cada dia conquista o almoço e o jantar e não se depende da natureza para lhe suprir as necessidades vitais, ele se torna dono de seu destino e de sua alimentação (FONSECA; FONSECA, 2017, p. 123-133).

O que dizem os autores Dagoberto Fonseca e Simone Fonseca traduzem muito bem a vida de Pascoal, protagonista do conto “A noite que prenderam o Pai Natal”, como migrante “dono do seu destino” que a cada dia vai conquistando o que comer e onde dormir. Ele que saiu de sua cidade logo que a piscina “tão sua”, foi destruída: “Aviões bombardearam a cidade, o que restava dela, durante cinquenta e cinco dias. Ao trigésimo sexto, uma das bombas destruiu a piscina” (AGUALUSA, 2009, p.114). Em decorrência desse acontecimento, Pascoal passar a viver à deriva e em um pleno sentimento de perda. A piscina ou o ofício de zelador dela e as relações que estabelecia com os Portugueses eram elementos que o completavam. Certa vez, três homens em um jipe, todos de cor de pele diferentes, um branco, um preto e um mulato marcaram a vida de Pascoal ao pronunciarem uma determinada palavra para classificar a situação da piscina: “– Meu Deus, meu Deus. – Lamentou o mulato,

fazendo com a mão um largo gesto de desânimo. – Foi um urbicídio isto, um urbicídio” (AGUALUSA, 2009, p.114).

Embora não soubesse o significado da palavra, sempre que lembra da piscina repete “Foi um urbicídio”. Sua saída desse local devastado foi realizada por uma tropa de brancos muito estrangeiros, todos com chapeuzinhos azuis, recolheu-o numa madrugada de chuva e trouxe-o para Luanda” (AGUALUSA, p.114, 2009). Durante dois dias permaneceu no hospital, depois disso foi mandado embora e mais uma vez, Pascoal estava na rua:

Naquela época já nem pensava mais em procurar emprego, certo de que morreria em breve numa rua qualquer da cidade, mais de tristeza que de fome, pois para se alimentar bastava-lhe a sopa que todas as noites lhe dava o General, e uma outra côdea de pão descoberta nos contentores. À noite dormia na cervejaria, na mesa de bilhar, enrolado num cobertor, outro favor do General, e sonhava com a piscina (AGUALUSA, 2009, p.111).

O movimento migratório esbarra nos sentimentos vivenciados pelos personagens agualusianos: (Não)Pertencimento. Embora nativos, as condições do período em Angola os destituem de seu espaço habitual. Nesse contexto, ser nativo não mais importa, pois aqueles que estão tentando tomar o controle do país, o fazem de forma desordenada, ao mesmo tempo que realizam o que for possível e impossível para alcançar os interesses políticos do grupo. Quem é nativo e, por ventura não expresse nenhum tipo de força física que seja satisfatória, será usado para algum fim, no qual, seus desejos serão totalmente desconsiderados, descartados e, o sujeito será despojado de tudo que parecia lhe pertencer. O nativo, nessas condições, passa a ser enxergado como estrangeiros, por outros e até por si mesmo, por não apresentar características semelhantes com determinado grupo. Nesse processo, o indivíduo desestabilizado, se depara com questões que envolvem sua identidade, a ideia de pertencimento, seja relacionada a algum grupo ou território, será desfeita com a separação da comunidade a qual pertence ou pertencera.

Ao levar em consideração que o território funciona como um elemento fruto das relações sociais, políticas e simbólicas que conecta ou não o homem a uma terra, onde estabelece ou desvincula sua identidade cultural, é que compreendemos que seu entendimento perpassa o que a materialidade de seu conceito permite identificar. Nesse sentido, além da significação que possui, também tem um significado político, traduzido pelo controle de espaço, servindo como instrumento para a reprodução de grupos humanos, como também, a separação deles. Esses movimentos que são

produzidos no território, são por Santos (2009), chamados de “quadros de vida” ao argumentar que é no território “que desembocam as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (p.09).

Para Pascoal, sua existência estava literalmente ligada com os cuidados e laços que mantinha com a piscina. Antes dela ser destruída, Pascoal a esvaziou e a limpou, em seguida, comprou galinhas para criar dentro da piscina. Tal atitude, o motivou a pedir desculpas: “- Amiga – disse-lhe -, é só por alguns meses. Vou vender ovos, vendo os pintos e compro água boa, compro cloro, vais voltar a ser bonita como antigamente” (AGUALUSA, 2009, p.113). Infelizmente, os tempos posteriores a decisão de Pascoal foram ainda piores. “Uma tarde apareceram soldados e levaram as galinhas. Pascoal não disse nada. Devia, talvez, ter dito alguma coisa”.

Diferente de Pascoal, por não ser levado de forma inconsciente, Plácido Domingo saí de Angola, desterritorializa-se e vai morar em um Hotel em Corumbá, fruto também do efeito migrante, se reterritorializa em uma nova cidade “sob a mansidão de um cotidiano sempre igual” onde ninguém sabe de sua origem. “Chegou há vinte anos num vapor cansado, alugou um quarto no Hotel Paraíso, e por ali ficou” (AGUALUSA, 2009, p. 46). Ele já estava habituado naquele espaço, territorializado, que até seus costumes eram conhecidos por aqueles que na localidade residiam:

Uma vez por semana, aos domingos, cruza a fronteira e vai até Puerto Suarez. Encontraram-no uma vez remexendo velhos trastes, cobertos de poeira, num sombrio barraco de bugres, e foi quando bastou para que dissessem que se dedicava a comprar e vender as famosas cabeças reduzidas dos jívaros. Insinuaram até coisas piores (AGUALUSA, 2009, p.46).

Conceituar a territorialidade não é uma tarefa fácil, múltiplas dimensões são assumidas, desde ideias que são mais restritas, até aquelas que distinguem território e territorialidade. Através do viés da conceituação de territorialidade, surgem outros conceitos que suscitam espaço, território, poder, lugar, como elementos que integram direta ou indiretamente, segundo Heidtmann (2008), a noção de territorialidade.

Já a concepção de Little (2002) acerca da territorialidade é construída, pelo menos, do que parece, por meio de uma compreensão materialista sobre o território. O autor afirma que a territorialidade surge como um esforço coletivo de um grupo social em função de usar, controlar, ocupar e se identificar com uma parte específica de um ambiente biofísico, dessa forma, o convertendo em seu “território”.

Raffestin (1993) entendeu a territorialidade como elemento multidimensional de caráter muito particular, ao afirmar que a mesma reflete “o “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (grifos do autor, p.158).

Ainda segundo o autor, a definição de territorialidade pode ser compreendida como um conjunto de relações originadas através da tríade, sociedade – espaço – tempo. Com base nessa perspectiva, o território ganha uma identidade, não para si, mas na coletividade que o produz e o transforma. Segundo Denilson Ferreira, “sempre em processo dinâmico, flexível e contraditório (por isso dialético) recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e especializadas no território” (2014, p.129).

Segundo a ideia de multidimensionalidade, Saquet (2010) afirma que a territorialidade reflete o conjunto das relações do cotidiano, como: as estabelecidas no trabalho, com a família, entre amigos, grupos religiosos etc. Segundo Hasbaert, a territorialidade também assume uma dimensão política, pois está ligada as relações econômicas e culturais, dessa forma, liga-se, intimamente “ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (2007a, p.22).

Para Mauro Souza (2010), a territorialidade é concebida através de um certo tipo de interação estabelecida entre homem e espaço. Segundo Denilson Ferreira, “é importante ressaltar, todavia, que a territorialidade não se define pela simples relação com o espaço, mas se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais” (2014, p.129):

A territorialidade também pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais. A territorialidade é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa *territorialidade ativa*, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p.88, grifos do autor).

Nesse sentido, é necessário entender que a apropriação e construção do território geram identidades diversas, que promovem a heterogeneidade, culminando

com o surgimento de novos territórios. O discurso de Saquet aponta para o valor subjetivo da territorialidade ao ponto de compreender que a mesma é fruto de todas as relações sociais diárias que estão presentes em nosso cotidiano.

As relações estabelecidas no trabalho, na igreja, na família, na escola etc, são o que denominamos de territorialidades. Dessa forma, constitui o território individual de vida de cada sujeito ou de um grupo social num determinado lugar e por um determinado tempo. Ainda segundo Saquet, a territorialidade é fruto de todas as atividades cotidianas, se configura como resultado e, também, determinante dos processos que envolvem cada território, cada lugar. Por ser múltipla, os territórios também o são, isso revela o quanto a sociedade pode ser complexa, e ao mesmo tempo, as possibilidades que podem ser geradas pelos domínios desenvolvidos pelos indivíduos ou grupos sociais perante uma parcela do espaço geográfico, com envolvimento de outros indivíduos, objetos, relações sociais etc.

Segundo Haesbaert (2007a), é importante considerar os processos que envolvem a historicidade do território, com vistas a sua variação a partir das influências do contexto histórico e geográfico. Os processos que envolvem a territorialização, dominação e apropriação do espaço, sofrem diversas mudanças com o passar dos anos e dos diferentes espaços. As sociedades tradicionais, concebiam o sentido do território por meio da materialidade. O funcional era o importante desse período, pois o mesmo servia como um mecanismo de identificação, cheio de referências simbólicas indispensáveis à manutenção da cultura. Por volta do século XIX, a sociedade moderna “vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo)” (HAESBAERT, 2007a, p.23, grifos do autor). Nas sociedades atuais, chamadas pós-modernas a mobilidade assume um importante papel na construção do território, “o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes” (HAESBAERT, 2007a, p.23). Ainda segundo o autor, podemos falar sobre quatro grandes “fins” ou objetivos que ainda compreende a territorialização que foram acumulados e valorizados de forma distinta ao longo do tempo, são eles:

- Abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- Identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira).
- Disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduos através de espaços também individualizados);

— construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações) (HAESBAERT, 2007a, p.23).

Nesse sentido, as territorialidades surgem como resultado caracterizador e condicionante, simultaneamente do território e da territorialização. Portanto, a territorialidade está ligada a natureza inorgânica do homem, ao lugar de sua sobrevivência e a dos grupos sociais como parte integrante de seu cotidiano. Partindo dessa ideia, a territorialidade está inserida em “todos os processos espaço-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza” (SAQUET, 2009, p.85). Ainda segundo o autor, “nada se faz ou se pensa sem articular, identificar e concretizar *na e com a territorialidade cotidiana*” (2010, p.177, grifos do autor). Para Haesbaert,

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado—como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente (2007a, p.25, grifos do autor).

São amplas e complexas as concepções constituídas acerca do entendimento de territorialidade. Haesbaert, a título de revisão teórica sintetiza em dois esquemas de posições, formas de concepção de territorialidade:

- 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: “abstração”, condição genética (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto).
- 2) Territorialidade num sentido mais ontológico:
 - a) Como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert sack).
 - b) Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”).
 - c) Como “espaço vivido” (frente aos espaços – neste caso, territórios, formais institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade (2007a, p.25).

É importante pensar que essas concepções citadas acima por Haesbaert acerca da territorialidade, não podem estar dissociadas das concepções de território. Vendo a necessidade de fazer esse paralelo entre território e territorialidade é que Haesbaert constrói o que podemos chamar de mapeamento das distintas concepções de território e territorialidade, partindo de uma visão mais simples, algo mais restrito, até uma abordagem que distingue territorialidade de território: a) A territorialidade

surge como uma concepção mais ampla que território, nessa concepção a todo território corresponderia a uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria um território, “territorialidade tanto como uma propriedade de territórios efetivamente construídos quanto como “condição” (teórica) para a sua existência. b) a territorialidade aparece, praticamente, como um sinônimo de território: A territorialidade como elemento intrínseco a existência do território, sendo uma condição para a sua existência. c) A territorialidade como concepção totalmente distinta do sentido de território: 1. “necessariamente material, concreto; [...] enquanto “abstração” analítica e enquanto dimensão imaterial ou identidade territorial”, 2. Territorialidade como elemento de domínio do vivido, frente a ideia de território como espaço institucionalizado. d) a territorialidade é caracterizada como uma das estâncias do território, e simbólica (HAESBAERT, 2007a).

Com base na distinção provida por Haesbaert, somos levados a entender que a ideia de territorialidade pode ser vista como uma propriedade de territórios construídos de forma efetiva, como “condição” para a existência do território. Dessa forma, “uma vez que a territorialidade pode ser a dimensão simbólica, o referencial territorial (simbólico) para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta (FERREIRA, 2014, p.131).

É interessante também pensar no que diz Saquet (2010) acerca da territorialidade. Para ele, ela é fruto da combinação entre um lugar e quem nele vive e não apenas pelo fato de nele viver. Assim, a noção de território vai além de um dado simbólico, pois o mesmo sem vida é apenas um espaço físico marcado pelos recortes geográficos, no entanto, ao serem promovidas ações nesse, a territorialidade é, portanto, configurada. Por meio de uma visão antropológica, Little (2002), discorre que o ponto de partida da renovação da teoria da territorialidade na antropologia tem início em uma abordagem que considera a perspectiva territorial como pertencente, de forma integral, de todos os grupos humanos. A definição de territorialidade, segundo o autor, versa sobre a constituição do mesmo ser pautada no esforço coletivo de um determinado grupo social ao ocupar, usar, controlar e se identificar com uma determinada parcela do seu meio, transformando-o em seu território. Nesse sentido, a territorialidade se mostra como uma força latente presente em qualquer grupo social dotado de manifestações explícitas que dependem de contingências históricas. O território é, portanto, um produto histórico advindo de processos sociais e políticos.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é pensar na territorialidade no sentido de permanecer aquilo que te pertence, evidenciado por Santos e Silveira (2001). Dessa forma, a ideia de pertencimento recai no que foi evidenciado pela geografia humanista, quanto a “topografia”, apego pelo lugar onde se encontra. Nesse sentido, se encontram as ideias de pertencimento e orgulho por um determinado local como meio para entender a territorialidade.

Para Carneiro, Itaborahy e Gabriel, a territorialidade se origina como consequência das relações estabelecidas entre sociedade, espaço e tempo. Essa tridimensionalidade possibilita uma maior autonomia compatível com os recursos pertencentes ao sistema. Esse acontecer das relações estabelecidas entre os sujeitos e o território ocorre de maneira dinâmica e sempre envolve a interação com o outro em vias de alteridade. Segundo Raftestin, esse outro não se trata apenas de um espaço moderado, mas de um espaço onde os indivíduos se inserem, seja de modo individual ou coletivo. “A relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros” (1993, p.87).

O território não pode ser caracterizado apenas por sua dimensão simbólica como a territorialidade. Partindo disso, podemos entender que territorialidade sem território pode existir, mas território sem territorialidade não. A territorialidade é, portanto, entendida por nós, como um elemento que está diretamente ligado às relações sociais e atividades vivenciadas e produzidas entre os indivíduos e a natureza exterior. Dessa forma, recorreremos ao que foi argumentado por Saquet & Briskievicz (2009) para efetivar nosso pensamento, quando os autores dizem ser a territorialidade fruto do processo realizado em cada território, fundamental para a (re)construção das identidades dos indivíduos participantes desse processo dentro da estruturação cotidiana da vida dos indivíduos em sociedade. É então, por meio das relações constituídas entre os indivíduos que o território se efetiva, sendo, portanto, caracterizado como plural, possibilitando transformações de cunho individual e coletivo.

Dessa forma, personagens como Plácido Domingo são constituídos como sujeitos produtores de suas territorialidades quando em meio as migrações são capazes de se refazerem e se adaptarem as novas realidades. Para alguns, essa nova versão da territorialidade vem acompanhada de incertezas, como para o velho Pascoal que durante o dia trabalha em um supermercado, à noite come de favor e

dorme em uma mesa de bilhar até que desterritorializa-se mais uma vez após ser demitido.

Introduzida por Deleuze e Guattari, a terminologia: Desterritorialização surge, inicialmente, através da obra o *Anti-Édipo* (1972), em seguida vai sendo desdobrada em *Mil Platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991). Contemporaneamente, entender o processo de desterritorialização se caracteriza como um fator de emergência, haja visto, que o mesmo encena problemas e questões concretas que ultrapassam os limites dos debates filosóficos culminando com questões reais, como as vivenciadas pelos personagens de Agualusa.

Já é notório o enfraquecimento da dimensão espacial na vida social, denominado de o fim dos territórios, antes afirmado por Badie (1995) e reafirmado por Haesbaert e Glauco, em um artigo em conjunto, publicado na Revista *Geographia* (2002). A partir de tais afirmações, pode-se perceber que a terra e o território, por meio de uma conexão advinda de um plano absoluto do pensamento, em relação com o meio social, produz diferentes movimentos: o sujeito inserido nas mais diversas relações sociais tende a desterritorializar-se da mesma forma que vai implementando-se das diversas possibilidades de agenciamentos.

Zamara Santos, em sua tese, constrói a ideia de que a terra e o território constituem um plano de consistência de um triplo movimento: o primeiro se constitui através dos processos de territorialização marcados, principalmente, por efeitos expressivos e agenciamentos territoriais; segundo “um movimento de contra-efetuação do território que distingue uma territorialização de uma desterritorialização absoluta, como movimento do pensamento”; terceiro, se constitui por meio das desterritorializações relativas “sobre um campo social imanente” esse movimento é resultado de desterritorializações de pensamento em relação a um território já determinado (2013, p. 209). Dessa forma, o plano de imanência do pensamento é composto, em face disso, se prefigura que a terra juntamente com o território forma uma “con-junção”. Tal enlace, encena um mix de possibilidades que delinea a estrutura fixa global dos seres.

Nesse contexto, a terra não pode ser pensada fora da ideia de conjunto com o território, pois linhas de fuga fazem parte dessa relação e possibilitam constantemente: desterritorialização, territorialização e reterritorialização. O personagem Pascoal, do conto “A noite que prenderam o pai natal”, de Agualusa serve para ilustrar as incertezas desterritorializantes. Ao desterritorializar-se, embarca na

alegria de travestir-se de uma figura lendária, popularizada por conta da publicidade. Mesmo o desconforto em vestir o traje, não o impede de gozar do prazer em está transfigurado. Essa nova fase da vida do personagem garante uma certa retomada de sua dignidade, o mesmo se sente acolhido e integrado pelo povo de seu país:

Pascoal sofria com o calor, suava o dia inteiro debaixo do sol, mas pela primeira vez ao fim de muitos anos sentia-se feliz. Assim vestido, com um saco na mão, ele oferecia prendas às criancinhas (preservativos doados por uma organização não governamental sueca ao Ministério da Saúde) e convidava os pais a entrar na loja. “Sou o pai Natal cambulador”, explicou ao General.

Cambulador foi o ofício em Angola até à primeira metade deste século: gente contratada para aliciar clientes à porta dos estabelecimentos comerciais. Cada dia Pascoal gostava mais daquele trabalho. As crianças corriam para ele de braços abertos. As mulheres riam-se, cúmplices, piscavam-lhe o olho (nunca mulher lhe tinha sorriso); os homens cumprimentam-no com deferência:

— Boa tarde, Pai Natal! Este ano como é que estamos de prendas (AGUALUSA, 2009, p. 114-115, grifos do autor).

Pascoal vai vivenciando várias intempéries que ora o deixam sem um rumo definido, em um entre-lugar, ora o possibilita ser reconhecido, mesmo que seja transfigurado de uma personagem tradicional. Os agenciamentos que interpelam o personagem não acontecem sem dores, sem conflitos, pois é na exposição direta com os elementos extra corporais que o corpo aumenta sua potencialidade. Nesse sentido, Brito argumenta que:

É na altura do mais sutil, do mais baixo, que pode estar presente a fortaleza do corpo sem órgãos, assim, dizem Deleuze e Guattari, o corpo sem órgãos “Não é uma noção, um conceito, mas antes uma prática, um conjunto de práticas. Ao Corpo sem Órgãos não se chega, não se pode chegar, nunca se acaba de chegar a ele, é um limite” (DELEUZE, G; GUATTARI, F. 2006, p.9). Ele é um exercício de força, de interação com o mundo, e só pode exercer a sua potência quando deseja a vitalidade (2012, p.22).

Pascoal parece não ter/pertencer a lugar algum. Nesse sentido, podemos destacar o pensamento de Heidegger acerca de “aquilo que nomeamos ao dizer “esta terra” só se sustenta enquanto o homem habita a terra e, no habitar, deixa a terra ser terra” (HEIDEGGER, 2008, p.178). Para esse autor, a terra só possui sentido como terra habitada a partir do habitar do homem. Nesse sentido, construir e habitar está relacionado a construir lugares, edificar moradias, habitar se torna elemento fundamental para ele, assim, a essência do ser seria habitar, isso porque tal ação gera uma sensação de paz, ao se possuir um abrigo, um lugar para onde sempre se pode voltar. Pascoal, infelizmente não vivencia essa paz, antes cuidador de piscinas,

possuía um quarto nos fundos que podia chamar de seu. Com as guerras por libertação e poder, é destituído de tudo que antes entendia que era seu, até mesmo o seu quarto, o habitat que lhe proporcionava conforto e uma aparente estabilidade. O personagem perde, ou talvez nunca tenha tido, o que Heidegger denomina por pertencimento, resguardado. Segundo o autor, o principal traço existente em habitar algum lugar é poder ter um certo tipo de resguardo. “O resguardo perpassa o habitar em toda a sua amplitude. Mostra-se tão logo nos dispomos a pensar que ser homens consiste em habitar e isso, no sentido de um demorar-se dos mortais sobre essa terra” (2008, p.129).

3.2 Não me diga de onde eu sou / eu sou, não sou, eu estou aqui

Durante uma entrevista transmitida através da página do grupo de pesquisa GeÁfricas (UFPB), no Instagram dia 28 de março de 2021, mediada pela Professora Vanessa Rimbau, o escritor Agualusa conversou um pouco sobre suas obras e respondeu algumas perguntas dos telespectadores. Nessa oportunidade, me permiti questionar algo que me inquietava acerca de muitos de seus personagens: O quão importante era a influência dos hotéis para a criação de seus personagens e, conseqüentemente, as narrativas? Muito me surpreendeu sua resposta. Para ele, tal questionamento e importância, nunca tinham sido pensados. Os hotéis são um elemento presente em sua vida, por ser ele, o viajante que sempre está em deslocamento. Outro ponto importante de sua fala foi a respeito de como seus estalos criativos surgem. Segundo ele, muitas vezes sonha com suas narrativas e no meio desses sonhos, desperta e começa a escrever registrando o que sonhou. Tais características são retratadas em muitos de seus textos e assemelham os narradores de suas obras, com as características do próprio Agualusa. De uma maneira mais específica, podemos mencionar o narrador do conto “Não há mais lugar de origem”, que mistura sonho e realidade durante a narração de sua conversa com Raquel e em “Homem sem coração”, novamente o hotel e o sonho se fazem presentes na vida do narrador que entra em uma banheira e eleva-se para o Mussulo. Se nos voltarmos com um olhar mais criterioso as características dos narradores, em um caso particular para os contos em estudo nesta tese, poderíamos até mencionar que o narrador é o mesmo em todas essas narrativas, no entanto, esse posicionamento merece ser melhor aprofundado e terminamos por não ter espaço de discuti-lo aqui.

Não só os narradores se destacam por estarem de passagem nos hotéis, os personagens também ganham muito destaque nesse quesito por não o fazerem apenas lugar de passagem, mas os transformando em lugares de moradia permanente ou temporária. No conto “Plácido Domingo contempla o rio em Corumbar”, o narrador sai à procura de uma figura lendária da guerra em Angola que está desaparecida e o encontra justamente morando em um quarto de hotel. Ao introduzir o personagem, o narrador o configura:

Na minha história, Plácido Domingo está velho. É um homem de pele dourada, seco, rosto esculpido a duros golpes de navalha, gestos demorados, e o verbo arcaico, cerimonioso, de um cavalheiro do século dezanove. Vive em Corumbá, pequena cidade nas margens do rio Paraguai, junto à fronteira com a Bolívia. Imagino-o a descender todas as tardes a mesma rua deserta. Vejo-o sentar-se no café, junto ao cais, de frente para as largas águas do rio. O dono do café, um índio melancólico, cumprimenta-o sem se mover: Boas tardes senõr Plácido! (AGUALUSA, 2009, p.45).

O narrador direciona a narrativa como se o Plácido fosse seu personagem e não mais alguém que havia fugido da Guerra. “Plácido Domingo, o meu personagem, esconde, debaixo do grande sol de corumbá, sob a mansidão do quotidiano sempre igual, um segredo” (AGUALUSA, 2009, p.45). Ninguém sabe de onde ele veio. Havia chegado naquele lugar há vinte anos, cansado e por ali decidira ficar. Alugou um quarto de hotel que decidiu transformar em seu lar.

Partindo do pressuposto que a terra ultrapassa todo território por ser desterritorializante e desterritorializada, os autores Deleuze e Guattari recusam a conceituação ontológica da terra, até porque, ela “não cessa de operar um movimento de desterritorialização *in loco* (1992, p.113). Ainda segundo os autores, a terra não pode ser considerada como um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos no mesmo espaço servindo-se de algum deles para desterritorializar o território. Por essa razão, entende-se que “os movimentos de desterritorialização não são separáveis da terra que restitui territórios” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 113). Esses, correspondem a dois movimentos totalmente inseparáveis a desterritorialização e a reterritorialização, respectivamente correspondem: do território à terra e da terra ao território. Como acontecem de forma indiscernível, não se pode dizer qual movimento acontece primeiro. Com base no que dizem Rolnik e Guattari, o território pode desterritorializar-se, e isso, representa um engajamento a linhas de

fugas que permitem uma possibilidade de sair de seu curso já preestabelecido e até mesmo a possibilidade de se destruir.

É interessante pensar, o quanto a espécie humana está envolvida em diferentes movimentos desterritorializantes. Tal contexto existe por ser os territórios originais envoltos em processos que os desfazem de forma ininterrupta, consequência das constantes divisões sociais e de trabalho, além das ações “dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais” (GUATARRI; ROLNIK, 1993, p.323).

Com base nesse contexto, a terra perde a dominação de um ponto fixo como uma unidade originária, seja fruto de um território subjetivo ou de uma terra habitada. Então, é subvertida a ideia de um solo originário e único para uma realidade que abarca as várias forças humanas e não humanas que caracterizam um caos universal, constituído por meio da multiplicidade do mundo que transborda formações heterogêneas que convergem diretamente com formulações homogêneas. No entanto, esses são frutos das deveras possibilidades proporcionadas pela geografia plural e das linhas de fuga do devir, responsáveis pela multiplicidade que constituem os territórios e os desterritorializam.

A territorialidade é uma consequência dos vários possíveis tipos de agenciamentos que podem ser construídos ao longo da vida de cada indivíduo. “As territorialidades são, pois, atravessadas, de um lado a outro, por linhas de fuga que dão prova da presença, nelas, de movimentos de desterritorialização e reterritorialização” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p.91). Como o agenciamento é uma possibilidade constante de transformação, o indivíduo é sempre integrante de processos que estão sempre em fluxos. Ao passo que a terra se constitui como um corpo sem órgãos, o território, entendido como do indivíduo, como desejo e recusa, ultrapassa os limites estabelecidos geograficamente, tornando-se transitório, subjetivo e ao mesmo tempo material.

A terra é um grande corpo de energias e intensidades advindas dos diferentes processos que são consolidados/ iniciados/ não finalizados dentro desse grande corpo. Esse que abarca todas as realidades, sem limite definido ou que possa definir-se, por assim ser, compreende em sua extensão um ponto de convergência da multiplicidade caótica, que proporciona a reunião de diferentes forças, lugares e matérias em um mesmo plano. Tal característica não produz na terra um sentido de

corpo como centro de gravidade, ela configura-se como campo múltiplo repleto de intensidades e forças que não podem ser resumidas ou calculadas, a terra é um Corpo sem órgãos, múltipla, não-orgânica, que transborda em ramificações rizomáticas constituindo diferentes entendimentos e consciência repletos de intensidades e múltiplos devires

Nesse sentido de terra corpo sem órgãos e constantes possibilidades de reterritorialização que observamos alguns pontos que sempre se ligam nas histórias criadas por Agualusa, as experiências de viagens vivenciadas pelos personagens. Elas tanto podem ocorrer de maneira tradicional, a bordo de um meio de transporte, como em um elevador, o próprio mar, os sonhos e até mesmo uma banheira. Em o “Homem sem coração”, como já evidenciado anteriormente, o veículo usado pelo narrador para se transportar de um hotel em Berlim para o Mussulo foi uma banheira. “Dêem-me uma banheira suficiente ampla, e água quente quanto baste para encher, e eu fecho os olhos e evado-me para o Mussulo. Fiquei quarenta minutos no Mussulo. Quando regresssei a Berlim tinha os dedos enrugados”. (AGUALUSA, 2006, p.158). O narrador desse conto é um escritor angolano que está no país para um seminário. O homem a qual vai contar a história, o procura com um sentido de extrema felicidade por um escritor africano ter chegado tão longe, mas esse não é de longe o fato marcante dessa narrativa.

A história de Bartolomeu, protagonista do conto, é intrigante, dias antes da queda do muro de Berlim fora atropelado. Fisicamente, nenhum problema. O único problema que lhe afligia foi a descoberta de uma jovem médica: “— Onde é que você esconde seu coração?” (AGUALUSA, 2006, p.160). Nesse caso, não fora a guerra que o colocaria em situação de fuga para salvar-se do caos, mas sim uma possível descoberta médica de um quadro humano improvável — viver sem um coração.

Antes desejava se formar em economia, agora, aterrorizado pelos médicos por uma suposta possibilidade de se tornar cobaia para estudos clínicos, decidiu abandonar toda a vida que desejava construir. “Não regressou à residência universitária nem às salas de aulas. A partir desse dia transformou-se num pária” (AGUALUSA, 2006, p.160). Seu lugar de morada não existia mais, qualquer lugar era seu lugar e ao mesmo tempo não era. Dormia na rua ou em pousadas, quando possuía dinheiro, buscava não levantar suspeita de quem era. Não ficava muito tempo em um mesmo lugar para não se torna conhecido e assim, ser capturado pelos médicos que possivelmente iriam estudá-lo.

Embora a história de Bartolomeu não esteja diretamente ligada com a queda do muro de Berlim e o fim dos limites estabelecidos por tal construção, o personagem tem sua vida transformada bem perto da transformação ocorrida pela queda do muro. O narrador imbricado com a história narrada, ainda busca ajudar Bartolomeu ao dizer que ele era seu irmão, podendo ser averiguado no fragmento abaixo:

— Aquele senhor é realmente seu irmão?...

Abanou a cabeça, escandalizada. Presumo que a ofendiam os desvarios da genética e as excentricidades dos estrangeiros. Talvez estivesse também assustada com a imprevisibilidade dos novos tempos. Fui para o meu quarto e voltei a encher a banheira (AGUALUSA, 2006, p.160).

Em “Não há fim” o narrador afirma que “Da mesma forma que um surfista procura a vida inteira a onda perfeita, eu procuro a estrada. Provavelmente era aquela, mas não tenho uma única imagem que comprove a sua existência” (AGUALUSA, 2006, p.164). Na incapacidade de seguir, o narrador aceita a proposta de Máximo: ir almoçar em um restaurante não tão perto como o mencionado por ele. “O restaurante não era logo ali. Ficava a uns bons vinte quilômetros. Chamava-se O Máximo, o que me pareceu uma designação demasiado otimista, até compreender que era ele mesmo, o velho pescador” (AGUALUSA, 2006, p.164). O interessante, para o narrador foi descobrir que ter recebido o restaurante no jogo não foi em decorrência de uma aposta, mas sim em virtude da fuga mato a dentro que Máximo descobriu o restaurante e tomou como seu, juntamente, com o novo território sem nome onde agora morava.

Essa vida de sujeito deslocado é metaforizada pelo desejo de retomar a vida que havia deixado, enquanto o narrador irritava-se a ter que voltar por onde já tinha passado. Por conta mais uma vez do jogo, os papéis são trocados e Máximo passa a ser o sujeito viajante em busca de quem já foi e, o narrador toma para si aquele novo território, o restaurante. O retorno para a vida antiga realizada por Máximo pode ser assemelhado com o retorno de Justo Martírio ao seu país. Embora ele não tenha interesse de buscar uma vida deixada, mas sim de construir sua vida no país ao qual havia deixado por 25 anos.

Para o narrador e as personagens do conto “Não há mais lugar de origem” diferente de em “Não Há fim”, mas semelhante a “Plácido Domingo contempla o rio em Corumbá” e ao “O homem sem coração”, o lugar de travessias é um restaurante, o hotel ou até mesmo casas de aluguel ou permuta. Neles diversas oportunidades

eram mensuradas, viagens em sonhos e sensações outras, podiam ser experienciadas ao ponto de o sonho ser um indicativo de viagem psicológica, como aconteceu em “Não há mais lugar de origem”:

A cama era um móvel insensato, com pernas altíssimas, de tal forma que o colchão ficava suspenso a uns dois metros de altura. Estendi-me nela e fiquei à espera que o sono me levasse dali. No quarto ao lado ouvi Raquel gritar qualquer coisa em inglês e depois em alemão. Tinha-me prevenido: Sou sonâmbula. Falo alto de noite, posso até gritar, e às vezes choro (AGUALUSA, 2009, p.65).

Após esse episódio, o narrador recorda sem ter um motivo aparente de uma noite vivenciada em um hotel em Kuala Lumpur que decidiu entrar por que se chamava Terminus. Tal nome lhe produzia recordações de quando era criança.

Já demasiado tarde, já tinha pago o quarto, quando reparei nas meninas sentadas em silêncio, no corredor, à luz crepuscular de pequenas velas aromáticas.

- São bailarinas – Sussurrou o rececionista. Eu devo ter feito um ar um tanto céptico, porque ele insistiu: - Efectivamente são bailarinas, senhor. Talvez fossem, mas não estavam ali para dançar. Toda a noite as ouvi suspirar, gemer, gritar, no quarto ao lado, no outro, e no andar de cima, enquanto o ventilador varria o ar com seus braços cursos, varria o calor, a humidade, os confusos sonhos dos viajantes apanhados na armadilha (AGUALUSA, 2009, p.66).

O narrador se mostra muito sonhador, durante o seu sonho em que fazia uma viagem em um comboio com destino a Berlim “Atravessávamos uma extensa paisagem de arvoredo húmido. Ao meu lado um homem mudava de raça, como um camaleão, consoante na carruagem estivessem sobretudo brancos, negros, chineses ou indianos”.

Esses percursos desencadeiam diferentes agenciamentos. Comboios, hotéis, restaurantes, supermercado, piscina, casa de jogo etc, se mostram como lugares desencadeadores de trocas identitárias, isso porque, os sujeitos envolvidos permanecem por mais tempo do que é esperado nesses determinados lugares. Para Marc Augé, a existência de um não lugar é decorrente das possibilidades de se ter um espaço que não consegue ser classificado como identitário, relacional e histórico, à medida que o inverso desse é um lugar que pode ser definido como identitário, relacional e histórico. Isso acontece, segundo o autor, em virtude da produção de não lugares, ou seja, espaços que não podem ser definidos como antropológicos, que surgem em decorrência da supermodernidade, “que contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes repertoriados, classificados e

promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico” (AUGÉ, 1999, p.73, grifos do autor).

Essa argumentação é exemplificada a partir de situações corriqueiras do cotidiano, como: o nascimento em clínicas e a morte em um hospital, os pontos de trânsito de pessoas e meios culturais diversos, como hotéis, campo de refugiados, favelas, transportes coletivos etc. o frequentador dessas diversas superfícies, das máquinas automáticas, da utilização do cartão de crédito está direcionado a individualidade solitária, sujeito sempre ao imprevisto, ao provisório. Dessa maneira, se mantendo mediante ao movimento de passagem, vivendo pelo viés da efemeridade, propõe tanto ao antropólogo, como a qualquer outro, um novo objeto de estudos “cujas dimensões inéditas convém calcular antes de se perguntar a que olhar ele está sujeito” (AUGÉ, 1999, p.74).

Por intermédio desse viés da duplicidade, o relato de experiência dos sujeitos produz uma grande quantidade de cidades que quebra o cenário opositivo entre cidade e natureza, exterior e interior. “Dramatiza-se, aqui, a pólis perversa, a cidade que perdeu o seu métron, campo fértil da crise urbana contemporânea” (GOMES, 2008, p. 56). Nesse contexto, a cidade se mostra descentrada, com possibilidades labirínticas produtora de desorientação de sentidos e que nega uma leitura uniforme de si. “As formas foram esgotadas; diluíram-se as redes de relações que as engendram; são retículos sem início nem fim, sua armadura desmoronou-se” (GOMES, 2008, p.56).

Através desse cenário, a cidade se caracteriza por ser um território textual produtor de transmissão e estocagem, rico em multiplicidade potencial, que jamais poderá ser reduzido a um elemento saturado de imagens.

A cidade contemporânea é fruto da pós-modernidade e por assim ser, “é delineada por um espaço muito particular para o qual migram cada vez mais os sujeitos de nossa sociedade: o não-lugar, um espaço ‘inqualificável” (DIAS, 2007, sp). Para Terry Eagleton, existe uma diferença entre o pós-modernismo e a pós-modernidade. O primeiro se pauta em uma forma de cultura contemporânea, o segundo refere-se a um período histórico específico. Ainda para o autor, as linhas de pensamento da pós-modernidade “questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação (1998, p.7).

Jameson em seu livro *O Capitalismo tardio*, identifica que o pós-guerra abre possibilidades para o surgimento de um novo momento social, no entanto, essa visão não corresponde a um sentido pós-industrial ou pós-capitalista, mas sim, de uma forma mais pura do capitalismo. Isso, é decorrente dos fenômenos que emergem nesse período, com o avanço da indústria cultural, que contribui para que o sistema “em sua crescente ambição de abarcar novas esferas da vida social ao seu processo de desenvolvimento, operasse a colonização final do que seriam os últimos enclaves pré-capitalistas, até então resistentes à lógica capitalista e mercantil: a Natureza e o Inconsciência” (MARCELINO, 2019, p. 77). Dessa forma, segundo Jameson, o capitalismo teria se tornado um sistema total, e por assim está, nada está fora dele. Assim, a longo prazo, o moderno vence o ideal velho aniquilando em conjunto, a agricultura, os monumentos históricos, esses agora, serão apenas uma lembrança do passado e não mais a sua sobrevivência. “Agora tudo é novo, mas pela mesma via, a própria categoria do novo perde seu sentido e torna-se agora algo como um remanescente modernista” (JAMESON, 1997, p.315).

Às análises feitas por Jameson, ainda em *Capitalismo Tardio*, traduz uma imagem da vida social à medida que enfatiza as transformações do sistema no pós-guerra a partir de como foram especificados nos âmbitos; artístico, cultural e simbólico, além da sua observação na psique dos sujeitos, esses que passaram a ser marcados pela fragmentação e pela vivência do presente imediato. “Nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais”, tornaram-se dominadas por meio da categoria espaço, deixando de ser parte da categoria tempo, assim a época pós-moderna enquadra-se naquela que esqueceu o como pensar historicamente (JAMESON, 1997, p.43).

Nesse sentido, o tempo parece ter sido encolhido, enquanto o futuro se mostra como inimaginável. Assim, tensionar a formação da subjetividade pós-moderna seria a mesma coisa que relacionar o “processo de aprisionamento existencial ao presente e enfraquecimento da integridade psíquica, tornando-se extremamente debilitada” (MARCELINO, 2019, p.82). Para Jameson, o imediatismo da vida contemporânea marcada pelo consumismo, os desenvolvimentos tecnológicos, urbanos, juntamente com a quebra da memória são elementos integrantes e extremamente sentidos pela subjetividade moderna. No entanto, passaram a impactar ainda mais o sujeito social, mediado pelo ritmo do capitalismo embalado através das diversas forças produtivas e

do meio ambiente, ainda contando com a avassaladora sensação da efemeridade da vida.

O sujeito envolto nesse processo, torna-se um fruto da quebra de fronteiras, inserido em um espaço denominado por Jameson de hiperespaço. No entanto, ainda segundo o autor, um ponto negativo nessas transformações é que a mudança se tornou o estático. Isso porque a absoluta diferença, com a aproximação das aparências das principais cidades e as trocas culturais momentâneas, produz a mudança e o descrédito. Assim, conceber uma mudança radical constituir-se-ia através do fim da mudança (JAMESON, 2006, p.102).

O sujeito habitante desse mundo tão cheio de efemeridade é um consumidor do espaço, isso porque, estabelece com ele uma relação codificada e não simbolizada. Dias argumenta que:

Se, por um lado, temos o habitante consumidor de espaço, por outro lado, temos o habitante criador do espaço. Esse é o habitante criador do espaço. Esse é o habitante consumido, para o qual a única saída gerada pela falta de espaço habitável nas grandes cidades é recompor o lugar no não-lugar. São os viadutos, as marquises, os chafarizes e os bancos das praças, as calçadas, que de passantes, passeios e tráfego, recompõem-se em quarto-e-sala (DIAS, 2007, sp).

Augé argumenta que existe o não lugar como o lugar, por ele não se estabelecer como forma pura, à medida que lugares se recompõem nele e relações também se reconstituem. Dessa forma, ao ligarmos os argumentos de Dias e Augé, vemos que embora alguns personagens de Agualusa se enquadram no que diz o autor acerca dos não lugares e sua falta de singularização, observamos que em outros o processo é diferente, como em “Plácido Domingo contempla o rio em Corumbá”. Plácido transformou um quarto de hotel em sua nova morada, com vista para um rio muito semelhante ao Quanza, referência marcante ao seu antigo lar.

Desterritorializa-se da sua vida dupla durante a guerra em Angola possibilitou para Plácido criar um certo tipo de raiz nesse novo ambiente que tenciona ser a sua casa, cria laços e costumes que estão presentes todos os dias em sua rotina:

Sentado na sua cadeira Plácido Domingo espera que o índio lhe traga, como todas as tardes, o caldo de piranha. Leva devagar a colher à boca e deixa que o calor lhe dilate o peito. Revigorado, abraça-se à bengala e fica ali, a olhar o rio, à espera que a noite se deite por inteiro, como uma manta de estrelas, sobre os sobrados tristes, a imensa planície inundada, a áspera gritaria dos pássaros (AGUALUSA, 2009, p.46).

Plácido reterritorializa-se em um outro lugar, longe de tudo o que havia sido. Viver novamente quem foi não é mais uma opção. O narrador consegue ter essa compreensão acerca da vida do Personagem e afirma entender o motivo dele ter ficado ali. O rio que todos os dias Plácido sentava para admirar era semelhante ao Quanza. As casas, adormecidas ao sol, repetiam o claro desenho das ruas do Dondo. “Atordado pelo calor, voltei a experimentar o estranho sentimento de me encontrar num lugar esquecido. O mundo passara por aquelas ruas, e fora-se embora” (AGUALUSA, 2009, p.47).

A escolha por morar nesse não lugar vai contra a argumentação desenvolvida por Augé acerca do não desenvolvimento de laços com o não lugar. Plácido, mesmo solitário, criou uma rotina que é conhecida pelos moradores da região onde fica o hotel. Ele faz comparações entre o rio Quanza e o rio próximo ao hotel. São fortes as referências que o não lugar se tornou o seu lugar, ao ponto de afirmar não ser mais quem um dia já foi. Pascoal também é um sujeito que ressignifica a ideia do não lugar, enquanto cuidador da piscina, sua tão amada amiga, a protege e a cuida até ser tirado desse não lugar tão seu lugar, por que nos fundos do ambiente onde ficava a piscina era o quarto onde ele morava. Esse seu lar o fez ser intitulado como “o único preto em Angola que tem casa com piscina” (AGUALUSA, 2009. P.12). Claro que literalmente a piscina não era sua, mas para aquela vida solitária, em que as relações estabelecidas com ele eram por interesse ou por desobediência de suas regras, manter laços com aquele símbolo de beleza e calma, porque é assim que podemos classificar a piscina, era um acalento para a sua solidão.

Plácido e Pascoal simbolizam bem os sujeitos pós-modernos contemporâneos que diferentes deles que são arrebatados por marcas do pós-guerras, mas que também transitam por não lugares em virtude de viagens, falta de trabalho, escolha própria ou por diversos outros fatores, mas que também transformam os não lugares em seus lugares. No caso de Plácido, o quarto de hotel transparece ser uma moradia estável, já para Pascoal, o lar antes estável que era a piscina lhe é tomado pela irregularidade da permanência durante o dia nas ruas de Luanda e as dormidas à noite realizadas em uma cervejaria em cima de uma mesa de bilhar. Aqui os não lugares, rua e cervejaria, vão de encontro com o pensamento de Augé acerca da não individualização desses ambientes. Ao ser contratado pelo dono do supermercado para atuar como Pai Natal, o faz pensar que poderia ser ele um herói e fazer algum tipo de diferença para as crianças, que assim como ele eram

necessitadas. De uma forma ou de outra, a sua permanência nos não lugares, tencionam suas escolhas e personalidade:

Sem dúvida, encontramos muitas pessoas que desejam viver ou trabalhar na própria terra e sentem a mobilidade como uma necessidade negativa. Mas a sua atitude exprime esta lógica da escolha espacial da mobilidade: tenho o direito de me estabelecer onde eu quiser, inclusive lá onde nasci, lá onde já estou, *a não-mobilidade se torna uma das escolhas possíveis da livre mobilidade* (BOURDIN, 2001, p.159, grifos do autor).

Nesse sentido, a mobilidade para uns, ocorre de maneira inconsciente, mas para outros é uma opção, seja de forma positiva ou por parecer uma última opção. Como exemplos desses casos, enquadra-se o narrador do conto “Não há fim” e o seu personagem Máximo, que tensiona a permanência passageira no hotel e restaurante onde transcorre a narrativa, além da estrada ser caracterizada como um lugar onde se quer permanecer. Bartolomeu, o homem sem coração, também se enquadra nesses preceitos por ser obrigado a habitar as ruas ou hotéis quando possuía dinheiro. Para ele, a ideia de “lar” é caracterizada como algo sempre em trânsito, por não poder se manter muito tempo em um mesmo lugar e correr o risco de ser descoberto.

Os exemplos dos personagens suscitam tanto a individualidade, por serem, na maioria das vezes, solitários e ao mesmo tempo plurais por abrirem possibilidades de transmutação de si em relação ao outro, como no acontecido com o narrador de “Não há mais lugar de origem” que muda de raça. Nessas condições a ideia de um “Lar Doce Lar” não existe. O Lar para alguns é transitório em virtude daqueles que nele habitam precisarem sempre permanecer em movimento e para outros, permanente. Nesse último, vemos que mesmo com a desobrigação da pertença e de qualquer amarra que produza vínculos o sujeito também é livre para transformar o não lugar em seu lugar e nele criar costumes e singularidades, como no caso de Plácido e de tantos outros sujeitos em trânsito que mudam de lar e decidem morar em qualquer que seja o ambiente.

Nesse sentido, os não lugares não podem mais ser considerados como espaços que não agregam as massas. Os não lugares fazem parte dos processos que despersonalizam os espaços, as relações que são estabelecidas a partir do imediatismo, do agora, com isso tudo se conecta e se transforma. Dessa forma, o não lugar passa a ser lugar e por assim ter se transformado, também é capaz de transformar aqueles que nele permanecem ou que passam uma temporada.

4 PASSAGEIROS EM TRÂNSITO

4.1 Identidades e singularidades

A problemática que envolve a identidade remete aos primeiros pensamentos filosóficos. De modo geral, o princípio que envolve qualquer discussão em torno da identidade versa no questionamento, sincrônico e diacrônico, que reside em ideias que partem da noção daquilo que sabemos/entendemos, como por exemplo: o poder saber que uma coisa é ela mesma e não outra (ou até mesmo outra e outra). O debate sobre a identidade parte de uma convenção social necessária, e ao mesmo tempo representa um colapso das instituições que por muitos anos desenvolveram as premissas responsáveis por construir a sociedade moderna. Nesse sentido, alguns questionamentos merecem destaque, como: aquilo que nós delimitamos por meio de nossos conhecimentos e relações sociais, pode ser entendido como algo certo ou errado, considerado como próprio, separado/diferente e, portanto, distinto de outras coisas? Como algo pode, por nós, ser considerado como único? E mais, esse único permanecer como tal, em contato com o diferente?

Os cientistas sociais começaram a pensar a identidade como um produto social, que diz respeito aos elementos internos e externos e, assim, estabelecem a ligação entre realidade interna e externa de um objeto, partindo tanto da dimensão objetiva e subjetiva que culmina com um processo interativo e relacional. No que tange às Ciências Humanas, a identidade é vista como um fenômeno da realidade humana e social, entendida, portanto, como um processo capaz de produzir o fato dos indivíduos agirem em conjunto, no mundo real, isso nas mais diversas formas de manifestações e grupos sociais. Segundo Pimentel (2012), a literatura clássica de teoria social sob o viés da solidariedade, da coesão e do consenso já tratavam em seus estudos sobre identidade social e coletiva.

O processo desenvolvido na literatura sociológica clássica, segundo o autor, compreende questões que perpassam todo o entendimento do que poderíamos desenvolver acerca da integração de indivíduos isolados em uma escala de nível superior. Tal processo direciona para um questionamento: O que será que mantém a união dos sujeitos, tendo em vista um elemento comum? Tal preocupação, se mantém presente nos estudos que tentam explicar a realidade social, nesse sentido, todo

estudo que tenta explicar essa realidade se constrói como capaz de dar conta de tal questão.

Como não poderia ser diferente, os pensamentos dos cientistas sociais não representam um todo único, sendo, portanto, diferentes entre si. Para Goffman (1963), é a sociedade que estabelece meios de classificação, tanto para as pessoas como para os atributos considerados comuns e, conseqüentemente, naturais para os integrantes selecionados por essa classificação. Como produto desses atributos, ainda segundo o autor, existiriam dois tipos de identidade social: a virtual e a real.

A identidade atribuída pela sociedade, de acordo com suas categorias e atributos é entendida como identidade social virtual, já a que está ligada diretamente ao que o indivíduo verdadeiramente prova possuir diz respeito a identidade social real. Goffman questiona a escolha do uso da palavra único por alguns cientistas sociais. Segundo ele, alguns acreditam que uma pessoa envolvida ou pertencente a um pequeno grupo pode ser concebida como uma pessoa “única”. Esse termo é sujeito a pressões de cientistas sociais, considerado por ele, como amadores que gostariam de dar um sentido maior do que o mesmo possui, ao que não pudesse ser derrubado por sociólogos, pelo menos.

O autor ainda usa o termo “identidade pessoal” com objetivo de referir-se a duas ideias que envolvem seu pensamento – “marcas positivas ou apoio de identidade e a combinação única de itens da história da vida que são incorporados ao indivíduo com o auxílio desses apoios para a sua identidade” (GOFFMAN, 1963, p. 51). A identidade pessoal é por ele definida a partir de duas ideias básicas: unicidade e particularidade, a primeira caracteriza-se por se referir à unidade da identidade e o segundo por ser características individuais do indivíduo e, não pode ser encontrado de igual forma em um outro indivíduo.

A identidade do eu, diferente da identidade pessoal se caracteriza por ser uma questão subjetiva e reflexiva que será experimentado pelo indivíduo, o qual estará com a identidade em jogo. Nesse sentido, a identidade do eu é um fator característico do indivíduo estigmatizado, assim:

Diz-se-lhe que se ele adotar uma linha correta (linha essa que depende da pessoa que fala) ele terá boas relações consigo e será um homem completo, um adulto com dignidade e auto-respeito. E, na verdade, ele terá aceito um eu para si mesmo, mas esse eu é, como deve necessariamente ser, um habitante estranho, uma voz do grupo que fala por e através dele. Mas todos nós, como afirma às vezes a sociologia, falamos do ponto de vista de um

grupo. A situação especial do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo mais amplo, o que ele é, até certo ponto, “diferente”, e que seria absurdo negar essa diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo (GOFFMAN, 1963, p. 106-107).

Com base na perspectiva de Goffman, subentende-se que o sujeito é preso ao tempo e ao espaço de forma definitiva. Nesse caso, presente, passado e futuro são caracterizados a partir de uma visão continuísta. Os processos que envolvem a identidade na teoria social, se desenvolvem por meio do âmbito da ação coletiva.

Segundo Pimentel (pesquisador em Ciências Sociais), a ação coletiva pode ser compreendida como uma forma de ação organizada, que pode variar, desde graus menos estruturados, que correspondem aos movimentos sociais, a um grau mais estruturado, correspondente às organizações formais.

É importante salientar que Goffman assume um caráter determinista ao enfatizar a sociedade como produtora da identidade. O autor analisa a identidade como deteriorada (estigmatizada). Essa condicionante pressupõe, em última instância, qualquer movimento que caracterize um deslocamento, desvio em relação a um centro como algo que o determinaria. A visão do autor é pertencente, ao que podemos considerar, como visão moderna. Dentro da mesma, é possível encontrar posições teóricas mais progressistas, que buscam uma identidade não mais como uma instância fixa, mas que tenha transformação assim como o sujeito que a possui ou busca possuir. Berger & Luckmann (2003) são bons representantes dessa tendência, em “*A construção social da realidade*”, os autores fazem uma análise do que eles intitulam como “processos de legitimação pelos universos simbólicos” tendo como base de seu pensamento a intersubjetividade e a biografia individual. A proposta principal do livro se constitui a partir da análise de como o sujeito constrói o seu próprio conhecimento da realidade.

Dessa forma, ganham destaque as relações estabelecidas entre o pensamento humano e contexto social dentro do qual o sujeito vive. Para os autores, a realidade que temos consciência é um produto advindo da sociedade. Nesse contexto, se entende que a sociedade é construída e moldada pelo sujeito e ao mesmo tempo é por ela influenciado. Assim, a identidade pode ser entendida como um elemento-chave da realidade subjetiva, por essa razão, os autores a colocam em relação dialética com a sociedade estabelecendo entendimentos acerca do que se pode entender como realidade. Para os autores, a realidade é construída por meio de

uma conjunção de fatores sociais, decorrentes da ação humana e, por assim ser, é considerada como um fenômeno que existe independente da nossa vontade.

Vale a pena salientar, que a identidade vista como realidade subjetiva em relação a sociedade, pode ser exemplificada a partir da relação que uma criança estabelece com as pessoas que de uma forma ou de outra, fazem parte de seu processo de desenvolvimento. Ou seja, desde cedo, a criança vai abstraindo elementos significativos daqueles que com ela vive, é através deste processo de significação que a criança adquire uma identidade subjetiva.

Em *micropolítica: cartografias do desejo* (1986), Felix Guattari em seu livro escrito em parceria com Suely Rolnik, afirma que a “subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (1996, p.31). Já, de início, temos um esclarecimento do autor acerca da subjetividade, que não implica uma posse, mas sim uma produção constante decorrente dos vários encontros com o outro que vivenciamos ao longo de nossas vidas. Esses processos, segundo o autor, são descentrados e por assim serem, podem ser encontrados a partir do contato do outro com o outro social, através da percepção e ligação com a natureza, por meio de acontecimentos, ou seja, produzir efeito nos corpos e nas maneiras de viver é um reflexo do processo.

Os processos de subjetivação acontecem por intermédio de componentes heterogêneos que perpassam linhas e vetores distintos relativos as existências, caracterizados por possuírem múltiplos devires que perpassam um plano infinito de conexões e diferentes possibilidades de agenciamentos. Nesse aspecto, não só, a leitura de fatores biológicos ou a dinâmica psíquica serão envolvidos na produção, mas também os fenômenos que estão ligados a política, ao Estado, as tecnologias, além dos espaços ocupados pelos sujeitos, os meios de comunicação e os mais variados agenciamentos que interpelam a vida cotidiana dos sujeitos.

Nesse contexto, Guattari sente a necessidade em diferenciar indivíduo de subjetividade. Para ele, a formação dos indivíduos é decorrente de uma produção de massa, por ser modelado, serializado, registrado; enquanto a subjetividade não pode ser totalizada ou centralizada no indivíduo, por se tratar de elementos diferentes a individualização do corpo e a diversidade de possibilidades dos agenciamentos da subjetivação do corpo e a diversidade de possibilidades dos agenciamentos da subjetivação. Dessa forma, “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (Idem 31):

(...) A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: *é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre extremos: uma relação de alienação e opressão na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. Se aceitamos essa hipótese, vemos que a circunscrição dos antagonismos sociais aos campos econômicos e políticos – a circunscrição do alvo de luta à reapropriação dos meios de produção dos meios de produção ou dos meios de expressão política – encontra-se superada. É preciso adentrar o campo da economia subjetiva e não mais restringir-se ao da economia política (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 33, grifos do autor).

Nesse contexto, a produção da subjetividade está ligada não só ao sujeito, mas ao mundo como um todo. Assim, a visão esquizoanalítica de evidenciação dos fatos de subjetivação não é tida com a detentora da verdade, pois qualquer que seja a abordagem (estruturalista, dialética...) possuindo diretrizes que não se apresentem com desejo de universalidade, serão consideradas como válidas.

Os processos de singularização, ainda segundo o autor, frustram os mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos. Assim, torna-se compreensível que a produção de subjetividade ocorre em meio a uma luta. Haja visto que qualquer mudança social para acontecer passará por uma produção viva e mutante de subjetividades.

Esses escritos de Guattari retomam a dimensão política que também envolve a produção de subjetividades. No entanto, ainda para ele a matéria prima que constitui as subjetividades é mutável e localizada historicamente. Nesse sentido, recorreremos ao que diz a professora Sonia Mansano em uma palestra intitulada: “Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade”:

Há todo um empreendimento que busca nos convencer dos perigos presentes nas tentativas de romper com os valores capitalistas de referência, como se eles garantissem algum tipo de segurança ou ordem. A recusa, assinalada por Guattari, envolve uma aproximação da dimensão desejante da vida, para que, conectados a ela, possamos inventar novas maneiras de experimentar e perceber os encontros (MANSANO, 2009, p. 112).

É seguindo esse pensamento e, concordando com Guattari que nos vemos inseridos em uma esfera onde a noção de subjetividade parte de uma matéria prima viva e mutável que possibilita experimentar e criar diferentes maneiras de se compreender o mundo e de agir nele. Tais possibilidades, proporcionam diversas interações díspares e inesperadas, acarretando movimentos, misturas e desvios.

O entendimento de que a identidade ocorre através de um processo, apresenta um avanço considerável em relação à concepção clássica e a concepção de identidade de Goffman, aqui expostas. As características do processo se pautam a partir da constatação de que a identidade vai sendo construída de forma mais dinâmica, através da dialética representada entre o eu e o outro, culminando tanto em sua permanência, como em sua modificação ou reestruturação. Dessa forma, a ideia antes concebida pelos tradicionais de que a identidade era um último objetivo a ser atingido, passa a não ser mais válido.

As mudanças institucionais que afetam atualmente o mundo social é o que Giddens (2002) denomina como pós-modernidade. Nesse contexto, é importante referenciar que existe uma ruptura instaurada pela modernidade em relação aos tipos tradicionais de ordem social e da pós-modernidade em relação à modernidade quanto as diferenças que existem em cada uma dessas relações.

Como mostra Hall (2011, p.12), o sujeito pós-moderno apresenta uma identidade provisória, podemos aqui citar como transitório, variável e problemático, tendo em vista que tais mudanças surgem também, mas não só com ela, como uma característica da pós-modernidade que se apresenta como um elemento propulsor de mudanças de hábitos e costumes característicos do sujeito. Ainda segundo o autor: “A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2011, p.13).

A sociedade contemporânea é fruto de um processo dialético de transformações de cunho econômico, social, político, tecnológico, advindos do desenvolvimento das forças produtivas que caracterizam e marcam determinado período histórico. Portanto, a construção das identidades recai na problemática que configura a identificação do sujeito, situado em um período marcado pela descolonização tardia.

Em África, principalmente, a movimentação pró-independência iniciada em meados do século XX, faz surgir uma constante transformação identitária em países movidos pelos impasses, fruto das guerras em busca de libertação. Nesse interim, é fato que o sujeito após a descolonização se desestabilize identitariamente, pois precisa reconhecer e legitimar a si próprio. O sujeito, portanto, ao encontrar-se na fronteira entre a transição do regime colonial para o status de independente, se vê em

uma luta ferrenha com seus iguais⁵, e sob influência de demasiados impérios econômicos interessados na construção política do país, fruto de um mundo formado por forças capitalistas e socialistas.

Como já apresentado anteriormente, o ideal de independência nacional e a tão aguardada unificação de igualdade nacional não aconteceu com a independência de Angola. Segundo Viana (2012), aparentemente, o ideal de independência angolana não culminou com a liberdade e emancipação dos grupos organizados no país. Os grupos políticos que deveriam seguir um ideal diferente dos colonizadores não o fizeram, tal posicionamento sugere que as fronteiras internas no país, que antes camufladas tanto durante o período colonial como durante a utopia da independência, viessem à tona.

Segundo Hernandez (2005), a culminância da independência angolana é resultado dos apoios dados aos diferentes movimentos que seguiam cada um a seu modo, a busca pela independência. Cuba, China e a URSS forneceram apoio logístico e humano ao MPLA, os E.U.A e a África do Sul enviaram tropas em apoio para a Unita. Nesse contexto, em primeiro lugar não está a reabilitação da ideia de igualdade e liberdade, os interesses políticos dos movimentos reconfiguraram a cartografia social angolana, gerando um remapeamento de fronteiras onde os sujeitos se viam instaurados no limiar das fronteiras do novo panorama identitário.

A falência do projeto angolano resulta em um “sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2011, p.12). Esse estar na fronteira entre o colonialismo e o momento pós-colonial é segundo Hall um processo que “produz o sujeito pós-moderno, (...) como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente (2011, p.13).

No conto “Eles não são como nós”, o assaltante que invade a casa de Dona Filipinha reflete a ideia desse sujeito sem identidade fixa. Dona Filipinha o indaga: — Como é que você se chama? O homem encolheu os ombros: — Nós não temos nome! (AGUALUSA, 2009, p. 74). Em “A noite que prenderam o Pai Natal”, o personagem Pascoal, também é acometido por essa falta de reconhecimento de si e dos outros: “O que mais lhe custou, nos meses seguintes, foi vê-los entrar na piscina, camarada

⁵ Esse termo serve para enfatizar que todos moram no mesmo país.

para aqui, camarada para ali, como se já ninguém tivesse nome (AGUALUSA, 2009, p.112). Tal ideia de sujeito, também pode ser encontrada no conto “O homem a quem chamavam Falcão”, o nome do conto intitula o personagem, essa forma de nomeá-lo reflete os processos que envolvem a ideia de identidade presente em contextos pós-coloniais que ultrapassam o contexto dos discursos convencionais de nação, além das fronteiras territoriais ou imaginárias, pois denotam um sujeito que se deixa nomear pelos outros, ou talvez, não tenha escolha em querer aceitar o nome que decidiram assim o chamar, tendo, então, seu possível nome verdadeiro desconhecido por aqueles que o cercam. Esse por sua vez:

viu no espelho, do lado de lá, a imagem de um sujeito de meia-idade, baixo e calvo, a tender para gordo. Estava vestido com um pijama de seda, azul-escuro, que lhe assentava mal, ou talvez fosse o contrário, e fosse o homem e a sua natural deselegância a prejudicar o pijama (AGUALUSA, 2006, p.31).

Não só o nome, mas sua personalidade também apresenta características adquiridas através do convívio social, como pode ser visto no fragmento abaixo:

Por fim atendeu. Reconheceu imediatamente a voz doce, bem timbrada do embaixador:

— Falcão? Muito bom dia. Gostaria que viesse ter comigo, ao meu gabinete, ainda esta manhã.

— Não! — Contestou o homem a quem chamavam Falcão. Desenvolvera ao longo dos anos a técnica de dizer não como se estivesse a dizer sim, certamente, pode contar comigo, senhor, ora essa, por obséquio! o que desorientava aos seus interlocutores, e lhe assegurara uma reputação de sujeito ao mesmo tempo firme e cordial. Mentia habitualmente, porque essa era uma regra do ofício, ninguém esperava dele que dissesse a verdade, muito pelo contrário. O homem a quem chamavam Falcão não se preocupava sequer com a plausibilidade ou a coerência. Na boca dele, asseguravam os seus detractores, até as mais simples verdades pareciam mentiras (AGUALUSA, 2006, p.32).

O embaixador, pessoa autoritária, é representante daqueles que desejam dominar o país e continuam mantendo um caráter separatista entre o povo. Sua relação com “Falcão” é de dominação e imposição, bem comum dos colonizadores que já não estão mais no país. Direciona uma ordem e lhe esclarece que nem seus bens e nem sua vida é mais de sua propriedade, tudo, portanto, é do embaixador. Esse que será comparado pelo narrador com “Falcão”, mesmo que estejam em equivalência social distinta, apresentam características semelhantes:

O embaixador sorriu. Sorria com extraordinária competência. Assim como Falcão se treinara para acreditar em coisas impossíveis, e vê-las realizadas, assim o embaixador se treinara para sorrir. Mantinha um catálogo actualizado de trinta e três sorrisos diferentes, festivos, sombrinhos, frios, luminosos, irónicos, triunfantes, distraídos, e orgulhava-se de não repetir o mesmo em duas festas seguidas. O sorriso da afabilidade distante era um dos mais versáteis. Foi com esse que respondeu ao homem a quem chamavam Falcão (AGUALUSA, 2006, p.33-34).

Embora o país tenha se tornado independente, a ideia de igualdade e identidade nacional é posta em xeque, pois a burguesia angolana pós-colonial continua a reproduzir as imposições e humilhações antes feitas pelos colonizadores portugueses durante o período colonial, subjungando o sujeito de menor prestígio social.

A narrativa apresenta elementos importantes para a ressignificação da história angolana. Primeiramente, o personagem é apresentado como alguém que não tem propriamente um nome, ele é nomeado por outros: “o homem a quem chamavam falcão”; a crença popular em acreditar em uma sensibilidade mística dos pássaros para identificar algum tipo de mal que se aproxima é evidenciado pelo narrador: “O homem a quem chamavam Falcão preferia, pelo sim, pelo não, tomar o verso à letra. Se naquele exato instante tivesse ouvido efetivamente os pardais a relinchar por entre as ramagens altas isso não teria feito sequer erguer o olhar” (AGUALUSA, 2006, p.33). Para o personagem, é comum em seu país ocorrer coisas que não possuem explicação: “coisas impossíveis ocorriam naquele país, mais de seis, muito mais, antes do pequeno almoço, e durante e até depois. O ele estar ali, por exemplo, comendo salsichas e bebendo sumo de laranja” (AGUALUSA, 2006, p.33). Tal situação, ainda se enquadra em uma possível abstração de um sonho, pois o personagem estava dormindo quando contactado pelo embaixador. A narrativa mistura realidade e sonho o que produz no leitor uma incerteza do que é real para o personagem e do que é sonho. Não o bastante, nada seria tão estranho do que a apropriação de um imóvel, como já visto no conto “A noite em que prenderam o Pai Natal”, com a saída dos portugueses, os guerrilheiros tomavam para si (ou para o movimento) imóveis, bens pessoais, etc, sejam eles dos portugueses ou dos próprios angolanos como ocorrido com Pascoal, personagem do conto citado. Em “O homem a quem chamavam Falcão”, Falcão tem seus bens e até mesmo o direito por sua vida tomados pelo embaixador:

— Como está, Falcão? Queremos que se sinta em casa...

— A casa é minha, comprei-a. — O homem a quem chamavam Falcão fez com a mão um gesto largo, que abarcava o jardim, com todas as suas árvores, a piscina, a casa e, para além dela, o bairro decadente, a cidade inteira, uma parte considerável do país. — Tudo isto é meu, inclusive o senhor, ainda não se deu conta? (AGUALUSA, 2006, p.33).

Nesse fragmento, Agualusa faz um jogo com as palavras que ocasiona uma mistura, passamos a não entender direito quem é o dono do quê ou de quem, pois até mesmo o personagem passa a não ser mais seu próprio dono, perdendo assim, sua liberdade. Nesse sentido, o sujeito em meio a situação a qual foi imposta tenta localizar-se em meio as fronteiras culturais difusas, por estar instaurado na estreiteza da fronteira com um apanhado de elementos em constante movimento. O fim do regime colonial/início do período de guerras em busca do poder provoca no personagem um sentimento de não pertencimento, por não ser mais capaz de tomar suas próprias decisões e permanecer onde é seu por direito. Esse espaço tênue entre a imposição e a realidade que antes era vivenciada, podemos denominar de *entre-lugar*⁶. O sujeito desse “entre-lugar” é tomado por uma indefinição de quem realmente é, o que realmente possui e a qual lugar pertence.

A ideia de um sujeito descentrado pode também ser evidenciada em outro trecho do conto “Eles não são como nós”, a partir da afirmação do invasor da casa de Dona Filipinha:

— Estávamos seminaristas, mas o seminário fechou. Então fomos professores nas jornadas de alfabetização e depois nos alistaram nas forças armadas. Fizemos a guerra durante vinte anos. Matámos e morremos muitíssimo.

Voltou-se para Dona Filipinha:

— Sobraram poucos para contar como foi! (AGUALUSA, 2009, p.75).

No conto “Plácido Domingo contempla o rio em Corumbá”, o narrador é quem descreve as características do personagem:

Foi naquele café, precisamente àquela hora, que eu o encontrei. Assim que o vi soube que era ele. Tinha comigo velhas fotografias. Numa delas, Plácido Domingo estava vestido de camuflado e estudava um mapa. Era um homem bonito, alto e sólido, de bigode e pêra ao estilo da época – todos os homens queriam ficar parecidos com Lenine. Numa outra fotografia aparecia encostado a um jipe, sorrindo, rodeado por jovens guerrilheiros. Havia ainda uma imagem preciosa: Plácido Domingo, com uma metralhadora a tiracolo,

⁶ Com base na leitura do que diz Silviano Santiago em seu texto: *Literatura nos trópicos* (2000), entendemos o *entre-lugar* como uma estratégia que possibilita a interação de temas consideráveis, ou até mesmo a introdução de um mesmo tema em conjunto, perspectivas ou situações diferentes.

ao lado de Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade. Coloquei as fotografias em cima da mesa:
— Comandante Maciel? (AGUALUSA, 2009, p.46).

Mesmo estando em um outro país, aparentemente, permanece o mesmo, pelo menos, é o que pensa o narrador que o encontrou logo que o viu, ao procurá-lo, com ajuda de fotografias antigas. No entanto, segundo Hall “por todo o Globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais” (2003, p.44-45). É desse processo que Plácido Domingo é fruto, tendo saído de Angola em 1975.

— O senhor saiu de Angola em 1975 e não regressou. O que aconteceu? Plácido Domingo estava à espera que eu lhe perguntasse aquilo. Acho que tinha esperado vinte anos:
— Muito provavelmente você vai-se arrepender de me ter feito essa pergunta...
Em 1975 toda a gente acreditava que ele seria nomeado ministro da defesa. Porém, poucas semanas antes da independência, Agostinho Neto enviou-o a Cuba, numa missão secreta, e nunca mais ninguém o viu. Disseram que se zangara com Fidel Castro. Disseram que havia fugido com Fidel Castro. Disseram que morrera em Havana de um ataque cardíaco.
— Disseram muita coisa acerca de mim – concordou Plácido Domingo -, e nem se aproximaram da verdade.
Calou-se e eu pensei que ele não iria responder. Mas respondeu:
— Trabalhei sempre para os portugueses. Era, digamos assim, agente da Direcção-Geral de segurança, a PIDE. Quando desviei o avião para Kinshasa levava como missão infiltrar-me nas estruturas do MPLA, e foi isso que fiz. Compreendi que me teria contado toda a história ainda que eu não lhe fizesse nenhuma pergunta. Ele precisava de contar aquilo a alguém para que a sua vida parecesse ter sentido (AGUALUSA, 2009, p.48-49).

As mudanças que envolvem a trajetória individual ou coletiva dos indivíduos os sujeitam a uma nova produção de si mesmos. É notável que todos os indivíduos passem por tais processos, pois os sujeitos estão instaurados em meio a um processo de formação cultural. Nesse sentido, a cultura deixa de lado a ideia constitutiva de *ser* e passa a ser pensada a partir do *se tornar*. Com base nessa perspectiva, Hall (2011) argumenta que as novas mudanças estruturais que estão transformando as sociedades modernas desde o final do século XX está funcionando como um elemento de fragmentação de classes, gênero, cultura, etnia, sexualidade, raça e nacionalidade. O que antes servia como um meio para solidificação do sujeito como indivíduo social, agora passa a servir como processo transformador de identidades pessoais e coletivas. Dizemos então, com base no autor que vem ocorrendo uma perda do “sentido de si” que por não ser mais estável, recebe a designação de deslocamento ou descentramento do sujeito. “Esse duplo deslocamento – descentração dos

indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo” (p. 09).

Os personagens dos contos citados passam pelo estranhamento do lar, fruto da falha utópica da independência nacional, após a euforia causada pela descolonização, cedendo lugar a uma travessia pelo entre-lugar. Redefinir-se e adaptar-se em outros lugares para que a vida continue ou comece a ter sentido é algo imprescindível. A noção de pertencimento, de ter um lar e de elementos que os configurariam se dilui em incertezas, reflexo do caráter mutável das transformações que estão a ocorrer no período, agravado pelas diferenças separatistas, que culminaram junto com a utopia libertária caracterizada pela ruptura da fronteira entre colonizador e colonizado, entretanto, por outro lado, fortalecida pela fronteira de classes e interesses (políticos, pessoais etc) entre os cidadãos constituintes do país.

Andreas Huyssen observa que a sociedade contemporânea, pós-industrial e pós-moderna, gerou como frutos uma certa emergência da memória como um fator presente nas preocupações culturais e políticas correspondentes as sociedades ocidentais. Essa por ser um dos mais surpreendentes fenômenos culturais e políticos da contemporaneidade mostra o lugar de destaque e importância que o passado vem assumindo, seja através de releituras históricas em obras literárias como também na criação de ambientes para a sua memorização/exposição, como através de acervos online, museus, monumentos etc. o entendimento acerca da valorização da memória como fenômeno contemporâneo vai contra a ideia de decadência da memória. É importante salientar com base nos escritos de Mário Lugarinho, que Huyssen aponta para o “processo de instrumentalização da memória, não de sua (re) emergência como instituição social” (2004, p.05).

Huyssen argumenta que o redimensionamento da categoria de espaço tem influenciado a questão da memória no mundo contemporâneo. Tal movimento é decorrente da levada de categorias que compõem o espaço, como: mapas, fronteiras, rotas de comércio, deslocamentos e diásporas, sempre entrelaçado com os estudos culturais e pós-coloniais. Nesse sentido, o autor sugere que além da existência da crise da categoria tempo, vivenciada perante a instauração da modernidade, a categoria espaço torna-se também elemento em crise.

Já os estudos desenvolvidos por Walter Benjamin (1985) suscitam que a noção de tempo como elemento de compreensão usual, constante e linear, parte pertencente a uma extensão homogênea e vazia perde essa forma de entendimento

por conta do fenômeno da modernidade. Pereira (1990), por outro lado, afirma que no século XIX já existe uma ligação entre o progresso e o perspectivismo histórico, promovendo um novo julgamento do sentido e da identidade diferentemente do decurso dos tempos. Nesse contexto, Lugarinho argumenta, acerca da posição do espaço, enquanto categoria em crise:

Para tanto, o colonialismo do século XIX cuidou de construir conceitos que mantivessem a orientação espacial a todo custo, isto é, como se houvesse a possibilidade de se deslocar sem o movimento de travessia de fronteiras – a constituição dos vastos impérios coloniais são a sua demonstração pois, mesmo em terras longínquas, o europeu mantinha seu vínculo imediato com a noção de origem visto que a construção de sua identidade nacional perpassava, imaginariamente, a sua própria subjetividade. Aliás, origem, nacionalidade, identidade, raiz etc. são conceitos caros àquele momento na medida em que permitem a vinculação do indivíduo a um espaço matricial e portanto, capaz de orientar a configuração de sua identidade (2004, p.06).

Para Maurice Halbwachs (1990) a articulação promovida pela memória decorria por meio dos vetores espaço-tempo, no entanto, com a dimensão da modernidade e as transformações culturais existentes, a categoria memória, não vai mais oferecer segurança a orientação, precisando dessa forma, uma revisão quanto a manutenção dos mecanismos de memória.

Apegos materiais são elementos que estão entrelaçados com a memória, e por assim serem, se mostram como pontos comuns entre os personagens das narrativas em estudo. No conto “O homem sem coração” um dos personagens possui uma caneta, presente do seu pai, por ser um item importante de sua vida, o homem sem coração decide entregá-la ao escritor angolano e narrador do conto como forma de presenteá-lo por ser um escritor que se destaca mesmo sendo de um país africano.

Fiquei tão orgulhoso que gostaria de lhe oferecer alguma coisa, mas não tenho dinheiro. Pensei que talvez gostasse disto. – Levou a mão ao bolso do casaco e tirou uma caneta em prata. – O meu pai deu-me esta caneta quando vim estudar para Berlim. Pertenceu ao meu avô. Quero que fique com ela... (AGUALUSA, 2007, p.159).

O fato de um escritor africano ter sido convidado para uma conferência em Berlim gerou nos amigos de Bartolomeu piadas e risos por não acreditarem que poderia haver escritores em África.

Pascoal, possuía uma relação de extremo zelo e amor com a piscina, ao ponto de pedir desculpas por criar galinhas na mesma, quando longe, devido aos infortúnios da guerra, seus pensamentos são direcionados a ela e ao prazer que sentia

em poder cuidar dela. Dona Filipinha, “permite” que seus bens sejam levados, no entanto, um ela quer manter consigo, o anel herdado, presenteado por sua avó. Assim como Pascoal perde a piscina, Dona Filipinha fica sem o anel, que representava um apego afetivo com a memória de sua família. No entanto, a narrativa apresenta um cenário conflituoso, marcado pelo desassossego da guerra:

Dona Filipinha esperou que ele descesse as escadas. Depois voltou à cozinha e encheu um copo com leite. Nesse momento ouviu-se lá fora um tumulto de vozes, gente a correr, uma rajada rápida, risos. Carolina, nua, estava debruçada na janela do quarto:
— Más notícias! — gritou para dentro. — Limparam o teu amigo!... (AGUALUSA, 2009, p.77).

A vida do intruso logo é ceifada pela violência presente na guerra. Por alguns instantes, Dona Filipinha sentiu-se cativada por aquele homem, talvez pela inquietação pessoal de não saber quem é, por não ter mais nome, por antes ser seminarista e agora um bandido ou apenas por estar sem direção, por não reconhecer mais o seu país. Carolina conversa com Dona Filipinha acerca do intruso, insinua que o mesmo era seu amigo. A senhora pousa o copo de leite na mesinha de cabeceira e em seguida senta-se na cama. “Sentia-se muito cansada: - Não era meu amigo — disse. — E de qualquer forma já estava morto” (AGUALUSA, 2009, p.77).

As narrativas em estudo propõem uma reflexão acerca dos diversos processos ocorridos durante o período de descolonização até a (re)organização da nação angolana. Nesse contexto, os sujeitos integrantes desses processos são levados a uma situação fronteiriça, refletindo uma não fixidez identitária a partir da diluição das fronteiras culturais e dos espaços onde se entendia como lugar seguro.

Plácido Domingo, Dona Filipinha, o velho Pascoal, o homem sem coração, o velho Máximo e o narrador do conto “Não há fim”, Raquel e o homem a quem chamavam Falcão são exemplos de sujeitos em meio a fronteira do pertencimento ou da falta dele. Esse movimento, reflete a transitividade identitária que é tratada, segundo Hall (2011), por vários campos do saber como problemática, principalmente por se tratar de sujeitos descentrados e fragmentados, frutos da modernidade tardia.

É importante, ainda, pensar que os personagens aqui citados vivenciam suas histórias paralelamente as transformações produzidas pela globalização. Isso pode ser referenciado quando se mostra evidente a perda dos referentes espaciais dados pela instituição da fronteira nacional que se encontra plenamente arruinada como no cenário visto por Benjamin, na Paris de Baudelaire. Walter Benjamin (1983), embora

através da melancolia, considerava que novas negociações poderiam ser estabelecidas mesmo ainda que a globalização não estivesse efetivada naquele tempo, aliado a Max Horkheimer e Theodor Adorno, colegas da Escola de Frankfurt, oportunamente observaram o desenrolar dos momentos que o processo globalizante caminhava para um capítulo neoliberal nas últimas décadas do século XX. Embora Adorno tenha sido contaminado por um pessimismo advindo, principalmente, após a II Guerra mundial que o impedia de vislumbrar formas de resistência ao capitalismo, caracterizado como irreversível. Mário Lugarinho, em seu artigo “Trânsito por ruínas: resistência e subjetividade na literatura na era da globalização” aponta que Benjamin diferente de Adorno, deixa em seus escritos uma possibilidade de reversão desse estado de Globalização. “Como propusera em suas teses “Sobre o conceito de História”, estaria fixada a possibilidade de reversão na medida em que é possível encontrar outros fluxos de sentido dados pelas correspondências, que interrompem a marcha no tempo vazio e homogêneo” (LUGARINHO, 2004, p.19).

Os personagens que compõem os contos das duas coletâneas são reflexo do processo de globalização, de maneira especial, quando se trata da perda dos referenciais espaciais. Nota-se que o processo de travessia pelas ruínas da nação e da identidade do sujeito com sua nação fazem o indicativo de um refluxo de sentido para a subjetividade em foco, o narrador. Este que utiliza da memória dos “descendentes” um meio para retratar o quanto a afetividade funciona como veículo de resistência de identidade, propulsora de redefinição quanto a sua forma de deslocamento e orientação. A redefinição é resultado da perda dos vetores culturais responsáveis pela organização do espaço.

As narrativas unem-se quanto a temática de transformação/mutação da identidade por meio do movimento de desterritorialização. As relações que são tecidas ao longo de cada narrativa e a relação estrutural com o espaço (seja ele nacional ou não) serve como um pretexto para demonstrar que as subjetividades são formadas para além de qualquer instituição de afetividade proporciona um novo sentido para o literário, além dele, o social também ganha uma nova forma quanto a sua característica de “solidariedade resistente às estratégias de reificação e mercantilização das ações humanas” (LUGARINHO, 2004, p.20). Dessa forma, entende-se que os agenciamentos vivenciados a cada contato com o outro produz emoções outras que pode causar ou não sentimento de pertença ou de negação. Isso se dá em virtude das demandas sociais e dos processos socioculturais aos quais

todos estamos inseridos, seja fruto de um pós-guerra ou em decorrência das transformações da pós-modernidade.

4.2 Sujeito Corpo sem Órgãos

As demandas de possibilidades subjetivas servem como plano de fundo para citarmos os estudos de Deleuze e Guattari. Haja visto que os deslocamentos espaciais são um fator preponderante para a formação das subjetividades. Nesse contexto, quando nos voltamos aos estudos desses autores quanto a sua obra “Mil Platôs” volume 3, vemos que essa ultrapassa os limites correspondentes as estruturas e modelos da história e da ontologia, indo além das compreensões apreendidas pela Geografia. A ideia de um corpo sem órgãos passa a existir e dentro dela os autores substituem aquilo que era entendido acerca da *Genealogia da Moral*, antes compreendida/idealizada através de valores e formas humanas, por uma *Geologia da Terra*, composta por meio de um vetor nômade e diagramático. A ótica de uma geologia Moral é desenvolvida pelos autores através de leituras realizadas dos estudos Nietzscheanos. A partir disso, decorreram sobre os processos que correspondem tanto aos sujeitos como a terra, ao passo que descartam o crivo da moralidade, as comparações com a memória e o orgânico, possibilitando a liberdade de intensidades frutos de um CsO. Assim, ganha espaço as diversas formas de entendimento acerca do nomadismo utilizando das possibilidades de sentido pertencentes as fronteiras e a Geografia como ciência normativa.

Para os autores, um CsO não se chega e nem se tem a possibilidade de chegar, é o próprio limite. “Diz-se: que é isto – o CsO – mas já se está sobre ele – arrastando-se como um verme, tateando como um cego ou, correndo como um louco, viajante do deserto e nômade da estepe” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p.09). Ainda segundo os autores é sobre ele que realizamos diferentes ações, como: dormir, lutar e ao mesmo tempo sermos vencidos, buscamos um lugar, descobrimos felicidades, penetramos e somos penetrados, que amamos, etc.

A partir da concepção de CsO, a ideia da existência de um “eu” totalitário é desfeita. Isso porque várias possibilidades de produção de sentidos e verdades são criadas e com isso, liberadas multiplicidades que aumentam os vários sentidos que podem surgir durante o processo que não acontece em meio a calma, sempre ocorre algum tipo de ruptura ou sofrimento decorrendo em alguns casos, de quebras

marcadas pela perda de estabilidade nacional/territorial, como nos casos dos personagens aqui em estudos.

A terra como dimensão plural, logo também, um CsO, construída por meio de fluxos, intensidades oscilantes, singularidades nômades, culminantes em processos desterritorializantes e territorializados, logo também se constitui como centro de gravidade fonte de reunião de todos os corpos e antagonicamente, possuidora da produção de estratificações. Para Deleuze e Guattari, os sujeitos não param de ser estratificados por sempre estarem em contato com vários outros, diferentes dele. Esse movimento vai culminar com a estratificação. Segundo os autores, os estratos são como liames e pinças e por assim serem, possibilitam inúmeras transformações. Assim, o CsO é classificado como a “realidade glacial sobre o qual vão se formar estes aluviões, sedimentações, coagulações, desdobramentos e assentamentos que compõem um organismo – e uma significação e um sujeito” (1996, p.12).

Ao pensar nos estratos, deve-se levar em conta os processos de captura ou negação que são estabelecidos mediante a codificação e territorialização da terra que opera a partir de elementos provenientes da territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização.

Um dinamismo entre indivíduo e o território que ocupa ou busca ocupar é fruto de intensidades. Essas promovem os movimentos de passagem e circulação. Um CsO faz passar as intensidades, segundo Deleuze e Guattari:

ele as produz e as distribui num *spatium* ele mesmo intensivo, não extenso. Ele não é espaço e nem está no espaço, é matéria que ocupará o espaço em tal ou qual grau – grau que corresponde às intensidades produzidas. Ele é a matéria intensa e não formada, não estratificada, a matriz intensiva, a intensidade = 0, mas nada há de negativo neste zero, não existem intensidades negativas nem contrárias. Matéria igual a energia (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p.12 grifos do autor).

Ao mesmo tempo que podemos fazer uma analogia entre a terra e um CsO, percebemos o quanto o próprio sujeito pode também ser entendido como um CsO. Isso porque os órgãos funcionam como intensidades capazes de ultrapassar seu limiar, tal ação, resulta na mudança de gradiente, ou seja, sua direção em relação a uma dimensão espacial.

É nesse contexto que os personagens criados por Agualusa se inserem. Pascoal é um exemplo. Desalojado, desamparado e marginalizado, sem ter para onde ir é obrigado a viver na rua, situação que o coloca em um espaço de fluxos, travessias

e trânsitos. A impossibilidade de retorno configura um momento de passagem por qual o personagem é submetido, conduzindo-o a descobertas sobre o “outro” e sobre si mesmo, até quando não se tenha consciência que esse processo esteja acontecendo.

Ultrapassar limiares, perder a constância, conhecer o novo são movimentos que emergem de mudanças previstas ou não. Bem como, acontece com os órgãos que perdem sua constância ao mudar de gradiente, de limiar. O próprio sujeito ao ser um CsO é revestido de ambivalências ao ser ao mesmo tempo, um campo heterogêneo e divergente, dominado por diversos movimentos que ocorrem de forma simultânea. “A terra institui territórios, mas configura também, inversamente, uma força de contra-efetuação dos estratos e do território, uma potência de desterritorialização” (SANTOS, 2013, p.207).

Nesse contexto, os contos aqui em estudo revelam-se como uma alegoria da desterritorialização do exílio e do nomadismo aos quais populações descolonizadas são condenadas, mesmo permanecendo como habitantes de seu lugar de origem, por questões relacionadas a destituição de seus referenciais identitários e da ideia de nação. Segundo Glissant, vivemos em um encontro constante com culturas diversas como se fossem um caos, isso nos faz pensar que não temos mais referências.

As referências podem ser, muitas vezes, objetos, lugares, pessoas etc. Pascoal, por exemplo, quando perde a piscina, perde também seu ponto de ocupação e vivências, sua vida torna-se sem sentido, passando a viver em condições precárias e as lembranças do tempo em que cuidava dela são sempre lembradas. O anel levado pelo assaltante era o referencial de Dona Filipinha, o homem sem coração possuía um lápis que também representava um apego familiar. No entanto, todos terminam ficando sem aquilo que de uma forma ou de outra conservava seus elos com suas histórias, com um porto seguro ou que parecia ser.

Entender que a terra funciona como uma máquina e ao mesmo tempo como um CsO é imprescindível para compreender os processos que os indivíduos vivenciam inseridos dentro das relações sociais. Deleuze e Guattari, quando tratam da configuração de corpo, discorrem que não é que seja literalmente vazio ou desprovido de órgãos, mas que lhe serve de órgãos, como: lobos, olhos de lobos, mandíbulas etc, são distribuídos a partir de movimentos de multidões, sob a ótica da multiplicidade molecular, e por assim se estabelecer, trata-se de um corpo vivo, responsável por expulsar o organismo e a sua ideia de organização.

No interim das relações intensivas e multiplicidades que povoam um corpo, o sujeito se estabelece ao passo que inclui potencialidades que culminam com movimentos de fuga de território em busca de um novo território. Para Santos (2013) a terra se constitui por intermédio da multiplicidade molecular, além de possuir um devir como linha de fuga constituinte dos estratos, do código e do território; além de constituir-se como uma força maquínica responsável por arrastar estratificações que iniciam no molar e vão até o devir molecular cósmico. “Conquanto, a terra não designa uma esfera englobante que concentra todas as forças e corpos, a multiplicidade molar e molecular, sob um regime estrutural e hierarquizado” (p.208).

O vetor maquínico fruto dos diversos agenciamentos que constitui o dinamismo de multiplicidade são traçados, como: diagramas, linhas de segmentação e de estratificação, além dos processos que permeiam as transformações dos sujeitos, principalmente, como as linhas de fuga que culminam com a desterritorialização.

A subjetividade promove a criação da singularização. Nesse sentido, pensar uma subjetividade desterritorializada é entender que sua constituição pode se estabelecer através de movimentos, deslocamentos e agenciamentos, tornando-se um elemento criador e transformador fruto de processos como a territorialidade, desterritorialização e reterritorialização. O velho Pascoal é reflexo da dolorosa história do povo angolano, sua subjetividade desterritorializada influencia a produção de consciência. No entanto, Agualusa o imerge numa espécie de alucinação onírica:

Ao fim da segunda semana, quando a loja fechou, pascoal decidiu não tirar o disfarce e foi naquele escândalo para a cervejaria. O General viu-se e não disse nada. Serviu-lhe a sopa em silêncio.

— Faz muita miséria neste país — queixou-se o velho enquanto sorvia a sopa -, o crime compensa.

Nessa noite não sonhou com a piscina. Viu uma senhora muito bonita a descer do céu e pousar na beira da mesa de bilhar. A senhora usava um vestido comprido com pedrinhas brilhantes e uma coroa dourada na cabeça. A luz saltava-lhe da pele como se fosse um candeeiro.

— Tu és o Pai Natal — disse-lhe a senhora. — Mandei-te aqui para ajudar os meninos despaldados. Vai à loja, guarda os brinquedos no saco e distribui-os pelas crianças.

O velho acordou estremunhado. Na noite densa, em redor da mesa de bilhar, flutuava uma poeira incandescente. Voltou a enrolar-se no cobertor, mas não conseguiu adormecer. Levantou-se, vestiu-se de Pai Natal, pegou no saco e saiu para a rua. Em pouco tempo chegou à Mutamba. A loja brilhava, enorme na praça deserta, como um disco voador. As Barbies ocupavam a montra principal, cada uma no seu vestido, mas todas com o mesmo sorriso entediado. Na outra montra estavam os monstros mecânicos, as pistolas de plástico, os carrinhos eléctricos. Pascoal sabia que se partisse o vidro dessa montra, conseguiria passar a mão através das grades e abrir a porta. Pegou

numa pedra e partiu o vidro. Já estava a sair, com o saco completamente cheio, quando apareceu um polícia. No mesmo instante, atrás dele, acendeu-se uma acácia, na esquina, e Pascoal viu a senhora a sorrir para ele, flutuando sobre o lume das flores. O polícia não pareceu dar por nada.

— Velho sem vergonha — gritou ele. — Vais dizer-me o que levas no saco? Pascoal sentiu que a sua boca se abria, sem que fosse essa a sua vontade, e ouviu-se a dizer:

— São rosas, senhor.

O polícia olhou-o, confuso:

— Rosas? O velho está cacimbado...

Deu-lhe uma chapada com as costas da mão. Tirou a pistola do coldre, apontou-a à cabeça dele e gritou:

— São rosas? Então mostra-me lá essas rosas!

O velho hesitou um momento. Depois voltou a olhar para a acácia em flor e viu outra vez a senhora sorrindo para ele, belíssima, toda ela uma festa de luz. Pegou no saco e despejou-o aos pés do guarda. Eram rosas, realmente — de plástico.

Mas eram rosas (AGUALUSA, 1999, p. 112-113).

A história do personagem Pascoal ilustra as ambivalências identitárias. As centralidades são deslocadas para as fronteiras, e assim expostas ao contato com identidades cambiantes. Pascoal, nem branco, nem preto traduz a bipolaridade das etnias, lançado ao movimento de desterritorialização desfaz e refaz vínculos identitários à medida em que realinha as fronteiras espaço-temporais de sua existência.

Sem ser diferente desse personagem, Plácido ao fugir da posição dupla que ocupava perante os movimentos de libertação e o governo Português, vai parar em um lugar com vistas para um rio. Este com quem ele estabelece um certo tipo de relação por se parecer com o Rio Quanza, rio que passa pela cidade do Dondo, sua cidade de origem. Até o narrador consegue fazer a analogia entre as duas cidades. “As primeiras luzes de Corumbá brilhavam na noite quando me lembrei da velha cidade do Dondo” (Plácido Domingos era do Dondo) (AGUALUSA, 2009, p.47).

Embora tenha decidido deixar Angola e toda a sua duplicidade vivida entre os movimentos de libertação angolana, Plácido refaz sua vida em um lugar que se assemelha a Angola, no entanto, representa uma contrariedade ao entregar as fotos que o narrador trazia consigo do próprio Plácido na juventude. “Entregou-me as fotografias: — Fique com elas. Esse homem não sou eu” (AGUALUSA, 2009, p.49). A terra, Angola, antes a casa de Plácido, é deixada para trás por conta dos envolvimento que o mesmo direciona perante o engajamento duo durante as Guerras em Angola, mas novamente encontra um lugar para morar e ali permanece, semelhante ao lugar de onde havia saído. No entanto, permanecer nesse novo lugar

culmina com um reconhecer-se de forma diferente e o Plácido de antes em Angola já não existe mais.

No conto “Não há fim”, o personagem que narra o conto afirma não gostar de voltar por onde já passou, logo que se identifica com as estradas, sua vida se constitui em descobrir onde as estradas os pode levar. “Prefiro seguir pelas estradas secundárias. Gosto dos caminhos de terra batida, das picadas abertas a custo entre espinheiras altas” (AGUALUSA, 2007, p.164).

Podemos observar no conto “O Homem sem coração”, o quanto a subjetividade identitária se faz presente na vida dos personagens. Bartolomeu, o homem sem coração, contou ao narrador algo peculiar com relação a quem era: “— O que lhe vou contar não faz sentido. — A seguir acrescentou: — O problema não é não saber quem sou, mas o que sou”.

O narrador dá pistas de que Bartolomeu tenha estado na Missão do Dondi por ser educado e mostrar-se de forma gentil. Porém, no desenrolar da narrativa isso não é comprovado e nem existe ligação dessa possível estada na missão e a falta de um coração. O jovem se dirigiu ao narrador por ele ser um escritor angolano e representar uma raridade naquele país ao apresentar uma conferência. Bartolomeu chegou aquele país por meio de uma bolsa de estudos adquirida na extinta RDA, três anos antes de acontecer o enigmático fato. Atualmente trabalhava como operário na construção de apartamentos:

A vida corria-lhe bem até que uma tarde, poucos dias antes do derrube do muro, foi atropelado por um taxista bêbado. Desmaiou. Quando despertou deu de caras com o espanto de uma jovem médica:

- Onde é que você escondeu o seu coração?!...

Estava em um hospital. Não sofrera nenhuma fratura. Nada. O único problema é que não parecia ter o coração no lugar habitual. Vieram depois outros médicos. Auscultaram-no. Tiraram-lhe uma radiografia. Mostraram-lhe a chapa. Não havia sinais do coração. Nessa noite, aterrorizado, convencido de que os médicos alemães o iriam cortar àsostas, como a uma cobaia, Bartolomeu fugiu do hospital. Não regressou à residência universitária nem às salas de aulas (AGUALUSA, 2006, p.159-160).

Deleuze e Guattari pensam na ideia de subjetividade caracterizada por meio de traços em movimentos de territorialidades e desterritorialidades. Nesse sentido, podemos dizer que uma subjetividade desterritorializada é fruto de movimentos, deslocamentos, agenciamentos constituindo diferentes processos que configuram a identificação do eu consigo e com o território em que se encontra: territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade:

- Não acredita em mim?

Disse-lhe que sim. Paguei o jantar. Ofereci-lhe o pouco dinheiro que trazia comigo. Nessa noite, ao regressar ao hotel, a recepcionista interrogou-me:

- Aquele senhor é realmente seu irmão?...

Abanou a cabeça, escandalizada. Presumo que a ofendia os desvarios da genética e as excentricidades dos estrangeiros. Talvez estivesse também assustada com a imprevisibilidade dos novos tempos. Fui para meu quarto e voltei a encher a banheira (AGUALUSA, 2006, p.159-160).

Pascoal vai vivenciando várias intempéries que ora o deixam sem um rumo definido, em um entre-lugar, ora o possibilita ser reconhecido, mesmo que seja transfigurado de um personagem tradicional. Um comerciante indiano observa na figura física de Pascoal (um velho albino de barba branca) a oportunidade de credenciá-lo ao posto de Pai Natal, além de poder lhe conferir à função uma suposta autenticidade:

Um dia, era dezembro e fazia muito calor, o indiano do novo supermercado, na Mutamba veio falar com ele:

— Precisamos de um Pai Natal — disse-lhe —, contigo poupávamos a barba e, além disso, como tens um tipo nórdico, ficava a coisa mais autêntica. Estamos a dar três milhões por dia. Serve?

A função dele era ficar em frente ao supermercado, vestido com um pijama vermelho, e de barrete na cabeça. Como estava magrinho, foi necessário amarrarem-lhe duas almofadas na barriga (AGUALUSA, 2009, p.2009).

Desterritorializar-se não é um processo que acontece isoladamente, é, portanto, um movimento que promove a criação, a descoberta do novo, a singularização. Já a territorialização não se constitui como uma volta a territorialidade, ela serve como uma territorialidade nova a um outro que também perdeu a sua. Nesse sentido, a reterritorialização é um sistema complexo de vários movimentos que estabelecem conexões entre os corpos. A subjetividade se configura como um eu que vai de encontro a outros, uma espécie de mistura. Brito (2012) ao argumentar acerca da desterritorialidade que se configura por apresentar novos modos de vida, esse, que por estar em fluxos, em descentramento, foge do dado estabelecido, não segue um controle. Por sua vez, a subjetividade desterritorializada pode ser por analogia definida como uma máquina de guerra, com suas combinações heterogêneas, polifônicas, tornando-se uma trama e ao mesmo tempo quebrando toda e qualquer binaridade. Os corpos disciplinados são fissurados, ultrapassando os limites do significado e significante, indo bem mais dos limites dos estratos organicistas. Novas formas de

singularização surgem, com intuito de construir outras possibilidades de mundo, isso, liga-se ao desejo de viver outros tipos de vida.

A subjetividade desterritorializada rejeita a ideia de consciências repressoras, que vai em direção contrária ao pensamento velado, direcionado. Torna-se importante a compreensão do que sugere Deleuze e Guattari acerca da subjetividade que é responsável por criar a sua intensidade no CsO. Nesse movimento, o contato com o outro é sempre uma intensidade, fruto da subjetividade desejante:

Desse modo, então, compreende-se o caráter duplo que divisa o plano de consistência de um plano de organização, qual seja, uma potência molecular e uma força de estratificação molar, de codificação e territorialização dos estratos, uma segmentarização das multiplicidades e de meio, criando territórios. De outro, como força de contra – efetuação, ela não cessa de fugir, decodificar, desestratificar e desterritorializar-se, por força e exercício das linhas de fuga do devir e efeito maquínico de sua determinação geodésica e nômade (SANTOS, 2013, p.2007).

Portanto, as subjetividades estão no centro da disputa entre o poder constituinte e o poder constituído representado e efetivado a partir da regulação do Estado. A singularidade é um reflexo das potências da multidão, isso devido a afirmação constituinte do poder como mecanismo democrático da revolução que a define. Nessa perspectiva, pensar em novas maneiras de singularização é também pensar que as revoluções constantes produzem um poder social que desenvolve variados dispositivos de controle. O processo maquínico constitui-se como um fenômeno relativo à vida fruto da singularidade que constitui a subjetividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este trabalho, procurávamos mostrar a nossa hipótese de leitura acerca dos contos de José Eduardo Agualusa enquanto propulsor de desterritorialização e territorialização, reterritorialização e territorialização mediante a inserção de seus personagens em contextos relativos ao pós-guerra e aos processos de migração. Esse movimento de caracterização do provisório, do deslocamento faz produzir nos indivíduos uma falta de centralidade devido a desordem de ter pedido a sua. No entanto, essa “desordem” é uma marca constituída de várias significações por não levar a uma desintegração total das pertencas do indivíduo por possibilitar outros centros, tanto de caráter positivo como negativo, à medida que vai articulando novas identidades, novos sentimentos de pertença e negação.

Tínhamos, portanto, esse desejo com vistas a entender melhor como ele se dava no projeto ficcional de José Eduardo Agualusa, nas coletâneas *Fronteiras Perdidas* e *Passageiros em Trânsito*. Para o desenvolvimento dos nossos estudos, procuramos entender melhor como a “metaficção historiográfica” é estabelecida, para assim, poder entender o enredo dos contos como possuidores dessas características ao mesmo tempo que os enredos fazem parte de um contexto pós-moderno, além de também estarem plenamente inseridos no que Zygmunt Bauman chama de modernidade líquida. Não o bastante, ainda buscávamos entender como os movimentos desterritorializantes culminavam com os sentimentos de pertença e negação. Após a leitura detalhada do corpus, sentimos a dificuldade em inserimos essas categorizações de forma comparativa nos contos em análise, uma vez que a leitura deles possibilitou descobertas não imagináveis, por nós, no início da escrita.

Por meio desse viés, iniciamos por mostrar o autor através de uma caracterização diaspórica, ao mesmo tempo que enumeramos algumas de suas obras e trabalhos acadêmicos que dele se tratava. A partir daí, percebemos que suas obras confirmam a ideia identitária e política de um sujeito diaspórico que sempre passa por entre-lugares e que traduz muito o indivíduo em trânsito em suas narrativas por muitas vezes misturar suas viagens com suas histórias.

Diante disso, foi necessário fazer um paralelo entre a história dos movimentos angolanos e o enredo de alguns contos. Esse tipo de análise se justifica por meio dos elementos que constituem a ficção, como: às tensões coloniais e pós-coloniais representados nas consequências do pós-guerra, as oposições aos discursos

nacionalistas e a ficcionalização da história, fator muito importante para entender os caminhos dos personagens. Nesse contexto, nosso olhar foi transposto para análise e questionamento dos sujeitos mediante sua passagem e permanência em não-lugares, ao passo que se desterritorializam. Além de durante a travessia desses processos serem tomados pela subjetividade desterritorializada passando a ser comparados a sujeitos CsO.

Primeiramente, buscamos definir a metaficção historiografia em relação com os contos em análise. Percebemos que nos contos, existe uma recorrência da relação entre ficção *versus* realidade e passado *versus* presente, apresentados como elementos discursivos via ficcionalização da história. Embora nosso objetivo não tenha sido procurar verdades não ditas na história oficial, esse paralelo entre o discurso do que foi verdade do que foi mentira, serve para ilustrar o que muitos angolanos vivenciaram no pós-guerra, como exemplo, podemos citar o Justo Martírio e o Velho Pascoal. Embora outras personagens também transpareçam muito bem o sentimento de desapego e de não pertencimento gerado pós-conflitos.

Durante o percurso da tese, trouxemos o debate sobre o território e as possibilidades de conceituação do que vem a ser territorialização, desterritorialização, reterritorialização e para isso, não usamos apenas as teorias, exemplificamos com trechos das obras da mesma forma que mostrávamos os sujeitos descentrados das narrativas de Agualusa. A leitura do corpus nos fez questionar as ideias de Augé em comparativo com os personagens agualusianos que tomavam para si o não-lugar, como um hotel, por exemplo e, o transformava em sua casa, criava costumes e ali desejava permanecer como em Plácido Domingo contempla o rio em Corumbá.

Nesse sentido, em meio a perda de fronteiras, do não reconhecimento de si e da apropriação do não-lugar, vimos a necessidade de argumentar acerca da produção de identidade e subjetividades mediante referência a certos objetos ou lugares que representavam um certo tipo de laços afetivo com o personagem, como no caso do Velho Pascoal. É interessante mencionar aqui, o quanto o conto “A noite em que prenderam o Pai Natal” possui uma grande relevância perante os outros contos de igual maneira, esse conto em específico ganhou uma grande notoriedade dentro da tese, por apresentar um personagem e uma narrativa muito bem elaborados e com possibilidades significativas para análises.

Os sujeitos aqui em estudo são desestabilizados por inúmeros motivos e obrigados a ter que reaprender a localizar-se em novos lugares. Esse processo é

desencadeador de muitas transformações. Dessa forma e sob também a perspectiva da produção de subjetividades, constatamos que o sujeito perante os diversos agenciamentos que experiência se configura como um indivíduo CsO à medida que vivencia todas as possíveis transformações decorrentes da sua vida e se mostra capaz de refazer-se ou de tentar refazer-se, mesmo, que em alguns momentos pareça está perdido ou até mesmo esteja, mas ainda possui a capacidade de desterritorializar, reterritorializar, territorializar quantas vezes forem necessárias e ainda transformar o não-lugar em seu lar.

A crise da pós-modernidade trouxe as instabilidades das relações sociais ao mesmo tempo que a vida se tornou carregada pelo imediatismo e propensão para a efemeridade. As categorias e sujeitos em análise na ficção de Agualusa, perdem seus referenciais e passam a transitar em meio as incertezas sendo diluídos nos movimentos entre ficção e história. Tal evento é um descentramento, que na maioria das vezes, é resultante dos processos de colonização e descolonização, libertação política e crises identitárias verificadas na vida e no tempo do qual emerge as personagens do José Eduardo Agualusa.

Nesse contexto, nossa análise conseguiu ser desenvolvida, colocando em destaque o espaço angolano. Os personagens que transitam pelas narrativas de Agualusa nos ajudam a entender os processos que permeiam a vida de todos, mas que no caso do estudo desta tese, se destacam por evidenciar marginalização de muitos sujeitos no contexto do pós-guerra. Embora tenhamos chegado à comprovação das nossas proposituras, o que já é de se esperar de uma tese, é mister afirmar que os contos suscitam diversos agenciamentos que culminam com os processos aqui mencionados e conseqüentemente com a possibilidade de ocupação e singularização realizada pelo sujeito no não-lugar.

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. **Fronteiras Perdidas**. Lisboa: D. Quixote, 2009.
- AGUALUSA, José Eduardo. **Passageiros em Trânsito**. Lisboa: D. Quixote, 2007.
- AGOSTINHO, Asp Tir Cav Feliciano Paulo. **Guerra em Angola: As heranças da luta de libertação e a Guerra Civil** (Dissertação). Lisboa, setembro de 2011. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/11546>
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- AUGÉ, Marc. **sentido dos outros: atualidade da antropologia**. Trad. Francisco da Rocha Filho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. (edição eletrônica).
- BENJAMIN, Walter. **Sobre alguns temas em Charles Baudelaire**. In: Textos escolhidos: Benjamin, Habermas, Adorno, Horkheimer [Os pensadores]. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p.29-56.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. In: **Magia e Técnica/Arte e Política: Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1985. P.222-232.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOSI, Alfredo. **O conto brasileiro contemporâneo**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRITO, Maria dos Remédios. **A Subjetividade em Desterritorialidade: Traçados imagéticos formativos**. V CINFE, maio de 2010, RS. ISSN 2177 – 644X.
- BURKE, Peter. **A História dos acontecimentos e o Renascimento da Narrativa**. In. **A Escrita da história: novas perspectivas**. (Org.) Peter Burke: Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP 1992, p.327 – 348.
- CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS** – Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>
- CARNEIRO, Leonardo de Oliveira; ITABORAY, Natan Zanzoni; GABRIEL, Rafael Alves. **Territorialidades e etnografia: Avanços metodológicos da análise geográfica de comunidades tradicionais** (Artigo). Revista ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v.7, n.1 abril/2013, p. 81-101.

CASTRO, Raimundo (**Jornal online: Castro Digital**). Disponível em: <https://www.castrodigital.com.br/2010/02/vida-negros-albinos-africa.html>

CORTÁZAR, Júlio. **Valise de cronópio**. Tradução de Davi Arriguci Jr. E João Alexandre Barbosa: Organização Haroldo de Campos e Davi Arriguci Jr. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva. 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1925-1995. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia**.vol.3/ trad. Aurélio Guerra Neto et al- Rio de Janeiro: ed.34,1996 (coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. 2ª.ed. São Paulo. Editora 34, 2011. V.1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. 2ª.ed. São Paulo. Editora 34, 2012. V.5.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia**. 2ª.ed. São Paulo. Editora 34. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Que é a Filosofia?** 3ª. Ed. São Paulo. Editora.34. 2010.

XAVIER, Lola Geraldés. **Na fronteira do (in)verossímil**. In: Boletim Girafa, Coimbra, nº2, janeiro de 2000, p.12-13.

DAMIÃO, Wisgner Roriz. DIESEL, Ursula Betina. **A despersonificação do lar: o não-lugar como objeto de consumo da Pós-modernidade**. In: Revista. Universitas: Arquitetura e comunicação Social, v.10, n.2, p.49-58, jul/dez.

DIAS, Cristiane. Habitar o não-lugar. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=25&id=289> Acesso em 24/maio de 2021.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica**. In: Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v.10, n.1, p.25-40, jan-jun. 2005.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005 (Coleção Cultura, v, 2).

FERREIRA, Denilson da Silva. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica**.In: CAMPO – TERRITÓRIO: Revista de Geografia agrária, v.9, n.17, p.111-135, abr., 2014.

FERREIRA, Manuel. **A propósito da novíssima poética angolana**. Letras & Letras, n. 70, p. 8, maio 1992.

FERREIRA, Manuel. **O discurso no percurso africano I**. Lisboa, Portugal: Plátano Editora, 1989.

FERREIRA, Yuonélio Nery. **Humanismo e Ironia nos contos de Luiz Vilela**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Teoria literária da Universidade Federal de Uberlândia. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/11787/1/HumanismolIroniaContos.pdf>

FERRARI, Maristela. **As noções de Fronteira em Geografia**. In: Perspectiva geográfica - Revista de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. ISSN 1981-4801. v.9. N.10. 2014.

FOUCHER, Michel. **Fronts et Frontières. Um Tour du monde Géopolitique**, Paris: Fayard, 1991.

FONSECA, Dagoberto; FONSECA, Simone. **Refugiados e migrantes na Luanda contemporânea**. In: Revista de Ciências Sociais. Goiânia, v.20, n.2, p.114-137, jul./dez.2017.

GUATTARI, Félix; RONILK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do desejo**, 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma-Notas sobre a Manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert. Digitalização: 2004. Publicação Original. 1963.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana/** - ed. Ampl. – Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GRANJA, Sofia Helena de Vasconcelos Horta. **As teias da palavra: análise das estratégias de desconstrução do discurso de nacionalidade na obra de Agualusa**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3437>

GUIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Editora Zahar. Rio de Janeiro 2002.

GUICHONNET, Paul. RAFFESTIN, Claude. **Géographie des Frontières**. Presses Universitaires de France: Paris, 1974.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007. ISSN:1517-7793.

HAESBAERT, Rogério. **De espaço e território, estrutura e processo. Economía, sociedade y territorio**, vol. XIII, número.43, 2013, 805-815. Scielo: México.

HAESBAERT, Rogério. **De espaço e território, estrutura e processo. Economía, sociedade y territorio**, vol. XIII, número.43, 2013, 805-815.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à mutiterritorialidade**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização. etc..., espaço, tempo e crítica**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007b.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidade e mediações culturais** – Belo Horizonte: Editora UFMG: Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos tribunais, 1990.

HERNANDEZ, Leila L. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HEIDTMANN, Henrique Carlos. **A sensibilidade territorial das políticas públicas: um estudo em comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal. 2008**. 182 f. Tese de Doutorado em Administração pública. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2008.
Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2503?show=full>

HUTCHEON, Linda Cruz. **Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano/UCAM/MAM-RJ, 2000.

JAMESON. F. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo. Ática, 1997.

JAMESON, F. **A Virada Cultural: reflexões sobre o pós-moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JORNAL - BRASIL DE FATO: Mauro Ramos: Notícia do dia 02/01/2017: Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/02/hoje-na-historia-or-massacre-da-baixa-de-cassange-em-angola/>

JORNAL MACAUHUB: Notícia de 28 fevereiro de 2018
Disponível em: <https://macauhub.com.mo/pt/2018/02/28/pt-populacao-de-angola-atinge-30-milhoes-de-pessoas-no-final-de-2018/>

JOLLES, André. **Formas simples**. São Paulo: Editora Cultrix. 1976. Tradução de Álvaro Cabral.

JORGE, Renato Silvio. **Demandas de um mundo contemporâneo: Agualusa, paixão e a escrita da fronteira**. In: **A Kinda e a Missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana** / Rita Chaves, Tânia Macêdo, Rejane Vecchia (Orgs). São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda, Angola: Nizla, 2007.

KI-ZERBO, Joseph (coord.). **História geral da África. Metodologia e pré-história geral da África**. São Paulo/Paris: Ática/Unesco, 1982, v.1

KNAUSS, Paulo (Org.) **O Oeste americano: Quatro ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EdUFF, 2004.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002.

LOUREIRO, Diana Gonçalves. **Uma breve introdução à história do conto angolano**. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/x-sihl/media/comunicacao-21.pdf>

LUGARINHO, Mário Cesar. **Trânsito por ruínas: resistência e subjetividade na literatura na era da globalização**. Painel: **Cartografias identitárias: novas negociações de sentido nas literaturas de Língua Portuguesa. A questão social no novo milênio – VII congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais** Universidade de Coimbra – 16 a 18 de setembro de 2004.

LUGARINHO, Mário César. **Quem deve comer lagostas? Reflexões sobre os estudos pós-coloniais a partir de alguma ficção de Pepetela e Agualusa**. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; VECHIA, Rejane (org.). **A Kinda e a Missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda: Nzila, 2007.

MACHADO, Lia Osário. **Estado, Territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana**. In: Silveira, M.L. (Org.). **Continente em chamas: Globalização e Territórios na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

MACHADO, Lia Osário. **Limites e Fronteiras: Da Alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade**. In. Território nº 8, jan/jun. LAGET/UFERJ. 2000.

MACHADO, Lia Osário. **Limites, Fronteiras e Espaço global**. Porto Alegre, In: Strohaecker, Tânia Marques. Et al. (Org). **Fronteiras e Espaço global**. Porto Alegre: AGB – Seção Porto Alegre, 1998.

MARCELINO, Giovanna Henrique. **Frederic Jameson, Teórico da pós-modernidade**. In: Práxiscomunal - Revista do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.2, nº 1. 2019/ ISSN: 25961020 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/praxiscomunal/article/view/20008>

MATA, Inocência. **A crítica Literária Africana e a Teoria Pós-Colonial: Um modismo ou uma exigência?** In: O Marrare – Revista do Programa de Pós – Graduação em Literatura Portuguesa da UERJ. Número 8 (2008) – ISSN 1981 – 870X Disponível em: <http://www.omarrare.uerj.br/numero8/inocencia.htm>

MANSANO, S.R.V. (2009). **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade.** Revista do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, 8(2). 2009, 110-117. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações.** São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo. HUCITEC, 1997.

MENDES, José Manuel de Oliveira. **O desafio das identidades.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais:** São Paulo: Cortez, 2002.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa.** 4. Ed. São Paulo, Cultrix, 1976.

MONTERO, Paula. **Cultura e democracia no processo de globalização.** In: Revista Novos Estudos. São Paulo: Cebrap. n.44. março,1996. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/2327>

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8,1991, p.166-176. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2322/1461>

PIMENTEL, Thiago Duarte. **Espaço, Identidade e Poder: esboço de uma teoria morfogenética e morfostática para a sociologia das organizações.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Minas Gerais,2012.
Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1741/1/thiagoduartepimentel.pdf>

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **El Territorio la sociedad y el Estado.** In: Mendoza, Josefina Gómez, J MÉNEZ, Júlío Umñoz y CANTERO, Nicolás Ortega. **El pensamiento Geográfico.** Madrid: Alianza Editorial. 1982. P. 193-203.

RESULTADOS DEFINITIVOS REENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO – 2014. Disponível em: http://www.effaangola.org/AngolaCensus2014_ResultadosDefinitivos_Mar2016.pdf

SANCHES, Emanuela Ribeiro. **Nas Margens: Os estudos culturais e o assalto às fronteiras acadêmicas e disciplinares.** Etnográfica, vol. III (1), 1999. 193-210.

SANTOS, Milton. **Por Uma Nova Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempos, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

SANTOS, Zamara Araújo. **A Geofilosofia de Deleuze e Guattari**. Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas & Universeté de Paris - École Doctorale ED – 138 Lettres, Langues, spectrales. Campinas, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280012/1/Santos_ZamaraAraujodos_D.pdf

SAQUET, Marcos Aurélio. **Proposições para estudos territoriais**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano 08, n. 15, p. 71-85, jun. 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: SPOSITO, Eliseu Savério. (org). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia. V. 1, n.31, p. 3-16. 2009.

SCHOLES, Robert e KELLOGG, Robert. **A natureza da narrativa**. Tradutor: Get Meyer, revisor técnico: Afrânio Coutinho. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVERSTONE, Roger. **Porque estudar mídia?** São Paulo: Loyola. 2002.
CONSULADO ANGOLANO. Acessado em 15/01/2019. Disponível em: <http://www.angolaconsulate-ca.org/v2/historia>

SILVA, Renata Flávia da. **Um entregador de memórias ao domicílio**. Cad. CESPUC de pesq., Belo Horizonte, n.11, p.144, set. 2003.

SOUZA, Edvaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e Identidade**. Associação dos Geógrafos brasileiros, Três Lagos, ano 4, v.1, n.6, p. 126-148, nov. 2007.

SOUZA, Mauro Wilton. **O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição**. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, 37(34), 31-52. (2010)

VALENTIM, Jorge. **Nas Margens do Atlântico e do Índio: ensaios sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa**. Manaus: Edições UEA, 2012.

VIANA, Anderson Luiz. **Agualusa e o Elemento do estranho em seu retrato**. Revista Contraponto, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.175-190, dez.2012.

Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/contraponto/article/view/4607>

WHITE, Hayden. **As ficções da representação factual**. In. **Tópicos do discurso: ensaios sobre a representação da cultura**. São Paulo: Ed. USO, 2001, p.137-151.